

3ª Edição, 1ª Reimpressão

Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Introdução à Sociologia

Formação de Dirigentes Sindicais

Fascículo 1 - Introdução à Sociologia

Eixo 1



Eudson de Castro Ferreira



Brasil

Programa de Formação da CNTE
Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 - Fascículo 1

Introdução à Sociologia

Eudson de Castro Ferreira

3ª Edição, 1ª Reimpressão

Brasília, DF
CNTE/ESFORCE
2014

© 2014 CNTE

Qualquer parte deste caderno pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível também em: <http://cnte.org.br/index.php/secretarias/formacao.html>

Coordenação: Gilmar Soares Ferreira - Secretário de Formação
Helena Araújo Filho - Secretário de Assuntos Educacionais

Secretaria da Escola de Formação (Esforce): Cristina S. de Almeida

Equipe de edição: Claudia Santiago, Marina Schneider, Sheila Jacob, Luisa Santiago e Ana Lúcia Vaz

Projeto gráfico e editorial: Vito Giannotti

Capa e diagramação: Daniel Costa e Frisson Comunicação

Ilustrações: Latuff / Hélio Arakaki

1ª Edição: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP/MT), em 2000

2ª Edição (revisão): Escola Centro-Oeste de Formação da CUT (ECO/CUT), em janeiro de 2007

3ª Edição: 2011

3ª Edição – 1ª Reimpressão: 2014

*Esta publicação obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa.
Foi feito depósito legal.*

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ferreira, Eudson de Castro.

Introdução à Sociologia / Eudson de Castro Ferreira. -- 3ª ed. 1ª reimp. -- Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

110 p. — (Formação de Dirigentes Sindicais, Eixo 1, Fascículo 1)

Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical

ISBN Eletrônico: 978-85-64766-00-6

ISBN Impresso: 978-85-64766-02-0

1. Educação Sindical. 2. Formação Sindical. 3. Política de Formação, Sindicalismo. 4. Sociologia. I. Título. II. Série. III. CNTE.

CDU: 316(072)

Bibliotecária: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817

Gestão 2014/2017

Direção Executiva da CNTE

Presidente

Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente

Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário de Finanças

Antonio de Lisboa Amancio Vale (DF)

Secretária Geral

Marta Vanelli (SC)

Secretária de Relações Internacionais

Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais

Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

Secretário de Imprensa e Divulgação

Joel de Almeida Santos (SE)

Secretário de Política Sindical (licenciado)

Rui Oliveira (BA)

Secretário de Formação (licenciado)

Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Organização

Marilda de Abreu Araújo (MG)

Secretário de Políticas Sociais

Antonio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Secretária de Relações de Gênero

Isis Tavares Neves (AM)

Secretário de Aposentados e Assuntos Previdenciários

Joaquim Juscelino Linares Cunha (CE)

Secretário de Assuntos Jurídicos e Legislativos

Francisco de Assis Silva (RN)

Secretária de Saúde dos(as) Trabalhadores(as) em Educação

Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretária de Assuntos Municipais

Selene Barboza Michielin Rodrigues (RS)

Secretário de Direitos Humanos

José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário de Funcionários

Edmilson Ramos Camargos (DF)

Secretária de Combate ao Racismo

Iêda Leal de Souza (GO)

Secretária Executiva (licenciada)

Claudir Mata Magalhães de Sales (RO)

Secretário Executivo

Marco Antonio Soares (SP)

Secretário Executivo

Cleiton Gomes da Silva (SP)

Secretária Executiva

Maria Madalena Alexandre Alcântara (ES)

Secretária Executiva

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Secretário Executivo

Alvisio Jacó Ely (SC)

Secretária Executiva

Rosana Souza do Nascimento (AC)

Secretária Executiva

Candida Beatriz Rossetto (RS)

Secretário Executivo

José Valdivino de Moraes (PR)

Secretária Executiva

Lirani Maria Franco (PR)

Secretária Executiva

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

Secretário Executivo (licenciado)

Antonio Júlio Gomes Pinheiro (MA)

SUPLENTES

Beatriz da Silva Cerqueira (MG)

Carlos Lima Furtado (TO)

Elson Simões de Paiva (RJ)

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

João Alexandrino de Oliveira (PE)

Maria da Penha Araújo (João Pessoa/PB)

Marilene dos Santos Betros (BA)

Miguel Salustiano de Lima (RN)

Nelson Luis Gimenes Galvão (São Paulo/SP)

Rosilene Correa Lima SINPRO (DF)

Ruth Oliveira Tavares Brochado (DF)

Suzane Barros Acosta (Rio Grande/RS)

Veroni Salete Del'Re (PR)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

José Teixeira da Silva (RN)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Flávio Bezerra da Silva (RR)

Antonia Benedita Pereira Costa (MA)

Gilberto Cruz Araujo (PB)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Rosimar do Prado Carvalho (MG)

João Correia da Silva (PI)

João Marcos de Lima (SP)

Coordenador do DESPE: Mário Sérgio Ferreira de Souza (PR)

CNTE

SDS Ed. Venâncio III, salas 101/106, Asa Sul, CEP: 70.393-902, Brasília-DF, Brasil.

Telefone: + 55 (61) 3225-1003 Fax: + 55 (61) 3225-2685 E-mail: cnte@cnte.org.br » www.cnte.org.br

48 Entidades Filiadas à CNTE

SINTEAC/AC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
SINTEAL/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEAM/AM - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SINSEPEAP/AP - Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá
APLB/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia
ASPROLF/BA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Lauro de Freitas
SIMMP/BA - Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista
SISE/BA - Sindicato dos Servidores em Educação no Município de Campo Formoso
SISPEC/BA - Sindicato dos Professores da Rede Pública Municipal de Camaçari
APEOC/CE - Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará
SINDIUTE/CE - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará
SAE/DF - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal
SINPRO/DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SINDIUPES/ES - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo
SINTEGO/GO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás
SINPROESEMMA/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão
SINTERPUM/MA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Timon/MA
Sind-UTE/MG - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
FETEMS/MS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
SINTEP/MT - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
SINTEPP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
SINTEM/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa
SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
SIMPERE/PE - Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial de Recife
SINPC/PE - Sindicato dos Professores do Município do Cabo de Santo Agostinho
SINPMOL/PE - Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda
SINPROJA/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município do Jaboatão dos Guararapes
SINTEPE/PE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINPROSUL/PI - Sindicato dos Professores Municipais do Extremo Sul do Piauí
SINTE/PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí
APP/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
SISMMAC/PR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
SISMMAR/PR - Sindicato Dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária
SINTE/RN - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do Rio Grande do Norte
SINTERO/RO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
SINTER/RR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima
APMI/RS - Sindicato dos Professores da Rede Pública de Ijuí
CPERS/RS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
SINPROCAN/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Canoas
SINPROSM/RS - Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria
SINTERG/RS - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande
SINTE/SC - Sind. dos Trab. em Educação da Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina
SINDIPEMA/SE - Sindicato dos Profissionais de Ensino do Município de Aracaju
SINTESE/SE - Sind. dos Trab. em Educação Básica da Rede Oficial de Sergipe
AFUSE/SP - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação
APEOESP/SP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
SINPEEM/SP - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
SINTET/TO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins

SUMÁRIO

Apresentação	9
Introdução	10
1 - Breve Histórico: A Sociologia e o Mundo Moderno	12
2 - A Construção do Conhecimento em Sociologia	18
A) Senso Comum	19
B) Conhecimento Científico	22
3 - Questões centrais na Construção das Ciências Sociais	26
A) A Relação Sujeito e Objeto	27
Relação de Exterioridade	28
Relação de Cumplicidade	29
Relação de Reciprocidade	30
B) Momentos Lógicos da Reflexão Sociológica	31
C) Paradigma: Princípio Explicativo	33
D) Contribuições ao Estudo da Sociedade	42
4 - Teoria Sociológica: Pioneiros da Sociologia	50
Augusto Comte	52
Herbert Spencer	55
Karl Marx	57
5 - O Desenvolvimento da Sociologia	64
Émile Durkheim	65
Max Weber	67
6 - O Funcionalismo	70
Bronislaw Malinowsky	71
Radcliffe-Brown	71
Roberto K. Merton	72
Talcott Parsons	73
Novo Significado Teórico e Metodológico do Funcionalismo	74
7 - Roteiro para o Projeto de Pesquisa Social Crítica	76
8 - Textos de Apoio para Estudo e Discussão	82
Frei Betto. ONU Reprova Brasil e Crítica a Globalização	83
Karl Marx. Prefácio à Crítica da Economia Política	84
Michael Lowy. Ideologia	85
Moacir Gadotti. A Dialética: Concepção e Método	89
Madalena G. Peixoto. Notas sobre <i>Contribuição à Crítica da Economia Política de Marx</i>	95
Madalena G. Peixoto. A Modernidade e o Século XX	100
9 - Sugestões de Filmes	102
10 - Indicações Bibliográficas	106

*Nossa homenagem ao professor
Eudson de Castro Ferreira falecido em 12/12/2006,
que foi professor de sociologia, membro fundador do
GERA-UFMT e assessor em Educação da Unesco/Seduc-MT*

Introdução à Sociologia

Eudson de Castro Ferreira

“Até hoje, os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.”

(Karl Marx)

Boletim

CNTE *informa*



Luta pelo Piso, Carreira, Profuncionário
valorização profissional são temas-chave
do informativo. Acesse o site

www.cnte.org.br,

faça o cadastro e receba semanalmente
o Boletim em seu endereço eletrônico.

RECEBA O BOLETIM

Nome

E-mail

Receber em HTML?

Comunicação

CNTE Informa

CNTE Notícias

Notícias

Artigos

Releases



APRESENTAÇÃO

Após um período de discussão, de forma participativa, como é a nossa tradição na CNTE, temos o prazer de apresentar, não apenas aos trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, o nosso Programa de Formação.

Ressaltamos que a principal peculiaridade deste Programa decorre do fato de ser todo ele concebido e estruturado pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação, a partir da concepção de uma Educação Integral e de uma proposta político-metodológica pautada pela compreensão de sujeito e de realidade como totalidades históricas e do trabalho como princípio educativo e de construção coletiva do conhecimento.

Para nós, esses aspectos são relevantes na implementação deste Programa. Este não se restringe apenas ao objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre os conteúdos políticos, sociais e históricos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Visa, sobretudo, possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras em educação tenham uma visão crítica da realidade concreta, das relações sociais e do mundo em que estão inseridos. Que se percebam como sujeitos da história: capazes de analisar a realidade, elaborar propostas para transformá-la e agir coletivamente com convicção e consistência no dia-a-dia educacional e sindical.

**O Programa de Formação da CNTE está disposto em quatro grandes eixos:
1. Concepção Política Sindical; 2. Formação de Dirigentes Sindicais;
3. Planejamento e Administração Sindical; 4. Temas Transversais.**

Constituem o primeiro eixo os seguintes fascículos:

**1. Introdução à Sociologia; 2. Teoria Política; 3. Economia Política;
4. Introdução à História do Movimento Sindical;
5. Movimento Sindical de trabalhadores(as) em educação.**

A publicação dos fascículos só foi possível em parceria com o SINTEP/MT, que disponibilizou para a CNTE os textos elaborados para o seu Programa de Formação.

Para o Programa Nacional, os textos foram revisados e atualizados, e contou com o importante apoio logístico do Sindicato dos Educadores da Suécia (Läraryförbundet), no período de 2007 a 2009. E aqui registramos o agradecimento em nome dos(as) trabalhadores(as) da educação básica pública do Brasil.

É com grande satisfação que apresentamos o fascículo **Introdução à Sociologia**.

Este material, como todos os outros, servirá de apoio aos participantes nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Formação.

Os temas abordados nos vários fascículos proporcionarão a todos e a todas, fundamentações teóricas e metodológicas, ferramentas fundamentais para o enfrentamento qualificado no movimento sindical e popular. Desejamos que os debates, as leituras e os estudos em grupo proporcionem transformações no nosso cotidiano, bem como, contribuam para a construção de um sindicalismo classista e de luta, na perspectiva de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Sucesso para todos nós
A Direção**

INTRODUÇÃO

As principais questões teóricas e metodológicas da Sociologia necessitam ser colocadas para o estudo e a compreensão da realidade social. Compreender, analisar, criticar e explicar os fatos, as estruturas e os processos sociais são desafios que estão colocados no cotidiano de todos nós, trabalhadores (as) da educação.

A Sociologia é uma ciência em construção que, desde seu início, em meados do século XIX, procurou explicar as estruturas e os processos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade moderna. Trata-se de uma ciência que surgiu no decurso da consolidação

do Estado Liberal Burguês. Isto nos ajuda a compreender que, também ela, não está ilesa das contradições que caracterizam a moderna sociedade capitalista.

Pelo fato de vivermos em uma sociedade altamente complexa em sua forma de organização, em seus diferentes níveis de funcionamento e em seus avançados meios de comunicação, adquirimos muitas noções básicas que podem nos ajudar a compreender os acontecimentos sociais.

Somente quando estudamos, criticamente, as questões teóricas e metodológicas das diferentes teorias sociológicas, estamos nos apropriando das ferramentas necessárias e próprias para a compreensão da organização social e da vida humana em sociedade.

O presente fascículo foi elaborado com a intenção de alcançar dois objetivos. **O primeiro**, fornecer a base teórica e metodológica das principais teorias sociológicas que se empenham em explicar as estruturas, os processos e os fenômenos sociais.

O segundo consiste em provocar o aprofundamento das questões que serão levantadas, com o intuito de possibilitar a compreensão da realidade social em que vivemos, para nortear a nossa prática social de educadores (as) conscientes, críticos e politicamente comprometidos com a transformação social.

Para alcançar o primeiro objetivo, apresentamos determinados temas que julgamos importantes para a compreensão teórica e metodológica das Ciências Sociais. Procuramos relacionar os temas apresentados com o processo de construção de novos saberes em Sociologia. Privilegiamos a discussão sobre o senso comum, o conhecimento científico, a relação entre o sujeito e o objeto, os paradigmas, os momentos lógicos da reflexão sociológica.

No estudo das teorias, foram priorizados os pio-

neiros da Sociologia: Augusto Comte, Herbert Spencer e Karl Marx. Émile Durkheim, Max Weber, Roberto Merton e Talcott Parsons foram lembrados, em razão de suas relevantes contribuições para o desenvolvimento da Sociologia.

Tanto as questões apresentadas quanto àquelas que só foram mencionadas poderão ser estudadas e aprofundadas, valendo-se da Indicação e da Contribuição Bibliográficas ao Estudo do Novo Paradigma e dos Textos de Apoio.

Para firmar e aprofundar cada tema, acrescentamos as **QUESTÕES PARA DISCUSSÃO** após os temas apresentados. Nelas, colocamos alguns pontos teóricos para serem refletidos. Sugerimos, também, a discussão de problemas práticos que possibilitem retomar o debate sociológico a partir das diferentes realidades do cotidiano dos (as) educadores (as).

Sabemos que a teoria é necessária para compreender a realidade social. Mas, estamos convictos, também, que não há solução para os problemas reais no plano puramente teórico. É verdade que a teoria nos ajuda a compreender os problemas sociais. Mas, também é verdade que, por si só, ela não nos fornece os critérios e ferramentas suficientes para agirmos com segurança e acerto. Daí, a necessidade de trabalharmos, simultaneamente, a **TEORIA** e a **PRÁTICA**.

Este fascículo não é uma peça pronta e, menos ainda, um tratado de Sociologia, mas, fundamentalmente, um trabalho em permanente processo de construção. Assim, a prática refletida dos (as) trabalhadores (as) da educação, na sala aula, nos sindicatos, no processo de formação, nos embates políticos, no dia-a-dia de sua vida pública e privada, ditará a “permanente ree-

dição” do presente texto.

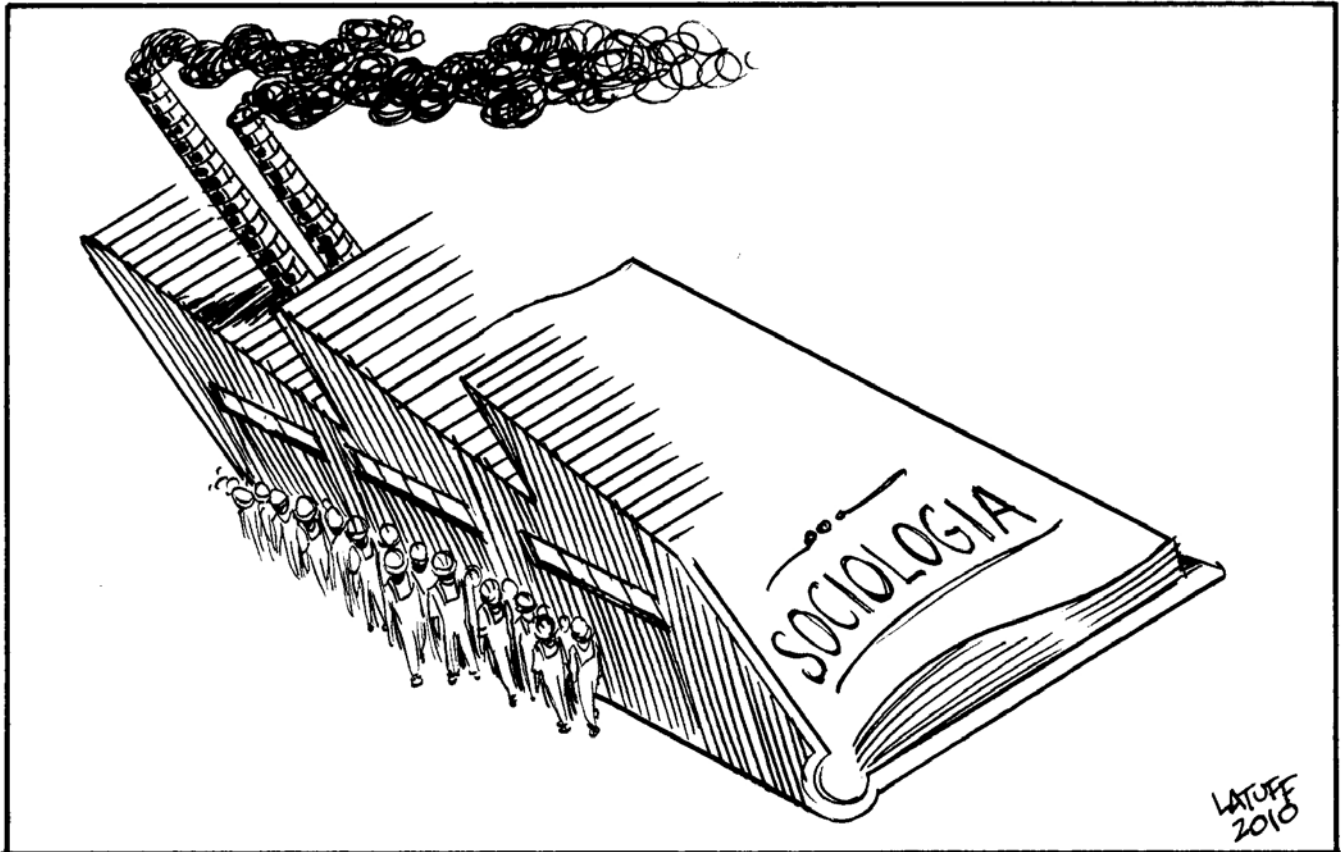
E mais, a discussão e a socialização dos temas teóricos e práticos, que ocorrerão nos diferentes momentos proporcionados pela formação de quadros da CNTE, deverão ser encarados como reedição avançada do “fazer-saber-sociológico” que, neste fascículo, apenas se encontra iniciado.

Breve Histórico

**A Sociologia
e o mundo
moderno**

A Sociologia surgiu em meados do século XIX, quando já havia ocorrido a Revolução Burguesa na Inglaterra no século XVII e iniciado a Revolução Francesa, no final do século XVIII, em 1789. Estes dois movimentos revolucionários implantaram o processo liberal que deu susten-

tação ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e ao Estado Burguês no mundo ocidental. Desenvolve e consolida-se, no decorrer do tempo subsequente, o capitalismo que assegurou as condições de produção e reprodução do Mundo Moderno.



Quando desencadearam as revoltas populares no campo e nos centros urbanos industriais europeus na Inglaterra, desde 1835, e a revolução de 1848-49, na França e Europa, emerge e desenvolve-se, também, a Sociologia. Ela nasce, portanto, de mãos dadas com a

modernidade. Pode-se dizer que, a Sociologia é o resultado desse Mundo Moderno, da mesma forma que ela se posiciona e se coloca para desvendar e explicar os dilemas fundamentais deste novo mundo que surge, superando, rompendo e propondo negar todo o passado.

Como diz Ianni:

“Mais do que isso, o Mundo Moderno depende da Sociologia para ser explicado, para compreender-se. Talvez se possa dizer que, sem ela, esse Mundo seria mais confuso, incógnito”.¹

¹ IANNI, Octávio. A Sociologia e o Mundo Moderno. Aula Inaugural. UNICAMP, Campinas, IFCH, março-1988, pág. 8.

O Mundo Moderno surge e ganha corpo com a revolução burguesa no ocidente. Historicamente, e com ele, ficam estabelecidas e vão sendo consolidadas as forças produtivas e as relações sociais capitalistas de produção. Trata-se de uma época em que a originalidade e as contradições do Estado burguês se encarregam de construir e fortalecer os alicerces da atual sociedade. De lá para cá, se aprimora a construção das estruturas da economia e do Estado, das tecnologias, dos atores e dos sujeitos sociais que assegurarão a ori-

ginalidade do capitalismo. Se estrutura uma sociedade que produz mais-valia ou trabalho não pago. Uma sociedade que vai se tornando cada vez mais complexa; uma sociedade que concentra, de um lado, os meios de produção e a riqueza nas mãos de poucos e, de outro lado, cria uma imensa massa original e diferenciada de trabalhadores. Estes deverão vender sua própria força de trabalho para se manterem vivos, para reproduzirem trabalhadores novos que continuarão a produzir, de forma cada vez mais sofisticada, a magia da mercadoria.

Leonardo Boff, em uma de suas críticas ao modelo atual da sociedade em que vivemos, escreve em seu livro *a Ética da Vida*².

“ ... o núcleo desta sociedade não está construído sobre a vida, o bem comum, a participação e a solidariedade entre os humanos. O seu eixo estruturador está na economia de corte capitalista. Ela é um conjunto de poderes e instrumentos de criação de riqueza - e aqui vem a sua característica básica mediante a depredação da natureza e a exploração dos seres humanos. A economia é a economia do crescimento ilimitado, no tempo mais rápido possível, com o mínimo de investimento e a máxima rentabilidade. Quem conseguir se manter nessa dinâmica e obedecer a essa lógica acumulará e será rico, mesmo à custa de um permanente processo de exploração”. Exploração dos homens, das mulheres, dos jovens e crianças; exploração, também, irracional, da natureza. ”

É necessário deixar claro que o Mundo Moderno e que a atual sociedade burguesa são o resultado de um processo de construção histórica e social da humanidade. “Processo de transformações que podem ser vistas como rupturas, pois alteram toda uma forma de viver da sociedade. É, porém, uma ruptura que foi lentamente preparada, que está sempre ligada com algo que já existia, pois não se pode admitir o surgimento de uma situação nova sem ligação com os anteriores”.³ Portanto, o Mundo Moderno é o resultado de um grande processo. Processo que inclui sujeitos, objetivos ou

resultados esperados, tempo, lugar, recursos, relações, reciclagem, avaliações, planejamentos, replanejamentos. Estes fatos irão produzir fenômenos sociais complexos, construídos e aprimorados pelos homens em suas relações de classes sociais.⁴

Por isso mesmo, jamais devemos entender os fatos ou fenômenos sociais como ocorrências naturais, como defendem os pensadores positivistas, como querem alguns fundadores da Sociologia, principalmente, Comte e Spencer, em suas questões teórico-metodológicas e, inclusive, como defende Durkheim, na questão do método.

Como veremos, para os pensadores positivistas, grosso modo, as ocorrências ou fenômenos sociais não são coisas produzidas pelos homens em sociedade. São coisas regidas por leis naturais que, por isso mesmo, independem da intervenção das pessoas e, enquanto tais, devem ser entendidas e estudadas.

² BOFF, Leonardo. *Ética da Vida*. Editora Letraviva, Brasília, 1999, pág. 42.

³ BORGES, Vavy Pachego. *O Que É História*. Editora Brasiliense, nº 13, 13ª, ed, 1988, pág. 49

⁴ Sobre o conceito e significado de Classe Social, ver página 44, *Proposições e Conceitos básicos do Materialismo Histórico*.

Ver também, LÊNIN, V.I. *Las Clases Sociales. Una gran iniciativa. Obras escogidas*. Vol. X Ed. Progreso, Moscú, 1977, (pág. 11-12).

Em oposição aos pensadores positivistas, vamos encontrar filósofos, historiadores, cientistas e análises sociais, históricos críticos e dialéticos, a exemplo de Marx, Engels, Lênin, Lukács, Gramsci, Goldmann, Perry Anderson, Florestan Fernandes, Hobsbawm, E. P. Thompson, entre outros.

Estes defendem serem os fatos ou fenômenos sociais, produtos ou resultados, conflitantes ou não, das ações das pessoas que vivem em diferentes classes, grupos e segmentos sociais. Pessoas, segmentos, grupos e classes sociais que interagem e atuam em di-

ferentes sociedades concretas e, historicamente, localizadas. Estas sociedades e situações concretas devem ser estudadas, fazendo história, como considera e analisa Marx em *"O Capital"* e o mesmo Marx e Engels em a *"Ideologia Alemã"*.

No contexto histórico, do passado e do presente, a Sociologia apresenta-se como uma ciência em construção. Ela tem por objetivo desvendar, segundo as diferentes óticas de seus autores, como a sociedade se produz e se reproduz na paz e na guerra.

Neste amplo cenário de produção e reprodução social, os temas, as ocorrências, os fenômenos, os arranjos sociais trabalhados envolvem conceitos sociológicos centrais. Os principais são: "classe", "interesse", "conflito", "dominação", "integração", "anomia", "estrutura", "sistema", "regulamentação", "instituição", "função", entre outros.⁵

O ofício do analista social consiste em construir o objeto, o método e as explicações das estruturas e fenômenos sociais. Consiste em ver, desvendar, analisar e explicar as relações de classe, os interesses e lutas de classe, a organização do Estado, da sociedade civil, o público e o privado, o capital, a concentração do poder e riqueza, a inclusão e exclusão social, a globalização ou neoliberalismo projeto capitalista mais recente e concentrador de riquezas.

Este exercício que gostaríamos de chamar "leitura crítica da realidade social" não é apenas uma recreação ou um prazer intelectual diferente, mas, fundamentalmente, refere-se a um exercício útil, necessário e indispensável para a compreensão crítica da vida em sociedade; compreensão possível para repensarmos a nossa prática social e política.

Portanto, a Sociologia pretende, como as de-

mais ciências históricas e sociais, possibilitar-nos a construir novos saberes da realidade social.

Contudo, construir saberes e realizar novas leituras da realidade não devem ser um exercício intelectual descomprometido com a mudança e com a transformação social, como insiste Paulo Freire em seu projeto educacional⁶; menos ainda, estudar, analisar, conhecer e criticar a sociedade não podem ser um privilégio de poucos, como vem ocorrendo no Brasil.

Com toda certeza, a construção de saberes é manifestação concreta de competência técnica, mas deve ser, também, o exercício prático de compromisso político⁷. Na compreensão de Gadotti, não existe competência técnica sem compromisso político.

Este é o sentido da crítica que o filósofo materialista, Feuerbach, recebeu de Marx e Engels, quando escreveram:

⁵ PASSERON, Jean Claude. O Raciocínio Sociológico. O espaço não-popperiano do raciocínio natural. 1995, pag. 42.

⁶ FREIRE, Paulo. Educação e Mudança, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979. A tese da educação comprometida com a transformação do educando e da sociedade perpassa toda obra de Freire. Ver Indicação Bibliográfica.

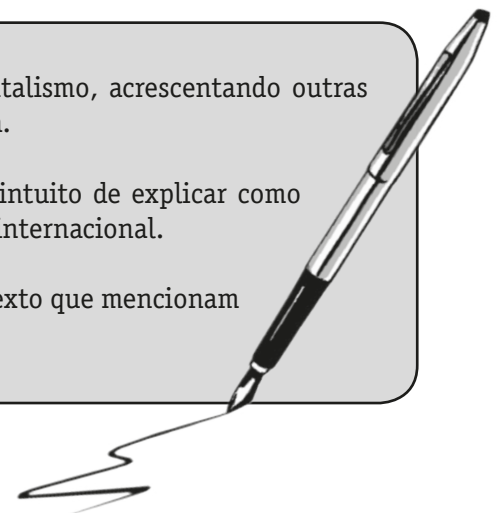
⁷ GADOTTI, Moacir. A Pedagogia da Práxis. Ver Indicação Bibliográfica.

“Até hoje, os filósofos interpretaram a seu modo o mundo de diferentes formas, mas o que interessa e transformá-lo”.⁸



QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1** Sublinhar ou retirar do Breve Histórico as características do capitalismo, acrescentando outras características do capitalismo brasileiro que o texto não menciona.
- 2** Discutir e aprofundar o significado dessas características, com o intuito de explicar como elas se apresentam, hoje, na realidade local, regional, nacional e internacional.
- 3** Sem se preocupar em definir Sociologia, destaque os aspectos do texto que mencionam a positividade e as limitações desta ciência social.



⁸ MARX, K e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 6a. Ed. Hucitec, SP, 1987. Teses sobre Feuerbach. Tese XI, pág.14.

Cadernos de Educação

A série Cadernos de Educação é um tradicional instrumento da CNTE, que produz opinião e consolida as intervenções da entidade em diversos espaços sociais.

A publicação está presente na comunidade educacional há mais de 15 anos e, nesta gestão, contou com a coordenação dos membros da Secretaria de Assuntos Educacionais da CNTE e da Coordenação da Escola de Formação da CNTE (Esforce).

Disponível no site da CNTE



www.cnte.org.br



Cadernos de Educação
Ano XIV - no 21 - 2a edição - novembro/2009
Diretrizes para a Carreira e Remuneração



Cadernos de Educação
Ano XV - no 22 - janeiro a junho de 2010
Saúde dos(as) Trabalhadores em Educação



Cadernos de Educação
Ano XVI - no 23 - julho a dezembro de 2010
V Encontro Nacional do Coletivo Antirracismo "Dalvani Lellis"



Cadernos de Educação
Ano XVI - no 24 - janeiro a junho de 2011
PNE: a Visão dos(as) Trabalhadores(as) em Educação



Cadernos de Educação
Ano XVII - no 25 - julho a dezembro de 2013
Direito à Aposentadoria



Cadernos de Educação
Ano XVIII - no 26 - janeiro a junho de 2014
Políticas Educacionais em Debate

A construção do conhecimento em Sociologia

**O conhecimento necessário
à prática social**

A) Senso Comum

A primeira modalidade de conhecimento que devemos considerar nas Ciências Sociais é o SENSO COMUM.

Trata-se de um conhecimento popular distinto do

código culturalmente dominante. Refere-se a um conjunto de opiniões, recomendações, conselhos, práticas e normas relativas à vida individual e coletiva em sociedade.

Portanto, o senso comum diz respeito a princípios normativos populares - conhecimento convencional que se fundamenta na tradição, nos costumes e vivências cotidianas. O senso comum não justifica pelo discurso, mas pela vivência, os fundamentos do universo das recomendações e das práticas sociais por ele propostos e defendidos. Ele contém positivities e limitações.

Geertz reflete sobre a positividade do senso comum quando considera “que suas opiniões foram resgatadas diretamente da experiência e não de um resultado de reflexões deliberadas sobre estas... é uma sabedoria coloquial de pé no chão... Quando dizemos que alguém demonstrou ter bom senso, queremos expressar algo mais que o simples fato de que essa pessoa tem olhos e ouvidos. O que estamos afirmando é que ela manteve seus olhos e ouvidos bem abertos e utilizou ambos ou pelo menos tentou utilizá-los com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia, é que esse alguém é capaz de lidar com os problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia.”⁹

Assim, estamos admitindo que os fatos sociais¹⁰ adquirem compreensão, também, ao nível do senso comum. E mais, o saber adquirido pelo senso comum orienta as ações pessoais e coletivas da imensa massa da população excluída dos benefícios sociais e do conhecimento científico dominante.

Deve-se, portanto, ao conhecimento popular, ao bom senso e ao senso comum, a garantia e as condições mínimas de vida com critério, inteligência, discernimento e reflexão prévia diante dos problemas cotidianos.

O desemprego, a prostituição de toda ordem, inclusive a infantil, o esfacelamento da família, as crianças atiradas na rua, o manter-se vivo num estado permanente de fome, o baixo salário, a doença, a migração na busca de trabalho, busca de terra rural e teto urbano, a desfiguração da própria identidade e perda concreta da cidadania são, entre outras situações-problema. São fenômenos sociais não resolvidos, mas vividos, percebidos, entendidos e “explicados” ao nível do senso comum, em razão das “quase-qualidades” ou características que Geertz, nos estimula a encontrar e a refletir sobre o bom senso: “*naturalidade, praticabilidade, leveza, não metodicidade e acessibilidade*”.¹¹

⁹ GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Editora Vozes, Petrópolis, 1998, pág 114-115.

¹⁰ Para Émile Durkheim “É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais”. **As Regras do Método Sociológico**. Martins Fontes, São Paulo, 1995, pág. 13.

¹¹ Geertz, opus cit. pág. 129-139.

Muitas vezes, no trabalho de campo, nos espantamos com a **naturalidade e praticabilidade** da resposta do morador e moradora do bairro de periferia urbana, ao atribuírem o desemprego dos jovens e adultos de origem rural à incapacidade de se adaptarem às exigências do mercado de trabalho urbano.

Em nenhum momento, quando entrevistados, esses(as) trabalhadores(as) excluídos(as) do mercado de trabalho, se intimidam em afirmar que a caneta que dominam é a enxada. Dizem, com todas as letras, que retirados da terra e jogados na cidade, sentem-se imprestáveis e inúteis.

Não raro afirmam, com naturalidade, sentirem-se semelhantes ao peixe fora d'água. Durante uma pesquisa no meio rural, fiquei maravilhado com o depoimento de uma mãe camponesa humilde que me afirmou, entre lágrimas, que perdoava a prostituição de sua filha de

quinze anos. Perdoava e a queria de volta. Dizia que não tinha como dar o conforto que a filha agora se acostumara e iria exigir para voltar a conviver com os pais. Dizia a mãe que o desconforto e a miséria são castigos que doem no corpo e na alma. Dificilmente, a filha ficaria em casa para sofrer.

A mãe insistia em dizer que ela e o marido se sentiam muito tristes e humilhados porque trabalhavam muito, mas eram incapazes de colocar o básico dentro de casa para os seis filhos mais novos. Fiquei maravilhado quando a mãe arrematou a sua fala, com sabedoria e bom senso, dizendo: “na idade de minha filha, o lugar certo dela não é a prostituição, é a casa dos pais e a escola; pode ser, também, um trabalho que não roube o tempo da escola. Agora, concluiu a mãe, isto é solução que tem que vir de cima; solução de governo; não só de gente pobre como nós”.

Em 1986, por ocasião do acampamento dos Sem Terra de Jaciara, na Praça do Rosário em Cuiabá/MT, registrei o seguinte depoimento de uma acampada que insistia na necessidade da organização dos (as) trabalhadores (as) para se conquistar a terra:

“ ... O movimento dos Sem Terra também é organização. Organização que está lutando por uma identidade do lavrador jogado na periferia da cidade, jogado fora da terra. A gente acha que esse movimento é o caminho para voltar a ser lavrador, a ter o que a gente tinha: o direito de viver, a esperança de ser gente novamente, a esperança do conforto. Direito de ser gente para mim é ter o direito de comer, direito de tomar remédio, direito de ter um teto, direito de conversar, direito de dar escola para os filhos, direito de aparecer na praça, mas não somente de votar. (...) Foi apanhando que eu aprendi a enxergar bem mais longe. Isto explica porque eu, meu marido e meus filhos estamos acampados aqui na Praça da Igreja do Rosário... Eu tenho boca, tenho língua, tenho braços e posso agir.¹² ”

As descrições, justificativas e narrativas dos depoentes, acima referidos, não estão vazias de racionalidade, embora eles não tenham utilizado **“METODICIDADE”** (procedimentos científicos) para explicar os fatos e situações sociais vividos: desemprego, desqualificação para o trabalho, organização, identidade, ser gente, migração, expulsão da terra, miséria, má distribuição da riqueza, prostituição precoce, idade escolar, etc. Contudo, as descrições, as análises e **“QUASE EXPLICAÇÕES”** apresentadas

têm o mérito de ir além da simples impressão ou apreensão dos fenômenos sociais.

Isto fica suficientemente claro quando os(as) depoentes, valendo-se de suas observações e do bom senso, deixam claro que os problemas e as soluções dos mesmos situam-se numa esfera superior; como ficou explicitado, situam-se na esfera da política, seja ela municipal, estadual e/ou federal; mas isto é importante, as soluções exigem, também, a organização e a luta dos(as) trabalhadores(as).

¹² Associação Lut - MT. Sem Terra - Vida e Luta. (Org. Eudson de Castro Ferreira). Gráfica EMATER, Cuiabá, 1987, pág. 18, 19, 30.

Este “*processo assistemático*” (bom senso), de fazer e testar saberes populares, está sendo enriquecido, através dos tempos, com originalidade e sabedoria popular. Estas são situações concretas que não nos permitem negar, em nome da ciência e do saber acadêmico, a positividade do acúmulo de experiências, de práticas e resultados múltiplos.

Estas práticas têm garantido a produção e reprodução, a vida e o trabalho daqueles que vivem à margem das conquistas da ciência, excluídos também da alta tecnologia e, não raro, das políticas sociais e das condições mínimas de vida.

Mais do que simples costumes e tradições, a vida e a prática popular têm demonstrado que, embora limitados, o bom senso, o conhecimento popular, o senso comum asseguraram e continuam assegurando as condições de vida de “povos civilizados” e “primitivos”.

São notáveis, por exemplo, o conhecimento e as práticas desenvolvidos por povos indígenas: conhecimentos, tradições, domínios e práticas cobiçados pelas multinacionais, principalmente

em questões medicinais.

Reconhecemos que, o senso comum é um saber qualitativamente diferenciado do saber científico e acadêmico.

Por isso devemos nos colocar na disposição de reconhecer os méritos que necessitam ser atribuído ao senso comum. Este muito tem acrescentado à construção de novos saberes para a vida humana em sociedade.

Contudo, é triste saber que milhões de brasileiros chegarão à idade adulta, viverão e morrerão neste estágio de conhecimento humano de senso comum.

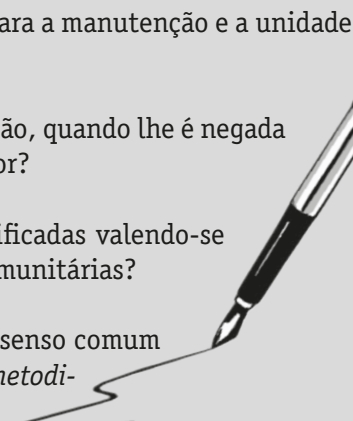
Mesmo assim, não se trata de negar, no cotidiano, o bom senso, o conhecimento popular, pois dele depende a vida de milhões de brasileiros e brasileiras que não tiveram, e continuam não tendo, acesso à escola de qualidade e à convivên-

cia social mínima. Estes não tiveram, e continuam não tendo, acesso aos bens materiais mínimos e necessários para uma vida saudável com comida, roupa, moradia, saúde, educação, lazer, saneamento básico, etc.

Diante da realidade de exclusão de milhões de brasileiros dos bens materiais e espirituais, negar o senso comum no Brasil, “seria jogar a criança com a água suja pela janela”.¹³

¹³ Expressão popular que retrata a sabedoria do bom senso.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Em que sentido o senso comum, o conhecimento popular contribui para a manutenção e a unidade da população? Da cultura? De nossos costumes e tradições?
 - 2 Quais as consequências sociais, políticas e econômicas para a população, quando lhe é negada a escola de qualidade e a possibilidade, inclusive, do ensino superior?
 - 3 As questões colocadas nos dois itens anteriores podem ser exemplificadas valendo-se de seu próprio trabalho na sala de aula, no sindicato, nas ações comunitárias?
 - 4 Procure aprofundar a discussão sobre o significado dos atributos do senso comum colocados por Geertz: *“naturalidade, praticabilidade, leveza, não-metodicidade e acessibilidade”*.
- 

B) Conhecimento Científico

Vamos discutir o conhecimento científico, com o objetivo de adquirir uma ferramenta intelectual que deverá nos ajudar, no cotidiano, a realizar três operações teóricas e práticas importantes: a) construir novos saberes sobre a realidade social; b) compreender, analisar e explicar o funcionamento da sociedade e c) orientar a nossa prática social transformadora. Pontuemos, inicialmente, os três objetivos mencionados.

A construção de novos saberes sobre a realidade social deve ser entendida como um ato de criação de conhecimento, através do processo de investigação.

Como veremos, neste ensaio, o processo de investigação realiza-se através de uma criativa relação entre a teoria, a observação e a interpretação. Todos os momentos da pesquisa exigem rigorosa vigilância do pesquisador sobre a adequação dos passos ou procedimentos que serão assumidos.

Exigem, também, a definição, a escolha e a aplicação de um método e de técnicas de pesquisa ajustados à realidade do objeto que será estudado.¹⁴

Compreender o funcionamento da sociedade é um ato intelectual que, segundo Weber, supõe a “apreensão interpretativa do sentido ou da conexão do sentido”¹⁵, da ação dos atores no processo histórico e social estudados. **Todo processo de análise é também um processo de interpretação que procura verificar os fins pretendidos e a conquista ou não dos mesmos pela população.**

A prática social transformadora requer um compromisso de classe, sem perder de vista a população que deve ser o alvo das políticas públicas municipais, estaduais e federais.

O referido compromisso é uma atitude de permanente vigilância e de luta em defesa dos interesses dos (as) trabalhadores (as) que formam uma classe social, por força do lugar que eles ocupam na sociedade, do trabalho que exercem, das tarefas que executam e da parte que lhe cabem na divisão da riqueza social produzida.¹⁶

¹⁴ Veja o Roteiro para Projeto de Pesquisa Social Crítica neste fascículo.

¹⁵ Weber, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1, 3a. Edição, Editora da Universidade de Brasília, 1994, pág. 6-13.

¹⁶ Basicamente são estes os atributos apontados por Lênin na definição de classe social. Ver Lênin na Indicação Bibliográfica.

Roberto Machado¹⁷, ao discutir as posições de Canguilhem e Bachelard, sobre a ciência e o saber, coloca em destaque, o trabalho científico como necessário para a construção do conhecimento e para a conquista da verdade. Escreve Machado:

“ ... a ciência não pode ser encarada nem como um fenômeno natural nem como um fenômeno cultural como os outros. A ciência não é um fenômeno natural, um objeto dado; é uma produção cultural, um objeto construído, produzido. Ciência é essencialmente discurso, um conjunto de proposições articuladas sistematicamente. Mas, além disso, é um tipo específico de discurso: é um discurso que tem a pretensão de verdade. (...) Por outro lado, relacionar intrinsecamente ciência e verdade não significa dizer que todo discurso científico seja necessariamente verdadeiro. O verdadeiro é o dito do dizer científico. A ciência não reproduz uma verdade; cada ciência produz sua verdade. ”

5 questões básicas estão aqui colocadas, sobre ciência:

- 1 **Ciência é uma produção cultural**, um objeto construído; portanto, a ciência não é um fenômeno natural, como ocorre com uma semente sadia que germina, naturalmente, quando plantada numa terra fértil e úmida.
- 2 **Ciência é um discurso, uma formulação discursiva**: uma sentença ou enunciado que contém sujeito, verbo e predicado que interroga, afirma ou nega alguma coisa.
- 3 **Ciência é um discurso** que tem a intenção de formular verdades.
- 4 **A ciência não produz uma verdade para explicar tudo.**
- 5 **Cada ciência produz verdades** que explicam fenômenos da mesma natureza. Assim, a Ciência Biológica não explica os fenômenos astronômicos que são de outra natureza.

Continua Machado:

É a questão da verdade que determina a originalidade das ciências com relação a outras manifestações culturais e desqualifica o projeto de uma história descritiva ou factual. A ciência é o lugar específico, próprio da verdade... A ciência não é a comprovação de uma verdade que ela encontraria ou desvelaria. Também é inteiramente despropositado procurar fundar a verdade nas faculdades de conhecimento ou em uma realidade ontológica...

¹⁷ As citações apresentadas foram retiradas do trabalho de Machado, *Ciência e Saber*, opus cit., pág. 20-21.

Vamos colocar, em destaque, 3 dos 5 enunciados de Machado no parágrafo acima:

- 1** A construção da verdade é que determina a especificidade da ciência, diferenciando, portanto, a ciência das demais manifestações culturais.
- 2** A ciência não é a comprovação de uma verdade que já existe ou está dada, antecipadamente.
- 3** A verdade não está dada na faculdade intelectual do cientista, nem tampouco, na realidade do ser (realidade ontológica): a verdade é o discurso que retrata a realidade como ela é fora da mente do cientista.

E conclui Machado:

“ ... O que interessa não é basicamente o aspecto do resultado, do produto; o que é privilegiado é a dimensão do processo. A ciência é fundamentalmente trabalho, produção, como diz Bachelard. (...) O verdadeiro é o dito do dizer científico. A ciência não reproduz verdade; cada ciência produz sua verdade. Não existem critérios universais ou exteriores para julgar a verdade de uma ciência. ”

Vamos destacar dois aspectos desse parágrafo:

a) certamente, queremos obter resultado verdadeiro quando fazemos ciência; contudo, a dimensão do processo de construção da ciência para conquistarmos verdade é mais importante; a produção científica exige rigor e método, quando construímos a relação entre a teoria, a observação do objeto e a interpretação que será dada do objeto; **b)** a ciência não reproduz uma verdade que já existe antecipadamente, mas, as diferentes ciências deverão produzir as suas diferentes verdades.

**Ciência é essencialmente discurso,
um conjunto de proposições articuladas sistematicamente.
Mas, além disso, é um tipo específico de discurso:
é um discurso que tem a pretensão de verdade**

**O conhecimento científico é, fundamentalmente, trabalho intelectual,
é uma produção cultural, um objeto construído, produzido,
como afirma Machado.**

Diante do conhecimento científico, o senso comum, as pré-noções e o conhecimento convencional colocam-se em patamares qualitativamente diferenciados que, como vimos, nem por isso não devem ser negados.

Portanto, não se constrói o conhecimento científico pelo aprimoramento do senso comum, do conhecimento convencional.

O conhecimento científico é um processo de trabalho intelectual criativo, teórico, analítico e explicativo, que necessita apresentar as razões que possibilitam compreender o “como” o “por que”. Enquanto os fenômenos ocorrem, o senso comum é, essencialmente, descritivo e narrativo das ocorrências, dos fatos e fenômenos sociais.

O conhecimento científico é teórico. Enquanto tal, ele exige a definição de uma teoria: um conjunto de conhecimentos que apresentem graus e recursos de sistematização que se propõem analisar, explicar, elucidar, interpretar os fenômenos de uma mesma natu-

reza. Toda teoria requer, como veremos mais adiante, a existência e a definição de um feixe de conceitos próprios, requer a formulação de hipóteses e leis, supõe, ainda, a definição de procedimentos metodológicos e de princípios de explicação.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

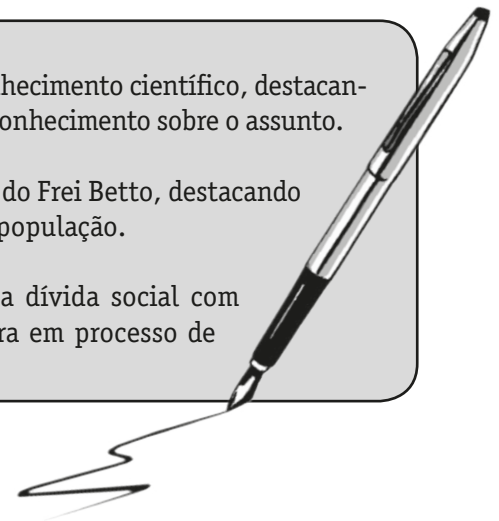
Faça uma releitura das considerações de Roberto Machado sobre o conhecimento científico, destacando e aprofundando a reflexão sobre os pontos que enriqueceram seu conhecimento sobre o assunto.

2

Faça a leitura do artigo “ONU REPROVA E CENSURA GLOBALIZAÇÃO”, do Frei Betto, destacando o sofrimento e a privação de várias ordens impostas à maioria da população.

3

Procure responder: “como” e “por que” o país acumulou tamanha dívida social com a população excluída e, também, com a população que se encontra em processo de exclusão social?





**Questões centrais
à construção das
Ciências Sociais**

3 Três questões relevantes

Em seu trabalho “Crise de Paradigmas em Sociologia”, Octávio Ianni aponta, para discussão, três questões relevantes para a construção das Ciências Sociais, em geral, e da Sociologia, em particular. **A PRIMEIRA** diz respeito à relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

A SEGUNDA refere-se aos principais momentos lógicos da reflexão sociológica.

A TERCEIRA coloca, em discussão, o paradigma, ou princípio explicativo.

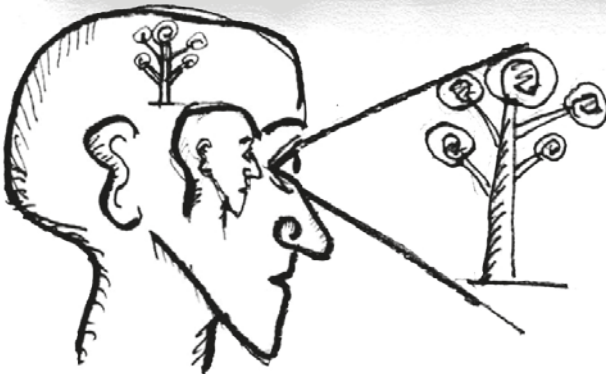
Vamos pontuar os três temas, procurando refletir, inicialmente, sobre o significado dos mesmos em nossa análise e em nosso esforço para a construção de novos saberes sobre a realidade social.

A Relação Sujeito e Objeto

Na Sociologia, o debate sobre a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento é polêmico, nada consensual. Trata-se de uma discussão epistemoló-

gica¹⁸, portanto, de uma discussão relativa ao fazer ciência; discussão complexa com sérias implicações no sujeito, no objeto e no método do conhecimento.

Sob dois outros aspectos, a relação sujeito e objeto do conhecimento, diz respeito a cada um de nós, trabalhador (a) da educação. **PRIMEIRO**, a modalidade da relação que estabelecemos com a realidade social irá determinar a coloração dos óculos, através do qual vemos a realidade. **SEGUNDO**, a nossa intervenção no social irá depender da relação que assumimos com a realidade em que vivemos.



Portanto, com toda certeza, o debate sobre a relação entre sujeito e o objeto do conhecimento é central à construção das ciências históricas e sociais; central, também, à visão e intervenção nossa na realidade social. Vamos apresentar as possibilidades desta relação, tendo a convicção de que não esgotaremos a questão.

¹⁸ Epistemologia (episme = ciência + logos = discurso, fala); Epistemologia é Teoria da Ciência. Refere-se ao estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados da ciência elaborada, bem como à vigilância que se impõe durante o processo de construção da ciência, do saber, com o objetivo de verificar e determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance dos objetivos que foram propostos.

➔ Relação de Exterioridade

Na relação de exterioridade, o sujeito e o objeto apresentam-se como realidades autônomas, como se o real e o pensado se mantivessem incólumes, ilesos e independentes. Essa é uma hipótese do positivismo que está presente na teoria funcionalista, no estruturalismo, no estrutural funcionalismo, entre outras teorias.

Para muitos cientistas e analistas sociais (sociólogos, antropólogos, historiadores, economistas, geógrafos, sindicalistas, professores, entre outros), só existe ciência se houver “absoluta objetividade” na produção científica. Absoluta objetividade significaria retratar a realidade estudada sem qualquer interferência pessoal do pesquisador e do analista na realidade. No ponto de

vista desses “pesquisadores” e “analistas”, só se atinge a objetividade quando se estabelece uma separação (ruptura) entre o sujeito e a realidade (objeto) a ser estudada e/ou trabalhada. Este procedimento é essencialmente positivista e encontra-se no passado e no presente das ciências sociais; no passado e no presente da Sociologia.

Para ilustrar este ponto de vista, vamos imaginar que o analista esteja na lua, sem qualquer possibilidade de relacionar-se diretamente com o seu objeto no Planeta Terra. De lá, com o emprego de potentes telescópios, ele observaria as favelas das metrópoles brasileiras para estudar o inchaço urbano, a escassez de moradia, as conseqüências sócio-político-econômicas do desemprego, da escassez de políticas e recursos destinados à saúde, à educação, à moradia, etc.

Distante da realidade e sem se confundir com ela, o analista estudaria a omissão do Estado, o surgimento dos poderes localizados e associados à rede de drogas, ao “poder de fogo” das armas e violência.

Sem se relacionar diretamente com o objeto em estudo, o analista seria tanto mais “cientista” quanto mais “objetivo” ele fosse; somente assim, suas análises dos fatos não seriam contaminadas pelos seus pontos de vistas, pelos seus valores, pela sua cultura e ideologia.¹⁹

A força e a precisão de seu estudo estariam na definição e no emprego do “método científico”, que assegurariam êxito e qualidade ao trabalho realizado.

¹⁹ Ideologia é um tema proposto para a discussão nos Textos de Apoio no presente estudo.

Na perspectiva positivista, o método de estudo deve ser rigoroso e possibilitar a “precisão”, como ocorre no estudo das ciências da natureza e exatas, a exemplo da Física, Química, Biologia, Matemática e Astronomia. Existe para os positivistas uma verdadeira crença, no mito e no poder do método²⁰. Nesta crença e mito, o método corretamente aplicado, assegura a “obtenção da verdade”. Por isto mesmo, o método da Sociologia deve ser igual ao método empregado nas ciências da natureza, insistem os senhores positivistas.

➔ Relação de Cumplicidade

**A Sociologia inspirada na Fenomenologia e na Gestalt carrega sempre a hipótese de cumplicidade²¹.
A redução fenomenológica e a hermenêutica tendem a tornar o objeto e o sujeito CÚMPLICES DO CONHECIMENTO.**

A Fenomenologia e a Gestalt procuram demonstrar que não há diferença entre sensação e percepção, pois, não temos sensações parciais ou pontuais. Sentimos e percebemos formas ou totalidades estruturadas, dotadas de sentido ou de significação.

Nesta perspectiva, a percepção é uma relação do sujeito com o mundo exterior e não uma relação com feixes de estímulos externos; nem tampouco uma ideia formulada pelo sujeito.

A relação dá sentido ao percebido e ao perceptor. O objeto percebido é qualitativo, significativo, estruturado; o sujeito está no objeto como sujeito ativo. A relação sujeito e objeto é intercorporal; relação entre corpos; uma forma de comunicação entre o sujeito e o objeto, relação comunicativa entre seres. A percepção envolve toda a personalidade do sujeito, toda sua história social.

A percepção oferece ao sujeito um acesso ao mun-

do dos objetos práticos e instrumentais, orientando as ações cotidianas e as ações técnicas. Assim, a percepção para a Fenomenologia e a Gestalt não é uma ideia confusa ou inferior, pois o mundo é percebido qualitativamente, afetivamente e valorativamente.

Na produção do conhecimento, a percepção é considerada originária e parte principal do conhecimento humano. Contudo, sua estrutura é diferente da estrutura do pensamento abstrato, do pensamento que opera com as ideias. Enquanto a percepção capta por parte, o intelecto capta a totalidade, de uma só vez, sem precisar examinar cada parte ou face do real.

As posições da fenomenologia e da Gestalt sobre o conhecimento chocam-se, na prática, com a posição daqueles que defendem ser o conhecimento humano uma operação discursiva. Na perspectiva discursiva, o raciocínio, a indução, a dedução e a demonstração são operações mentais, que comprovam o poder e o limite do intelecto humano.

²⁰ CARDOSO, Mirian Limoeiro. O mito do método. Ver Indicação Bibliográfica.

²¹ Chauí considera a mudança de rumo que sofreu a discussão sobre sensação e percepção a partir da nova concepção do conhecimento sensível. Para uma introdução ao assunto, ver Marilena Chauí. Convite à Filosofia. 5a. Edição, Editora Ática, São Paulo, 1995, Unidade 4, cap. 2, A percepção, pág. 120-125.

Intelecto que opera por uma série de operações intermediárias e parciais; operações que asseguram, contudo, o avanço e a progressividade do conhecimento e colocam em xeque a Sociologia inspirada na Fenomenologia e na Gestalt.

➔ Relação de Reciprocidade

Outra é a posição da Sociologia inspirada na relação de reciprocidade entre o sujeito e o objeto. Nesta, prevalece a relação dialética entre o sujeito e o objeto. Marx, Lênin, Lukács, Gramsci, entre outros, construíram suas propostas teóricas e metodológicas valendo-se da relação de mútua dependência entre o sujeito e o objeto.

Na relação de reciprocidade, o sujeito e o objeto constituem-se simultânea e reciprocamente: o sujeito interfere na constituição do objeto, da mesma forma que o objeto interfere no sujeito.

Toda ação direta entre o sujeito e o objeto interfere na constituição dos dois, inclusive na constituição do método trabalhado.

Por esta razão, escreve Ianni em *A Crise de Paradigma na Sociologia*:

“a reflexão científica pode corresponder a um momento fundamental da constituição do real. Enquanto não se constitui como categoria, concreto pensado, pleno de denominação, o real está no limbo”²².

²² IANNI, Octávio. *A Crise de Paradigma na Sociologia*. Caderno UNICAMP, Campinas, IFCH, março-1992. pág. 34, mimeo.

Em outros termos, o fazer ciência impõe a construção de conceitos, que são a representação ou definição mental (intelectual) do objeto concreto. Não há ciência sem conceito.

Todo aquele que se sente comprometido com as mudanças sociais encontra afinidade com a relação de reciprocidade para sua análise e para sua prática social.

Isto porque a Sociologia de inspiração dialética insere o sujeito na realidade, por força de sua proposta teórico-metodológica; a partir deste momento,

o sujeito é parte comprometida com o processo histórico e social.

Quando o sujeito, que analisa ou trabalha a realidade social, se posiciona na relação de reciprocidade, ele se descobre partícipe da história. Enquanto sujeito do processo histórico, ele coloca suas energias, seus esforços e tempo de trabalho para desvendar, compreender, analisar e interferir na realidade. Desta forma, enquanto agente da história, ele se torna crítico do agir isolado, sem alimentar, contudo, - isto é importante - sem alimentar qualquer esperança no mito da força cega ou autônoma da organização coletiva.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 O que podemos e devemos fazer, enquanto trabalhadores (as) da educação, para romper os laços de dependência do país com o capitalismo avançado rumo ao desenvolvimento sustentável?
- 2 Fazer um quadro comparativo, retratando o Brasil nas décadas de 70, 80, 90 e atualmente, enfocando os aspectos educacionais, sociais, políticos e econômicos.
- 3 Quais as saídas que vemos para o país, com vistas à superação das desigualdades sociais e uma distribuição justa de renda?

B Momentos lógicos da reflexão sociológica

Há requisitos lógicos essenciais para a interpretação dos fenômenos sociais. A historicidade do fato social é uma dimensão ou requisito essencial à compreensão dos fenômenos estudados na

Sociologia. A interpretação que minimiza, perde ou desconsidera a historicidade dos fatos sociais abandona o que há de mais específico na produção científica sobre ele.

**Os fenômenos sociais são OCORRÊNCIAS HISTÓRICAS.
Como já ficou mencionado, são o resultado de processos históricos.
Somente enquanto processo, devem ser estudados,
compreendidos e explicados.**

Na verdade, a noção de processo perde seu sentido, se não for desvendada a relação existente entre os sujeitos, as partes e o todo que integram o processo. São componentes do processo os sujeitos envolvidos, as necessidades ou problemas detectados, o tempo da ocorrência, o lugar das ocorrências, as relações identi-

ficadas entre os sujeitos, os grupos ou classes sociais, os recursos empreendidos, as estruturas estabelecidas, os resultados, as avaliações e reavaliações. **Assim, para dar vida à historicidade, é necessário trabalhar as relações existentes entre os componentes do processo social e histórico.**

De forma semelhante, inserem-se na historicidade o PASSADO E O PRESENTE, dimensões essenciais à análise sociológica do objeto estudado.

Passado e presente referem-se, também, à dimensão histórica. Apresentam duas faces de uma mesma realidade: faces necessárias à compreensão do movimento dia-

lético do ser.²³ São expressões da tese, antítese e síntese que necessitam ser apreendidas, desveladas e explicadas para se dar conta do movimento interno e externo do ser.

Ainda no sentido de apreender o movimento do objeto estudado, encontra-se o SINCRÔNICO E O DIACRÔNICO que são igualmente momentos lógicos necessários à compreensão sociológica dos fatos e fenômenos estudados.

A **SINCRONIA** apresenta o objeto num determinado momento de sua apreensão, seu aspecto estático, algo semelhante a uma foto instantânea que permite visualizar as estruturas do ser que está sendo estudado; ou algo semelhante a um mosaico que visualiza o mural ricamente trabalhado em suas configurações estáveis, estáticas, sincrônicas.

A **DIACRONIA** empenha-se, intelectualmente, em manifestar o contraponto do estático, ou seja, o ser em movimento, em mudança, evoluindo-se, vindo a ser.

Algumas das limitações das teorias do

passado e do presente residem, exatamente, no estreitamento das abordagens dinâmicas, não trabalham a historicidade dos fenômenos sociais.

Ignoram, também, que os fenômenos sociais ganham compreensão quando os movimentos lógicos são revelados e trabalhados em suas dimensões:

- aparência e essência,
- parte e todo,
- singular e universal,
- quantitativo e qualitativo,
- sincrônico e diacrônico,
- histórico e lógico,
- passado e presente,
- sujeito e objeto,
- teoria e prática,
- sinergia e assinergia.

Quando não se levam em conta estas conquistas sociológicas, que definem e redefinem as manifestações da realidade social, sacrificamos as tensões que necessitam ser reveladas ou, pior ainda, colocamos o trabalho científico numa moldura

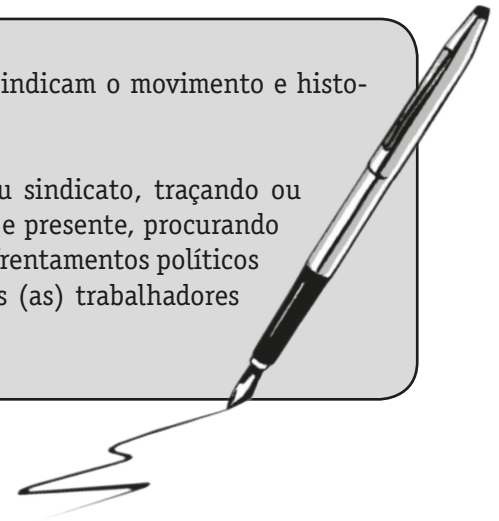
puramente descritiva. **Numa e noutra situação, o trabalho realizado perde seu caráter científico que deve se marcar pela busca permanente daquelas dimensões que estão além da aparência imediata do objeto.**

²³ Sobre dialética, ler o texto indicado em Textos de Apoio:

A *Dialética: concepção e método* e demais bibliografias que tratam das dialéticas contidas no presente caderno.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Retire do presente texto e comente os conceitos e as noções que indicam o movimento e historicidade dos fenômenos sociais.
- 2 Reconstrua os principais momentos da história da CNTE e do seu sindicato, traçando ou pontuando a linha do tempo, o sincrônico e diacrônico, o passado e presente, procurando revelar e analisar as dificuldades, o jogo de interesses, as lutas e enfrentamentos políticos para manter o Sindicato vivo e ativo em defesa da educação, dos (as) trabalhadores (as) da educação, da sociedade.



C Paradigma: Princípio Explicativo

Discutir paradigmas em Sociologia significa levantar o debate sobre os princípios que fundamentam o conhecimento sociológico. Portanto, em Sociologia, paradigma diz respeito, fundamentalmente, aos princípios explicativos desta ciência em construção.



Trata-se, portanto, de um debate relevante sobre o qual não existe consenso, mas controvérsias. A palavra paradigma tem mais de um sentido: refere-se à visão de mundo, às normas e princípios das ações desejadas dos membros de uma determinada cultura; diz respeito, também, às práticas de intervenção na natureza e na sociedade.

Em seu livro, “*Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*”, Leonardo Boff, discute o significado de paradigma, partindo do estudo de Kunt, “*Estrutura das Revoluções Científicas*”.

São dois os significados de paradigma para Kunt. O primeiro diz respeito à...

“ toda uma constelação de opiniões, valores e métodos, etc. participados pelos membros de uma determinada sociedade” que funda “um sistema disciplinado mediante o qual esta sociedade se orienta a si mesma e organiza o conjunto de suas relações”. Já, o segundo significado diz respeito aos “exemplos de referência, as soluções concretas de problemas, tidas e havidas como exemplares e que substituem as regras explícitas na solução dos demais problemas da ciência normal.”²⁴ ”

Desta forma, para Kunt, paradigma significa um parâmetro que seja capaz de indicar o norte de nossas ações, pois o paradigma define uma maneira organizada, sistemática e corrente de nos relacionarmos com nós mesmos e com o amplo entorno da sociedade e da natureza.

Como conclui Boff: trata-se de “modelos e padrões de apreciação, de explicação e de ação sobre a realidade circundante”.

No sentido até aqui apontado, paradigma define os procedimentos esperados para se chegar à realidade, seja ela natural ou social.

No que se refere ao social, os procedimentos não são padronizados, mas devem levar em consideração as diferenciações das culturas, costumes e tradições dos povos.

Como mencionamos, na Sociologia paradigma refere-se ao princípio que sintetiza as possibilidades de explicação científica. Contudo, a multiplicidade de teorias não implica na multiplicidade de fundamentos, de alcance e de valores da ciência sociológica (epistemologia). Isto porque, dada epistemologia pode fundamentar propostas teóricas diferentes, como ocorre de fato.

No entender de Ianni, John Elster sugere que existem basicamente “três tipos principais de explicação científica: a causal, a funcionalista e a intencional”.

Afirma que a abordagem causal é comum a todas as ciências, naturais e sociais. Mas, diz Elster que a explicação funcionalista não tem cabimento nas ciências sociais. Baseia-se em uma analogia equívoca, retirada da biologia”.²⁵

Elster acrescenta que nas ciências sociais as explicações podem ser baseadas na “causalidade intencional”, com variações conforme se trata de processo internos aos indivíduos ou processos relativos à interação entre indivíduos. **Conclui Elster que “O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal -intencional mista - compreensão intencional das ações individuais e explicação causal de suas interações”.**

²⁴ BOFF, Leonardo. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. 3a. Edição, Editora Ática, São Paulo, 1999, pág. 27-62.

²⁵ A Crise de Paradigma em Sociologia. IFCH, UNICAMP, Campinas, 1992, pág. 34 -36.

Determinados princípios explicativos fundamentam diferentes teorias, mantendo, contudo, as variações, as convergências e divergências existentes entre elas. Assim, o princípio de causalidade funcional coloca-se na base explicativa do funcionalismo, estrutural funcionalismo, neofuncionalismo, positivismo, entre outras teorias. São teorias aparentadas que dialogam entre si, que ora se aproximam, ora se distanciam em suas análises e explicações da realidade.

Paradigma, para Ianni, compreende...

“uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental. Envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, caracterizando uma perspectiva

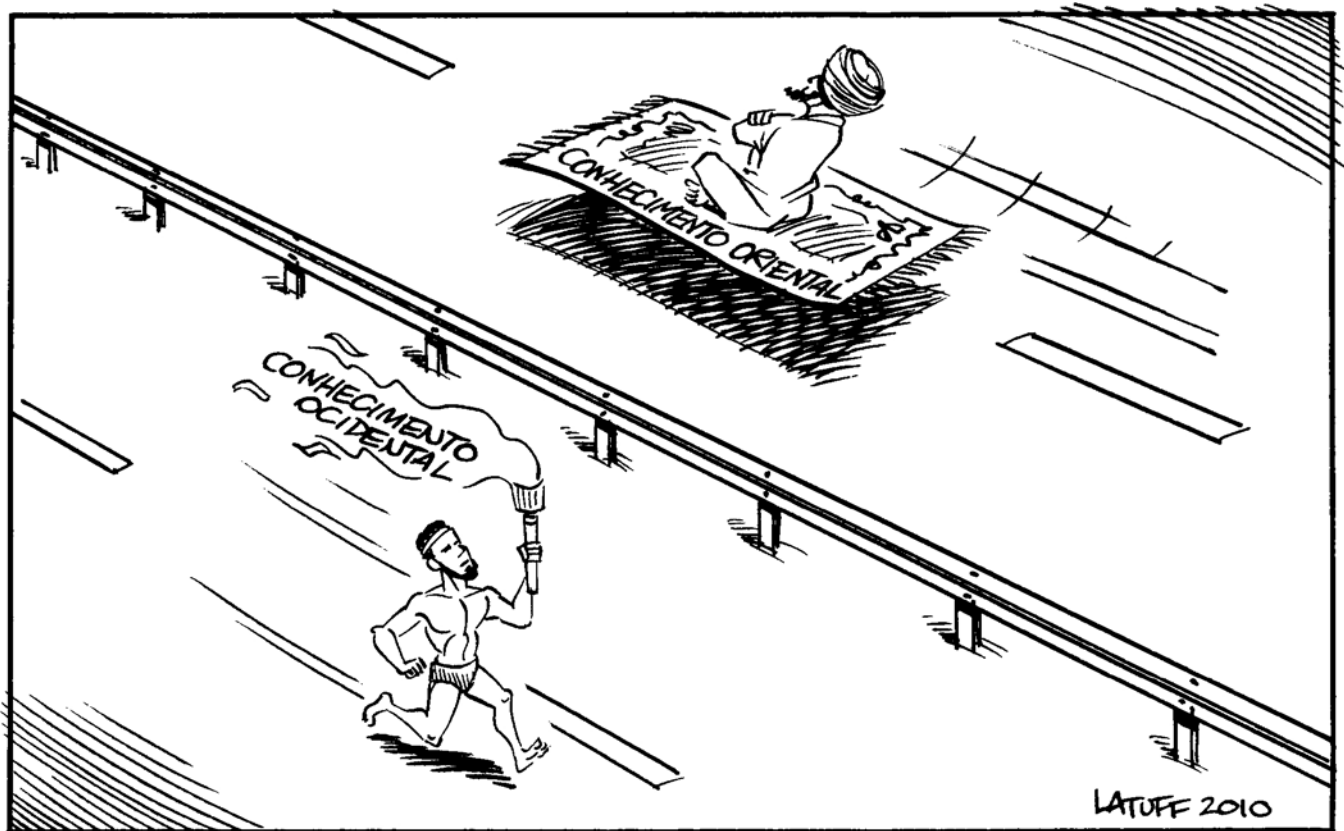
interpretativa, explicativa ou compreensiva, articulada, internamente consistente”. Por outro lado, os princípios que imprimem ao paradigma sua força de explicação, segundo o autor, são os seguintes: “evolução, causalção funcional, estrutura significativa, redução fenomenológica, conexão de sentidos e contradição”.²⁶

Paradigma Emergente

Em nossos dias, uma das discussões mais ricas no campo do conhecimento e construção do saber refere-se ao novo paradigma emergente.²⁷

De forma simplificada, podemos dizer que essa discussão se apresenta como algo parecido com uma estrada de mão dupla: em uma das mãos,

transita o **CONHECIMENTO OCIDENTAL** dominante, que fraciona o todo para compreender a parte; na outra mão, começa a transitar e a ser reconhecido o vestígio de um conhecimento mais próximo das raízes do **PENSAMENTO ORIENTAL**, que privilegia o todo para entender a parte.



²⁶ Idem

²⁷ Encontra-se neste fascículo uma Bibliografia de apoio ao estudo do Novo Paradigma.

Modo de pensar ocidental segundo Fritjof Capra:

“ A filosofia de Descartes não se mostrou importante apenas em termos do desenvolvimento da Física clássica, ela exerce, até hoje, uma tremenda influência sobre o modo de pensar ocidental.

Cogito ergo sum (Penso logo existo) a famosa frase cartesiana tem levado o homem ocidental a igualar sua identidade apenas à sua mente, em vez de igualá-la a todo o seu organismo.

Em conseqüência da divisão cartesiana, indivíduos, na sua maioria, têm consciência de si mesmos como egos isolados existindo “dentro” de seus corpos. A mente foi separada do corpo, recebendo a inútil tarefa de controlá-lo, causando assim um conflito aparente entre a vontade consciente e os instintos involuntários.

Posteriormente, cada indivíduo foi dividido num grande número de compartimentos isolados de acordo com as atividades que exerce, seu talento, seus sentimentos, suas crenças, etc., todos estes engajados em conflitos intermináveis, geradores de constante confusão metafísica e frustração.²⁸ ”

A fragmentação interna do Eu, diz Capra, espelha nossa visão do mundo “exterior”, que passa a ser visto, entendido e explicado como sendo constituído por uma imensa quantidade de objetos e fatos isolados. A fragmentação do sujeito espelha no ambiente natural que passa a ser entendido em partes separadas. O pensamento se torna escravo da fragmentação do real: conhecer é separar, é situar no tempo e espaço cartesianos; é, em última análise, isolar a parte do todo.

A fragmentação da realidade torna-se ainda mais ampliada, quando se trata da sociedade: povos, nações, culturas, raças, agrupamentos, classes, estamentos, grupos políticos e religiosos.

Entende Capra que “A crença de que todos esses fragmentos - em nós mesmos, em nosso ambiente e em nossa sociedade - são efetivamente isolados e podem ser encarados como a razão essencial para a atual série de crises sociais, ecológicas e culturais”.

O aprofundado conhecimento e exploração do mundo atômico e subatômico têm demonstrado a fragilidade e limitação das ideias da Física clássica, que serviu de alicerce ao conhecimento ocidental até os nossos dias. A revisão dos conceitos de espaço, tempo, lugar, velocidade, energia, matéria, entre outros, é imprescindível em razão da inadequação destes conceitos diante da teoria da relatividade, da exploração do mundo atômico e subatômico.

Diz ainda Capra:

“ O conceito de matéria na Física subatômica, por exemplo, é totalmente diverso da ideia tradicional de uma substância material conforme encontramos na Física Clássica... Tais conceitos, não obstante, são fundamentais em nossa percepção do mundo; a partir de sua transformação radical, nossa perspectiva também passou a conhecer um processo de transformação.²⁹ ”

²⁸ CAPRA, Fritjof. O Tal da Física - um paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental. Ed. Cultrix, São Paulo, pag 21-27. Ver, também, do mesmo autor, O Ponto de Mutação, Sabedoria Incomum, Teia da Vida.

²⁹ Na perspectiva apontada por Capra, ver Bibliografia: Novo Paradigma.



Boff e os primeiros passos...

Entende Boff que o novo paradigma não nasceu ainda,

“ Mas está dando os primeiros sinais de existência. Começa já uma nova dialogação com o universo... (...) Estamos regressando à nossa pátria natal. Estávamos perdidos entre máquinas, fascinados por estruturas industriais, enclausurados em escritórios de ar refrigerado e flores ressequidas... Agora estamos regressando à grande comunidade planetária e cósmica. Fascina-nos a floresta verde, paramos diante da majestade das montanhas, enlevamo-nos com o céu estrelado e admiramos a vitalidade dos animais... Enchemo-nos de admiração pela diversidade das culturas, dos hábitos humanos, das formas de significar o mundo. Começamos a acolher e valorizar as diferenças. E surge aqui e acolá uma nova compaixão para com todos os seres, particularmente por aqueles que mais sofrem, na natureza e na sociedade.³⁰ ”

Ianni: do Nacional ao Global

No campo específico da Sociologia, o texto organizado por Sérgio Adorno, *“A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade”*, apresenta um

artigo de Octávio Ianni que se aproxima da discussão que estamos considerando sobre o novo paradigma emergente: *“Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais”*.³¹

Há, por parte de Ianni, o reconhecimento de que o paradigma clássico das Ciências Sociais foi, e continua sendo, desenvolvido com base nos fatos e fenômenos que emergem e desenrolam-se nas SOCIEDADES NACIONAIS. Contudo, a sociedade nacional está sendo desfeita, refeita e substituída pela sociedade global.

³⁰ BOFF, Leonardo. *Ecologia Grito da Terra, Grito dos Pobres*. 3a. Edição, Ed. Ática, São Paulo, 1999, pág. 30.

³¹ IANNI, Octávio. *Globalização Novo Paradigma das Ciências Sociais*. In ADORNO, Sérgio (org.).

A Sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Editora da Universidade - UFRS, Porto Alegre, 1995, pág. 13-25.

Estamos diante de um processo de nova constituição dos estados. Processo que leva em consideração para a sua constituição os princípios e interesses que orientam o projeto político, econômico, social, cultural e tecnológico neoliberal.

Este fato novo, certamente, abala as teorias que elaboraram conceitos, hipóteses, metodologias de trabalho, paradigmas levando-se em consideração o cenário social, político, econômico, cultural, religioso, artístico, dos estados nacionais.

O até então consistente edifício do ESTADO LIBERAL foi abalado e cedeu lugar ao Estado providência - ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL. Este, da mesma forma do anterior, não resistiu ao poder de fogo das crises e interesses do capital. O Estado do Bem-estar Social foi implodido, para ceder, a vez e o lugar, ao ESTADO NEOLIBERAL.

A sociedade global não é mera extensão quantitativa e qualitativa das sociedades nacionais, embora, estas sejam ainda o sustentáculo para a globalização e centralização do capital e do poder político. Para tanto, basta avaliar a filosofia e a prática do “estado mínimo”, da crescente dependência dos estados em desenvolvimento, da

centralização das decisões no mercado internacional, da força política dos países do norte. O êxito da globalização para o capital depende das medidas e decisões oriundas dos órgãos e instâncias que centralizam os planos e projetos que convêm aos países capitalistas de ponta: ONU, OTAM, FAO, BIRD, G7, GATT, NAFTA, entre outros.

Um mundo a ser mudado

É espantoso reconhecer que globalização da economia não se intimida com a destruição social por ela causada.

Os países em desenvolvimento experimentam o engessamento de suas economias, o retrocesso de suas políticas sociais, o esgotamento do Estado de Bem-estar Social.

Não é apresentada alternativa capaz de revitalizar a prestação de serviços básicos: educação, saúde, mo-

radia, lazer, transporte, qualificação, emprego, salário. É o mundo de cabeça para baixo. Os pobres trabalham para o enriquecimento daqueles que já são ricos. São inúmeras e preocupantes as situações que comprovam a referida inversão.

Anos 1980... o drama da América Latina

Segundo a FAO³², a década de 1980 foi dramática para a América Latina

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) nos diz que os 5% mais ricos aumentaram sua riqueza em 8%, enquanto 75% da população empobreceram na ordem de 13%.

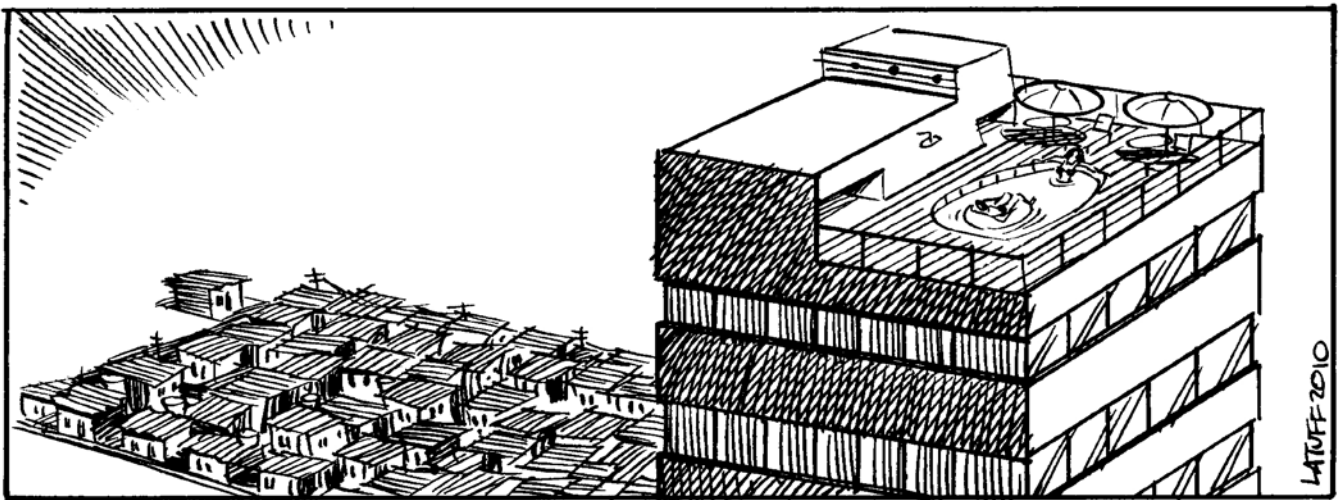
Em 1970, 136 milhões dessa população (41%) estavam subempregada ou desempregada; em 1980 os números aumentaram para 170 milhões (43%); em 1986, saltaram para 184 milhões (45%) de pessoas que viviam sem garantias mínimas de salário.

Os números e percentuais comprovam o enfraquecimento dos estados nacionais pobres que são presos à lógica da globalização.

A ONU (Organização das Nações Unidas) reconhece que, desde 1982, o sistema financeiro mundial tem exigido duramente o pagamento da dívida externa, absorvendo entre 35% a 50% da arrecadação de cada país. Para poder pagar, a cada mês, como é o caso do Brasil, 1,2 bilhões de dólares em juros do principal da dívida

aos bancos mundiais, os governos não realizam os investimentos indispensáveis à área social.³³

A cada cinco segundos, morre uma criança pobre nos países subdesenvolvidos. Crescem assustadoramente as favelas, a dissolução da família, a violência, a mortalidade infantil, o banditismo, os grupos de extermínio de meninos e meninas de rua. Aumenta a fome, avoluma-se a massa populacional dos excluídos, enquanto reduz, significativamente, o número dos incluídos nos privilégios da globalização, no processo de neoliberalismo.



³² Dados da FAO, citados por Leonardo Boff, em *Ética da Vida*, pág. 78. Ver indicação bibliográfica.

³³ ONU Reprova Brasil, artigo do Frei Betto citado anteriormente.

O PARADIGMA NEOLIBERAL

Com toda a certeza, o paradigma da globalização neoliberal - processo que privilegia uma minoria altamente favorecida, excluindo a grande massa da população - não convém aos povos e aos países em desenvolvimento. É injusto até mesmo admitir que *“a fortuna dos três homens mais ricos do mundo, é superior à soma do PIB de todos os países subdesenvolvidos (incluindo o Brasil) e de seus 600 milhões de habitantes. Está claro não ser este o paradigma emergente que interessa aos homens e mulheres, aos jovens e adolescentes, à sociedade e à natureza. Conhecer a Globalização deve constituir-se num aprendizado necessário para repensarmos nossas estratégias concretas e diárias de luta contra a voracidade deste modelo que objetiva ampliar a territorialização dos fluxos de mercado e de capitais”*.

Caminhando no sentido da construção deste novo paradigma, a CNTE vem inserindo um debate novo até então, que é o debate da conversão da dívida externa em investimentos na educação. “A CNTE quer que o Brasil aplique os recursos da dívida externa, avaliado hoje, em cerca de R\$ 503,2 bilhões, na melhoria da

educação pública. É o que chamamos de “Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação”. O Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, proposto em 1999, recomenda um investimento de 10% do Produto Interno Bruto (a soma de todas as riquezas do País) na Educação, o que daria, hoje, cerca de R\$ 185 bilhões”.

O que seria possível fazer com esse dinheiro ?

“Os novos recursos poderiam contribuir para atingirmos os objetivos do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Porém, poderíamos iniciar pela conquista de algumas metas do plano aprovado em 2001.

Algumas possíveis metas:

- 1 **Ampliar a oferta de educação infantil** de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade, e 60% da população de 4 a 6 anos e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos, e 80% das de 4 e 5 anos.
- 2 **Garantir transporte escolar na Zona Rural** para alunos e professores.
- 3 **Atender, em dois anos, todos os egressos do Ensino Fundamental**, inclusão dos alunos com defasagem de idade e daqueles com necessidades especiais no Ensino Médio. **Alfabetizar dez milhões de adultos**, em cinco anos, e erradicar o analfabetismo em dez anos.

- 4 **Alfabetizar dez milhões de adultos**, em cinco anos, e erradicar o analfabetismo em dez anos.
- 5 **Assegurar a adaptação de todos os prédios escolares**, em cinco anos, aos padrões mínimos de infraestrutura para o atendimento de alunos com necessidades especiais.
- 6 **Triplicar a oferta de cursos básicos de Educação Profissional**, a cada cinco anos.
- 7 **Dotar, em cinco anos, as escolas indígenas com equipamento didático-pedagógico básico.**
- 8 **Regularizar o fluxo escolar, reduzindo as taxas de repetência e evasão em 50%**, em cinco anos.
- 9 **Implementar programas de valorização profissional**, em todos os níveis de governo recuperar os salários e implantar, gradualmente, a jornada de trabalho em tempo integral.
- 10 **Garantir que 70% dos professores** da educação infantil e ensino fundamental tenham formação em nível superior, em cursos de licenciatura plena.

Só para se ter uma ideia, basta dizer que o Fundef (que financia o Ensino Fundamental, 1ª a 8ª séries) tem, em 2005, um orçamento de R\$ 31 bilhões frente a um gasto, em 2004, de R\$ 146 bilhões com juros e encargos da dívida.

É importante ressaltar, porém, que o dinheiro da dívida externa não substitui os recursos já previstos para a educação. Trata-se, portanto, de dinheiro adicional, para aumentar as verbas para a Educação".³⁴

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Discuta o significado dos seguintes princípios explicativos: evolução, causalção funcional e contradição.
- 2 Uma das preocupações do novo paradigma é a devassa da natureza com repercussão direta na vida do Planeta Terra. Como vem ocorrendo a depredação ambiental na sua região, no seu Estado e no Brasil?
- 3 O que a educação pode fazer para a conquista da "cidadania planetária", comprometida com as condições de vida da sociedade, da natureza e no Planeta?

***Não há saber mais ou menos,
há saberes diferentes.***

(Paulo Freire)

³⁴ Texto da Cartilha publicada em 2006 pela CNTE, *A Verdadeira dívida é com a Educação*

D Contribuições ao estudo da sociedade

Como ficou registrado no esboço Histórico, a Sociologia inicia-se tão logo foram consolidados os marcos do capitalismo que definiram a sociedade burguesa moderna. Contudo, cabe reconhecer que inúmeras contribuições ao estudo da sociedade

foram produzidas em épocas distantes, principalmente, a partir dos pensadores helênicos. Vamos mencionar algumas contribuições significativas dos estudiosos do passado ao estudo da sociedade.

Panorama: Do Pensamento Helênico ao Século XIX

História...

Com a forma de pensar a FILOSOFIA NA GRÉCIA no século V a.C., iniciaram-se as análises e orientações significativas no campo da história, da política, da teoria do Direito e da sociedade. A História da Guerra do Peloponeso celebrou Tucídides (465-395) pela forma como foram tratados os acontecimentos daquela batalha, com detalhes e objetividade. Contudo, Platão e Aristóteles foram os “filósofos sociais” que analisaram e deixaram para a posteridade obras políticas, jurídicas e sociais relevantes.

Platão (428-347 a.C.)

No que diz respeito à sociedade, escreveu *A República*, *As Leis* e *O Governante*. Em *A República*³⁵, Platão trata da sociedade ideal, que deve ser regida pelo princípio permanente da justiça. O livro, *As Leis*, refere-se à “sociedade normal”, que deve ser construída a partir da relação entre o número de habitantes e as leis vigentes, valendo-se dos fatores geográficos e populacionais. Em *O Governante* (cuja autoria é duvidosa), Platão trata dos aspectos políticos da sociedade, referindo-se a modelos e procurando estabelecer sis-

tema de governo. Considera:

MONARQUIA (governo de um só, com uma constituição); **TIRANIA** (governo de um só, sem uma constituição); **DEMOCRACIA** (governo de muitos, apoiados na constituição) e **OLIGARQUIA** (governo de um pequeno grupo sem uma constituição).

³⁵ Ver Platão. *A República*. Editora Edipro. Bauru, SP, 1994.



Aristóteles (384-322 a.C.)

Em sua obra *A Política*³⁶, após estudar mais de uma centena de constituições das cidades gregas, concluiu que “o homem é um animal político”; sua vida se realiza na relação e gestão da vida em sociedade.

Aristóteles estuda também as diferentes formas de mudança e a passagem de uma economia natural para uma economia mercantilista. Desenvolve sua concepção de modelo político, discutindo os três “tipos normais” de formas de governo:

A) A MONARQUIA; B) A ARISTOCRACIA E C) A REPÚBLICA; considera, também, as três negações dessas formas normais de governo: **a)** a tirania; **b)** a oligarquia e **c)** a demagogia. Em *A Ética a Nicomaco*, faz referência à teoria do valor (desenvolvida mais tarde por Ricardo e Karl Marx); trata, ainda, das noções sobre “associação” relacionada à vida e organização política.

História...

Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino e Ibn Khaldun foram os mais destacados “filósofos sociais” da Idade Média. Na Idade Média Europeia, o cristianismo foi determinante para a concepção histórica da vida e das relações sociais. A ética e a moral estavam subjugadas à ética católica; os valores, os conhecimentos e costumes sociais foram submetidos ao padrão dos valores e conhecimentos cristãos. No Islamismo, coube a Ibn Khaldun difundir a influência da Filosofia da História iniciada por Santo Agostinho.

Santo Agostinho (354-430)

Bispo africano da Igreja Católica, escreveu a **sua mais importante obra, *A Cidade de Deus*, que passou a ser considerada como o primeiro estudo de filosofia da história.**³⁷ A queda do Império Romano é atribuída por Santo Agostinho ao vício e corrupção

da época. *A Cidade de Deus* é um estudo teológico que procura demonstrar a luta que persistirá, até o final dos tempos, entre as duas cidades, entre os dois reinos - o Reino de Deus e o Reino dos Homens. No fim dos tempos, defende Santo Agostinho que vencerá a cidade de Deus.

Tomás de Aquino (1225-1274)

Santo Tomás de Aquino situa-se entre os maiores teólogos e filósofos da Igreja Católica de todos os tempos. Sua principal obra é a *Súmula Teológica*. Trata-se a um “estudo acabado” de filosofia e teologia que se tornou uma escola: **o Tomismo, ensino escolástico assumido pela Igreja Católica para a formação do clero.** Na

Súmula Teológica, Santo Tomás de Aquino coloca o problema da sociedade, enquanto um lugar natural e capaz de ofertar às pessoas as suas finalidades. Refere-se à cidade como o lugar perfeito e voltado para o bem comum. Tomás de Aquino **resgata todo o pensamento aristotélico, procurando interpretá-lo à luz da revelação cristã.**

³⁶ Ver Aristóteles. *A Política*. Editora Edipro. Bauru, SP, 1995. Ver referência Bibliográfica.

³⁷ *A Cidade de Deus e a Cidade de Deus Contra os Pagãos*. Ver Santo Agostinho citado na Contribuição Bibliográfica.

Ibn Khaldun (1332-1406)

No mundo islâmico, Ibn Khaldun desvinculou-se do pensamento fundamentalista e religioso ao escrever *Prolegômenos*, tratado sobre a história universal que procura dar uma explicação causalista para as questões sociais. Khaldun foi o primeiro a considerar a sociedade humana como objeto especial de estudo. Realizou pesquisa sobre os fatores da evolução

histórica, chegando a concluir sobre a forma que os diferentes povos empregam para manterem sua subsistência. O conceito de solidariedade foi empregado por Khaldun. Para ele, solidariedade expressa uma relação entre seres específica da sociedade humana. Da mesma forma, defendeu que todos os elementos da vida política e intelectual estão em função da evolução econômica.

História...

Na Renascença são inúmeras e significativas as contribuições ao estudo da sociedade. Situam-se neste período os precursores da Sociologia que estabeleceram a ruptura com o pensamento medieval. Maquiavel, Thomas Moore, Campanella, Locke, Spinoza, Hobbes, entre outros, ajudaram a construir uma nova visão da sociedade, superando o enfoque teológico, teocêntrico e metafísico que norteou toda a Idade Média. Coube a esses pensadores alimentar a mobilização humanista que colocou, principalmente nos centros urbanos, as bases para o renascimento do humanismo grego que havia sido varrido do mundo ocidental.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)

Maquiavel é o autor da conhecida obra, *O Príncipe*. Trata-se de um tratado para ditadores. Para manter-se no trono, o príncipe deve cuidar dos súditos e de seu território. O fim justifica os meios. Admite que a natureza humana é má, mas o homem se torna bom quando coagido. A pobreza e a fome fazem do

homem um ser industrioso; a lei o torna bom porque o reprime. Maquiavel escreveu, também, o Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio. Nesta obra considera que entre as forças que agem sobre o Estado estão a tradição, a religião, a ideologia, as classes sociais, as instituições políticas e a pessoa do ditador.

Thomas Moore (1478-1536)

Moore é um chanceler inglês que escreveu o romance político *A Utopia*. Nesta obra, Moore critica as condições sociais na Inglaterra ao revelar

as possibilidades de uma nova vida num outro tipo de sociedade que vive o “comunismo fundamental”.

Thomas Campanella (1568-1639)

Campanella foi um monge italiano que, acusado de ideias eróticas, passou vinte e sete anos na prisão. Escreveu *A Cidade do Sol*. **A obra analisa a**

ordem social fundada nas relações sociais regidas pelos princípios do poder, da inteligência e do amor.

Jean Bodin (1530-1596)

Bodin foi um professor da Universidade Francesa de Toulouse. Sua produção é extensa e condizente com a preocupação do mestre. No livro, **O Método (1566)**,

para facilitar a compreensão da história procura definir um método para estudar a história e analisar a sociedade ao mesmo tempo.

História...

Com o desenvolvimento do capitalismo comercial no século XVII, multiplicam-se os tratados de economia que passaram a abordar novas e inúmeras questões sociais. O Leviatã, de Hobbes (1588-1679), segue a trilha de O Príncipe, de Maquiavel, procurando descobrir e justificar as razões para estimular o uso da força, como medida necessária à vida em sociedade. Estas obras exerceram enorme influência em sua época e continuam vivas e estudadas nos nossos dias.

Thomas Hobbes (1588-1679)

Escreveu os livros *A Cidade* (1642) e *Leviatã* (1651). **Ele é um dos fundadores do empirismo. Para os empiristas, a sensação e a percepção dependem das coisas exteriores que agem sobre os sentidos externos e sobre o sistema nervoso.** O conhecimento é obtido através da soma e da associação

das sensações. Hobbes estuda e procura entender a integração social a partir da experiência da realidade. Ele expõe seu pensamento social valendo-se do método comparativo, procurando, por exemplo, explicar as diferenças existentes entre vespas e abelhas e a sociedade humana.

John Locke (1632-1704)

Locke sustentava que o estado natural dos indivíduos era a liberdade perfeita para o agir dos homens em sociedade, sem que se impusesse a necessidade da permissão de outro homem. Na sua obra *Dois Tratados*

sobre o Governo, Locke **defendeu a tese de que o povo constituía a força suprema da sociedade e, como tal, deveria agir para definir as formas de legislação de seu interesse.**

Baruch Spinoza (1632-1704)

Spinoza, judeu-holandês, em sua obra, Tratado Teológico Político, **defendia a ideia de que o homem na sua origem era anti-social e de natureza predatória, possuindo, contudo, impulsos sociais no início de sua constituição.** Por isto mesmo, em razão de

sua natureza, o homem não poderia ser mau, mas era anti-social. A sociedade surge exatamente para corrigir este desvio do homem, surge com o objetivo de garantir os ganhos e glórias que o homem só consegue alcançá-los na vida em sociedade.

História...

Ainda que presas aos esquemas religiosos, as contribuições do cientificismo foram significativas e relevantes para o desenvolvimento da Filosofia da História e o estudo da sociedade. Neste sentido, situa-se o trabalho de Sir Francis Bacon (1561-1626). Coube ao "Novum Organum", principal obra de Bacon, abrir o caminho para a investigação da natureza pelo teste do conhecimento. Da mesma forma, Descartes (1596-1650), com o "Discurso do Método", estabeleceu as quatro regras que, até os dias de hoje, norteiam a construção do conhecimento: a) a da evidência; b) a da análise; c) a da ordem e d) a da enumeração. Com toda certeza, a metodologia cartesiana influenciou o pensamento social e as doutrinas políticas por força de seu racionalismo.

mais História...

O Século XVIII, denominado também século do Iluminismo e do Humanismo, foi profundamente fecundo para a produção do conhecimento do homem e de sua vida em sociedade. Neste período, o pensamento social e a reflexão para a compreensão das questões sociais passam a ser dirigidas na direção do homem, do mundo e da vida humana em sociedade. Foram produzidas obras que se constituíram em verdadeiros marcos da política, da economia e sociologia. Hume (1711-1776), continuador do empirismo de Locke, escreveu o Tratado sobre a Natureza Humana; Adam Smith (1723-1790), em A Riqueza das Nações, relaciona suas análises econômicas ao conjunto da sociedade; enquanto o fisiocrata, Smith, defende que a riqueza de uma nação resulta da terra e de sua exploração.

Charles Montesquieu (1689-1755)

Montesquieu escreveu significativas obras, como As Cartas Persas, Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência e O Espírito das Leis, em que desenvolve o princípio de causalidade social. Nesta obra, ele afirma que as leis são relações necessárias que derivam da natureza das coisas. Os homens e os grupos não são determinados arbitrariamente,

pois obedecem às diversas causas de natureza física e moral.

Para ele, existem quatro leis fundamentais: a) necessidade da paz b) a satisfação da fome c) a necessidade de sexo d) o desejo de viver em sociedade.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778)

Rousseau é reconhecido como um dos maiores enciclopedistas, bem como, um importante precursor da Sociologia. Entre outros, dois de seus escritos ficaram para a história: *O Contrato Social* (1762) e *Émile* (1762). **Uma das teses de Rousseau é que as ciências e as artes são fontes de decadência moral, que tudo corrompem, provocando uma vida de luxo e de costumes irregulares. Por isso, ele incita o retorno à natureza, à simplicidade primitiva. Vivia-se melhor e mais feliz enquanto primitivo. Como não é mais possível voltar ao estado primi-**

tivo, Rousseau propõe o Contrato Social. Para fundamentar o contrato, as pessoas devem colocar suas vidas e posses sob o controle da sociedade. Caberia ao monarca cuidar da coletividade. Suas principais ideias podem ser assim resumidas: **a) a natureza é boa, mas a sociedade a prejudica; b) a vida social guia-se mais pelo instinto e sentimento, menos pela inteligência; c) vida, liberdade e busca de felicidade são direitos que os homens não podem renunciar.** Em *Émile*, Rousseau desenvolve suas posições educacionais e pedagógicas.

História...

No final do século XVIII e início do século XIX, foram produzidas as obras das “Doutrinas Socialistas” que se colocaram contrárias à concentração da riqueza e exploração dos (as) trabalhadores (as). Entre outros pensadores, cabe destacar: Fourier (1772-1837), criador das comunidades de produção (falanstérios), composta por 1.800 trabalhadores. Saint Simon (1760-1825), reconhecido como o fundador do socialismo. Owen (1771-1858) escreveu Uma Nova Visão da Sociedade, fundador das primeiras sociedades cooperativas. Proudhon (1809-1865), escreveu “O que é a Propriedade”. Em O Manifesto do Partido Comunista, Marx considera as virtudes, as práticas e os equívocos das referidas “Doutrinas Socialistas”.

Hegel (1770-1831)

Hegel, filósofo idealista alemão, procurou trabalhar o movimento de entrosamento entre os princípios filosóficos e as ciências sociais. **Hegel é o fundador da dialética idealista que atribui o movimento do real à ordem dos conceitos e não à realidade. Coube a Marx, colocar a dialética de Hegel de cabeça para cima, de pés no chão.**

Para **Marx**, o movimento do real está nas coisas mesmas. A mente capta e explica o movimento da natureza, valendo-se dos conceitos. **Ricardo** (1772-1823)

escreveu a obra *Princípios de Economia Política*, tornando-se, na época, o principal teórico da economia capitalista. **Malthus** (1766-1834) ficou famoso com sua teoria da população, afirmando que a correlação entre os recursos materiais e a excessiva fecundidade humana resulta em graves problemas de sobrevivência para a humanidade futura; para Malthus, a população cresce numa velocidade semelhante à média geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce numa média aritmética.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Retome a leitura do texto acima e procure destacar os autores, as obras e as ideias que foram contrárias ao pensamento da Idade Média, esvaziando, por isso mesmo, o controle do cristianismo sobre a sociedade.
- 2 Vamos trazer do item anterior a questão da Globalização para discussão. O elemento mais importante do processo de globalização é a territorialização e a liberalização dos fluxos de comércio e de capital. O que significa esta afirmação?
- 3 Aprofunde o debate sobre o significado das seguintes “metas e/ou propósitos da globalização”:
 - ✓ Redução do tamanho do Estado;
 - ✓ Privatização das estatais;
 - ✓ Elevação dos índices de desemprego;
 - ✓ Rebaixamento dos direitos sociais e trabalhistas;
 - ✓ Dificuldades para a adoção de política autônoma e soberana de desenvolvimento.



*Tudo é loucura ou sonho no começo.
Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra
maneira. Mas já tantos sonhos se realizaram,
que não temos direito de duvidar de nenhum.*

(Monteiro Lobato)

REVISTA Mátria



A revista **Mátria** é uma publicação anual da CNTE que por meio de um caráter jornalístico visa uma dupla função: informativa e educativa. A cada edição procura aproximar a realidade de um público que não circula nos espaços de engajamento político; ao mesmo tempo em que mantem a vertente acadêmica tradicional, de modo a permitir que os dados factuais possam ser analisados à luz do pensamento feminista moderno.

www.cnte.org.br



A humanidade só tem a ganhar ao incluir a mulher, de modo igualitário, na vida social, familiar, política e sexual.

4

Teoria Sociológica

UMA PREMISSA

Magia ou Criação

Produzir uma teoria é um ato de magia, ato de construção e criação. Cada teoria contém elementos essenciais, específicos e diferenciados. Existem tantas teorias sociológicas quantos são os feixes de conceitos específicos de leis, de metodologia para a aquisição do objeto trabalhado, e de princípios explicativos dos fatos e/ou fenômenos estudados. Existem,

também, pressupostos à construção teórica que dizem respeito à forma como o analista se coloca diante da construção do objeto e do método. Estamos nos referindo às questões especificamente epistemológicas³⁸, por exemplo: a vigilância epistemológica³⁸ que devemos ter durante todo o percurso da construção do conhecimento independentemente da teoria assumida.

PIONEIROS DA SOCIOLOGIA

De saída, poderíamos nos colocar 3 perguntas:

- 1 Por que trazer para discussão os primeiros fundadores da Sociologia?
- 2 O debate sobre o passado traz contribuições ao presente?
- 3 Falaremos das ideias e propostas de todos os fundadores da Sociologia?

Vamos iniciar com respostas resumidas:

Respondendo à **primeira pergunta** que, até os dias de hoje, incorremos em erros de análise da sociedade em razão da influência, conveniência e oportunismo das elites políticas, econômicas e sociais em manter e impor à população a leitura e compreensão da sociedade, conforme a visão que interessa às elites. **Ir às fontes das teorias básicas ajuda-nos a superar o estado passivo de aceitação que se baseia em normas como: o “mestre disse”, “ordem e progresso”, “saiu na mídia”, etc. Estas são formas que repassam a visão ideológica conservadora dominante.**

Em parte, a resposta à **segunda pergunta** já está contemplada na primeira. Contudo, podemos acrescentar algo mais: conhecer os erros e acertos do passado ajuda-nos em nossas decisões presentes e futuras. Como é importante podermos falar com “os poderosos” em pé de igualdade, podendo, inclusive, desmontar suas estraté-

gias, suas “armadilhas intelectuais”. **Pergunto: não tem sido este artifício intelectual uma poderosa ferramenta para manter as elites políticas, econômicas e intelectuais no poder?** Não tem sido este um recurso que os dominantes utilizam para dominar a classe trabalhadora?

Quanto à **terceira pergunta**, podemos dizer que não dispomos de tempo e espaço para apresentar e discutir as ideias teóricas e metodológicas de todos os fundadores, “criadores” e inovadores da Sociologia. Interessa-nos, sim, colocar os marcos que definiram as principais linhas e tendências de visão da sociedade, bem como os objetivos que prevalecem até os dias de hoje.

Pontuaremos as visões e propostas de **Comte, Spencer, Marx, Durkheim, Weber**. Falaremos do Positivismo de **Parsons e Merton**. Não falaremos de Tönnies, Tarde, Cooley, Simmel, Pareto, entre muitos outros sociólogos igualmente importantes.

³⁸ Epistemologia (episme = ciência + logos = discurso, fala); no texto epistemologia significa Teoria da Ciência. Refere-se ao estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados da ciência elaborada, bem como da vigilância durante o processo de construção da ciência, com o objetivo de verificar e determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance dos objetivos que foram propostos.

Augusto Comte (1798-1857)

Físico francês, nascido e criado no bojo da revolução liberal burguesa que derrotou, a um só tempo, as críticas teóricas dos “pensadores socialistas” e as expressivas lutas e resistências do operariado, consoli-

dando o Estado Liberal Capitalista no ocidente. Os quatro componentes sócio-histórico, político-econômico mencionados, foram fundamentais para a formação do pensamento e da sociedade de Comte.

A formação do físico Comte permite-nos compreender seu empenho intelectual, no sentido de estudar a sociedade nos mesmos moldes e padrões da Física: ciência natural, de cunho exato, cujo objeto, ou fenômeno estudado é regido pelas leis naturais.

Daí, a preocupação de Comte com a “máxima objetividade teórico-metodológica” ao conduzir seu estudo da sociedade.

Daí, seu empenho e “reação positivista”, principalmente contra as doutrinas e pensadores socialistas que criticavam, em suas análises, a sociedade capitalista.

Comprometido com o Estado nacional, liberal capitalista, que se consolidava em nome do “progresso”, Comte preocupava-se, contudo, com a devassa da guilhotina nos “estratos médios” da sociedade francesa, criando, segundo ele, um “desequilíbrio social” que ameaçava o “desenvolvimento natural” e o “progresso social”.

Resulta, dessas razões, seu comprometimento com o que ele chama de “espírito científico”.

Este seria o único capaz de situar as pessoas no intrincado e complexo mundo dos comportamentos sociais e das relações dos homens em sociedade, para

restabelecer a pretendida “ordem e equilíbrio social”. Entende-se porque seu estado denominava-se, inicialmente, Física Social, mais tarde, Sociologia.

Conceitos chaves

São dois, os conceitos chaves originários da física, e assumidos por Comte no estudo da sociedade:

1 - ESTÁTICA SOCIAL: estudo da ordem social em determinado momento. A sociedade pode ser estudada a partir da identificação de seus componentes estrutu-

rais internos (estado, instituições, família etc)

2 - DINÂMICA SOCIAL: estudo da evolução das sociedades no tempo (observação e comparação das sociedades em seu processo evolutivo, tomando-se como referência a História Universal).

Princípios Básicos

São três os princípios que nortearam a sociologia de Comte:

A) PRIORIDADE DO TODO SOBRE AS PARTES: para compreender e explicar um fenômeno social particular devemos situá-lo no contexto global a que pertence.

B) O PROGRESSO DOS CONHECIMENTOS QUE É CARACTERÍSTICO DA SOCIEDADE HUMANA: as sucessivas gerações se encarregam de repassar seus saberes que vão sendo acumulados e enriquecidos nas gerações subsequentes ou futuras.

C) IGUALDADE E IDENTIDADE DO HOMEM QUE É SEMPRE O MESMO POR TODA PARTE E EM TODOS OS TEMPOS; os homens possuem idêntica constituição biológica e idêntico sistema cerebral.

Evolução Social

Em razão dos princípios assumidos, conclui Comte: a evolução das sociedades ocorre da mesma maneira e em todas as partes do planeta. Todas as civilizações

Partindo da evolução natural, Comte classifica as sociedades em três leis.

saem de um estado rústico e atingem um mesmo cume.

A Lei dos Três Estados

1. Estado teológico ou fictício. Estágio em que a humanidade procura explicar os fenômenos naturais recorrendo-se aos deuses. Subdivide-se em:

- a. fetichismo: confere vida e poder a seres inanimados;
- b. politeísmo: atribui a diversos deuses certos traços da natureza humana;
- c. monoteísmo: desenvolve a crença em um único Deus.

2. Estado metafísico ou abstrato.

As ideias gerais substituem as causas primeiras.

3. Estado positivo ou científico. Estágio em que o homem busca a compreensão do mundo “natural e social” através da observação e do raciocínio.

Contribuição Crítica ao Positivismo Comtiano

Na Sociologia, é próprio do teórico “positivista mecanicista” procurar a compreensão e explicação da sociedade através da analogia mecânica. É verdade que não se trata de identificar a sociedade com uma máquina complexa, mas procurar na comparação, na similitude com a máquina, compreender e

explicar a organização interna e funcionamento da sociedade. Comte recorreu ao relógio como analogia explicativa: um todo complexo com unidade de organização e de funcionamento. O todo é mais importante do que as partes; as partes só podem ser explicadas em função do todo.

Utilizando-se da analogia mecânica, Comte, em última instância, reconhece que a sociedade, que a complexidade das relações e da vida social não podem ser conhecidas em si mesmas, mas, somente através de algo que “a retrate”, no caso, uma máquina. Uma das limitações cruciais do positivismo comtiano consiste na evolução, também mecanicista, da sociedade.

Todas as sociedades, diz Comte, partem da estaca zero e atingem o cume da organização social, do saber, da tecnologia, etc., por um processo natural, regido por leis naturais. A história comprovou e tem comprovado que não é bem assim.

A tese da igualdade e identidade do homem também está colocada.

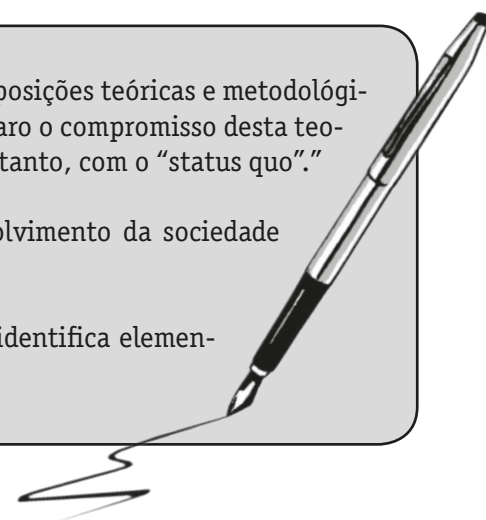
Nos termos propostos pelo autor, fica difícil sustentar que o homem e a mulher se fazem no processo social, no processo histórico.

No pensamento comtiano, um indiozinho, uma criancinha da favela, um garotinho de classe média, outro da elite são pessoas sócio e historicamente iguais. O que dizer deste ponto de vista?

Estas e outras afirmações positivistas comtianas incidem no “erro teórico-metodológico”, ao admitir e defender que os fatos e os fenômenos sociais são coisas da mesma natureza física, da Biologia, da Química e, enquanto tal, são regidas por leis naturais, e que somente nesta “condição objetiva” devem ser estudadas.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Valendo-se do texto “Augusto Comte”, discuta a afirmação: “As proposições teóricas e metodológicas do positivismo comtiano, implícita e explicitamente, deixam claro o compromisso desta teoria com a sociedade que se encontra constituída, compromisso, portanto, com o “status quo”.”
- 2 O positivismo comtiano contém os pré-requisitos para o desenvolvimento da sociedade democrática?
- 3 Na administração pública do município, do estado e do país você identifica elementos e traços positivistas? Se sim, quais concretamente?



“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. (Paulo Freire)

Herbert Spencer (1820-1903)

Coube a Darwin, na segunda metade do século XIX, influenciar inúmeros estudiosos com seu estudo sobre a evolução das espécies. Depois da Biologia, a Sociologia foi a ciência que mais assumiu as ideias darwinistas. A Escola Biológica que se desenvolveu na Inglaterra comprova essa influência.

Na concepção de Spencer, a sociedade assemelha-se a um organismo vivo, um corpo biológico,

altamente complexo. O processo de evolução da sociedade ocasionou a complexidade de sua estrutura. A estrutura social se manifesta na interdependência de suas partes. Assim, como acontece no organismo vivo, o braço não tem razão de ser fora do corpo; os dedos não têm razão de ser neles mesmos, mas nas mãos; as mãos só têm sentido nos braços, os braços no corpo.

No organismo vivo, a cabeça é mais importante que os outros membros e órgãos, a cabeça comanda todo o corpo. Cada membro, cada órgão tem a sua função no organismo, no sistema vivo. Por analogia, sustenta Spencer, também na sociedade vamos encontrar partes e membros mais importantes que comandam as partes inferiores. A vida da sociedade, como ocorre com a vida do organismo, é mais longa que qualquer de suas partes e unidades. Cada parte e todas as partes do sistema social têm sua função, sua finalidade, etc. Estão aí, os elementos e pressupostos primeiros para a teoria funcionalista e estrutural funcionalista.

A evolução é o princípio explicativo utilizado por Spencer no estudo da sociedade

Segundo ele, a história demonstra que pequenas coletividades nômades, homogêneas, indiferenciadas, sem qualquer organização política e de reduzida divisão de trabalho, tornaram-se cada vez mais complexas, mais heterogêneas, compostas de grupos diferentes, com progressiva organização política, econômica e social e com maiores exigências na divisão do trabalho.

Spencer realizou inúmeras viagens aos Estados Unidos, tendo sido muito aceito e divulgado pelos americanos que aceitaram e divulgaram suas ideias. Em

suas principais obras (Princípios de Sociologia (1876-1896) e o Estudo da Sociedade (1873)) ele expõe suas proposições e teoria sociológica.

Como procuramos exemplificar, Spencer trabalha com analogias de forma semelhante ao Comte. Spencer trabalha com a analogia biológica, enquanto Comte trabalha com a analogia mecânica. Fica claro que, também para Spencer, os fatos e fenômenos sociais devem ser estudados e explicados através de semelhanças e comparações, mas não diretamente neles e por eles mesmos.

Crítica à Abordagem Biológica na Sociedade

Os modelos teóricos que recorrem a elementos externos para explicar as estruturas, o funcionamento, os processos e fenômenos sociais cometem o erro teórico e metodológico crucial imputado ao Positivismo: admitir que a sociedade só pode ser compreendida através de comparação. Com toda certeza, a sociedade pode ser vista e compreendida como ser vivo, porque ela é uma realidade social e histórica viva; mas, ela necessita ser entendida e caracterizada de forma totalmente

diferenciada de um organismo vivo, por mais complexo que ele seja. Os homens, as mulheres, os grupos, os segmentos e classes sociais fazem sua história individual e coletiva. A construção do processo histórico está reservada, unicamente, a este tipo específico de ser vivo. Assim, conhecer a sociedade é desvelar os mecanismos e processos que possibilitam compreender este tipo especial de vida, a vida social, a vida humana em sociedade.

Devemos insistir no princípio de que a vida em sociedade, os fatos e fenômenos sociais são produtos históricos produzidos na vida social.

Se hoje, poucos têm terra de trabalho, matérias primas, dinheiro, etc, é porque foram expropriados, é porque sofreram a má distribuição das riquezas. Em contrapartida, se poucos acumulam a riqueza, os fatores de produção (terra, tecno-

logia, capital, matérias primas, máquinas), etc, é porque expropriaram os demais, é porque ficaram com a parte maior da distribuição da riqueza, é porque realizaram ou realizam a exploração do trabalhador.

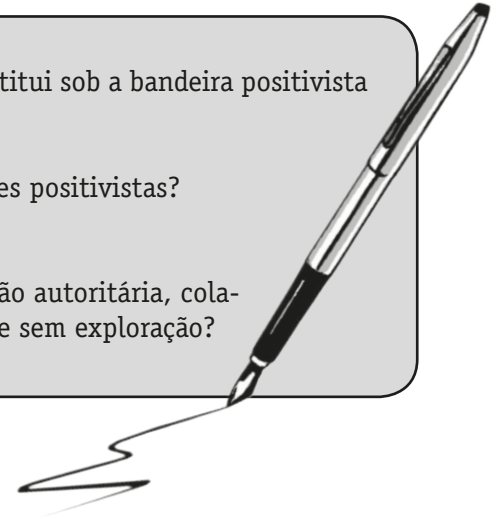
O modo de produção da vida social e material na sociedade capitalista gera a desigualdade entre as pessoas, os grupos, os segmentos e as classes sociais. O que se deve procurar entender e explicar é que estas e outras situações históricas não são resultados ou conseqüências do acaso, muito menos, designios dos deuses, mas resultados da forma de organização e da produção material da própria vida em sociedade.

História...

Nos últimos 500 anos, a implantação do capitalismo ocorreu através da devassa do modo de produção feudal no ocidente europeu; a implantação se deu através da superação do período de transição das corporações, também no ocidente europeu, inicialmente, na Inglaterra e na França; deu-se através da progressiva expansão do colonialismo, da extração das riquezas das colônias e exploração da força de trabalho do negro, do índio e branco pobre. Em momento algum, a implantação do capitalismo foi obra do acaso, regido por leis naturais, mas, o resultado de um processo que, como mencionamos, envolve atores, metas, tempo, lugar, planejamento, etc. São estes os fatos, são estas as situações históricas que marcam a história do Brasil.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Exemplifique e explique a seguinte afirmação: o Brasil que se constitui sob a bandeira positivista não superou a mentalidade de suas origens.
- 2 A família, a educação e a escola estão imunes à doutrina e posições positivistas?
- 3 Como trabalhar a família, a educação e a escola para superar a visão autoritária, colaborando para a implantação de uma sociedade justa, democrática e sem exploração?



Karl Marx (1818-1883)



Marx foi um filósofo social e economista alemão, fundador do Materialismo Histórico. Ele contribuiu muito para o desenvolvimento da Teoria Sociológica ao analisar e criticar a organização social, política, econômica, jurídica, ideológica, cultural da sociedade capitalista.

No Prefácio à Crítica da Economia Política⁴⁰, Marx menciona os fundamentos teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico, quando escreve que:

- A)** podemos conhecer a sociedade concreta a partir das relações das pessoas no processo produtivo dos bens materiais e,
- B)** buscando a compreensão do estágio de desenvolvimento que se encontram as forças produtivas.

Para o Materialismo Histórico, as relações sociais de produção e as forças produtivas constituem a base econômica das sociedades historicamente constituídas. A base econômica condiciona o aparecimento e a organização jurídica, política e as formas de consciência social.

Marx escreve no referido Prefácio: “... A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: os homens na produção social da sua existência estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral...”

⁴⁰ MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Prefácio. Martins Fontes, São Paulo, 1986.

Marx escreveu inúmeras obras de caráter filosófico, econômico e político-social. Em *O Capital*, sua principal obra econômica, ele realiza a mais profunda análise crítica do processo global de produção capitalista. Em a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, como veremos, são dois os objetos do estudo de Marx: primeiro, “a produção material”; segundo, “o método da economia política”. Em *A Ideologia Alemã*, obra escrita em parceria com Engels, é realizada a crítica

da filosofia alemã, partindo dos filósofos materialistas e idealistas, novos e velhos seguidores de Hegel. Em o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels convocam os (as) trabalhadores (as) do mundo inteiro a se unirem para derrubar a sociedade capitalista e iniciarem a implantação de uma sociedade socialista de transição para a sociedade comunista: sociedade sem classes sociais antagônicas, sem a exploração do homem pelo homem.

Marx e Engels fizeram referência e propuseram uma classificação das sociedades, segundo o tipo predominante de suas relações sociais de produção.

Classificaram as sociedades em comunidade tribal, sociedade asiática, sociedade antiga, sociedade germânica, sociedade feudal, sociedade capitalista (comercial; manufatureira e industrial; financeira e colonialista); e a sociedade comunista sem classes, que se instalaria através da ditadura do proletariado.

As situações ou elementos sócio-históricos privilegiados na análise do Materialismo Histórico estão expressos nos conceitos e proposições que retratam relações sociais

concretas, globais, gerais e específicas; os conceitos são denominações, definições, formas intelectuais de representação do concreto; são abstrações; são o “concreto pensado”.

Proposições e Conceitos Básicos do Materialismo Histórico

Vamos listar um feixe de conceitos e proposições do Materialismo Histórico, sem qualquer pretensão de mencionar a todos eles e, menos ainda, sem pretender defini-los com o rigor acadêmico exigido pela teoria do Materialismo Histórico.

Modo de produção capitalista: organização das forças produtivas e das relações sociais com o intuito de gerar mais-valia que garanta a produção material e a reprodução social do Estado Capitalista.

Forças produtivas: terra, trabalho, capital, tecnologia: elementos essenciais à produção capitalista.

Relações sociais de produção: organização e interação das pessoas e das classes na sociedade, tendo em vista a produção material e a reprodução social, a manutenção e ampliação das relações sócio-político-econômicas.

Classes sociais: grupos de pessoas que se diferenciam, entre si, pelo lugar que ocupam no sistema

de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram no que diz respeito aos meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo de receber e pela proporção que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro, por ocupar posto diferente, num regime determinado da economia social.⁴¹

Infraestrutura: base econômica da produção dos bens materiais de determinada sociedade que condiciona o surgimento da superestrutura.

⁴¹ LÊNIN, V.I. Las Clases Sociales. Una gran iniciativa. Obras escogidas (Em doce tomos), Vol. X Ed. Progreso, Moscú, 1977, (pág. 1112).

Superestrutura: organização das instâncias política, jurídica e ideológica nas diferentes manifestações do Estado e da sociedade civil.

Luta de classes: relações conflitantes de interesses entre as classes sociais; processo dialético que atua como motor da história, criando o movimento permanente em razão das contradições, da exploração das classes dominantes; para Marx, toda história transcorrida até então tinha sido uma história de lutas de classes.⁴²

Mais-valia: processo histórico de exploração do trabalho que propicia a acumulação do capital; denomina-se também trabalho não pago e apropriado pelo capitalista, e trabalho morto.

Propriedade privada dos meios de produção: resultado concreto do processo histórico que possibilitou a concentração da riqueza nas mãos de poucos (terra, trabalho, capital, matérias primas, ouro, prata, pedras preciosas), através da expropriação, pirataria, guerras, etc, viabilizando a organização de um modo de produção que se mantém e amplia pela exploração daqueles que só têm sua força de trabalho para vender ou negociar.

Contrato: dispositivo sócio-jurídico, político-eco-

nômico que assegura às partes contratantes, direitos e deveres pré-estabelecidos e sujeitos a sanções, em caso de inadimplência.

Produção ampliada: processo produtivo que parte do capital para produzir mercadoria que, vendida no mercado, permite obter o capital inicial acrescido da mais-valia.

Salário: pagamento pelo tempo de trabalho realizado pelo trabalhador e que deverá garantir a produção e reprodução social do trabalhador, produção de futuros trabalhadores (as).

Renda da terra: percentual pago pelo arrendatário ao proprietário do imóvel, para que possa utilizar a terra na produção de mercadorias; a renda da terra é um custo social pago pela sociedade para que ela possa desfrutar dos bens e alimentos necessários e produzidos no campo.

Juros: tributação imposta em razão do empréstimo e aplicação do dinheiro alheio.

Mercadoria: produto para o mercado; bem de uso e bem de troca que se constitui no produto do modo de produção capitalista, capaz de assegurar ganhos, lucros e mais-valia no mercado.

Contribuições Metodológicas do Materialismo Histórico às Ciências Sociais

Em a “Contribuição à Crítica da Economia Política”⁴³, Marx propõe dois objetivos:

- *demonstrar como ocorre “a produção material”;*
- *como se desenvolve “o método da economia política”.*

O primeiro objetivo refere-se à explicação dialética do modo de constituição da totalidade social; o segundo objetivo consiste na exposição do método de conhecimento da totalidade social, totalidade constituída por estruturas e processos - método que resulta do conceito de “concreto pensado”.

Vamos considerar, de forma simplificada, o primeiro objetivo: a explicação do modo de constituição da totalidade social.

Marx inicia seu estudo discutindo a produção em geral. O primeiro objeto a considerar é a produção material. O processo produtivo contém “determinações comuns”, ou “determinações gerais”, que se aplicam pela comparação às diferentes épocas. Cada processo produtivo contém, também, “determinações específicas”; as determinações específicas referem-se a cada processo produtivo em seus diferentes momentos de desenvolvimento histórico:

“Por isso, quando se fala de produção, se está falando sempre de produção em um determinado estado de desenvolvimento social, da produção de indivíduos em sociedade.”⁴⁴

⁴² Ver Marx, Karl. *As Lutas de Classes*. Livraria e Editora Cátedra. Rio de Janeiro, 1986 e O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 5a. Ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

⁴³ MARX, Karl. *Opus. cit. Produccion, consumo, distribucion, cambio, (Circulacion)*. Elementos Fundamentales para la crítica de la economia política (Borrador 1857 - 1858). Siglo veintiuno Argentina editores, sa. Buenos Aires, Argentina, 1972, Introduccion, pág. 3-20.

⁴⁴ Idem, pág. 5.

Por outro lado, “as determinações específicas, caracterizam as diferenças históricas”:

“Algumas destas (determinações) pertencem a todas as épocas, outras são comuns somente a algumas. (Certas) determinações são comuns somente às épocas mais modernas e às mais antigas. Sem elas, não se poderia conceber nenhuma produção...”⁴⁵”

O homem é um ser social, da mesma forma que toda produção é social, desde a apropriação da natureza, que envolve a produção social dos indivíduos. Cada produção material é acompanhada por formas

de propriedade e por formas de estrutura jurídico-políticas, historicamente, determinadas. Assim, a propriedade é uma forma de produção de sujeitos sociais e de objetos.

“Finalmente, a produção, tampouco, é somente particular. Pelo contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos maior, mais ou menos pobre, de ramos de produção.”⁴⁶”

A partir dessa premissa de produção, enquanto totalidade, trata-se de demonstrar os momentos que constituem a produção. Os momentos que constituem o processo produtivo são os seguintes: a **PRODUÇÃO** propriamente dita, ou transformação da natureza pela atividade humana; a **DISTRIBUIÇÃO**, ou a repartição do produto; a **TROCA**, ou o fornecimento dos produtos que coube aos indivíduos em

razão da repartição social; e o **CONSUMO**, ou o momento da passagem dos produtos a objetos de desfrute individual⁴⁷.

Os momentos apresentados encontram-se em relação dialética uns com os outros, num movimento recíproco que demonstra sua unidade. Assim, existe uma identidade que pode ser verificada, pois, a produção é consumo, o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, ibidem, pág. 6.

⁴⁷ Idem, pág. 9.



Produção e consumo aparecem como momentos contrários, exteriores entre si que se movimentam em dependência recíproca um do outro. A **PRODUÇÃO** cria materiais e fornece objetos para o **CONSUMO**, ou seja, oferece ao objeto do consumo sua forma exterior e, ao mesmo tempo, o consumo cria sujeitos para o produto, ou seja, põe o objeto da produção como imagem exterior.

De fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro.

A criativa análise dialética de Marx estende-se, também, à **DISTRIBUIÇÃO** de produtos. Primeiro, ela é distribuição de produtos e, em seguida, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção. Essa distribuição dos instrumentos de produção e dos grupos sociais no interior do processo produtivo constitui o arranjo das forças produtivas e das relações de produção que retratam a divisão social do trabalho. Finalmente, o momento da troca, ou é diretamente incluído na produção ou é determinado por ela. O consumo, que é parte do processo, situa-se fora da economia, salvo quando ele se torna uma fonte de realimentação do processo produtivo.

A análise de Marx, que se estende à relação de todos os termos do processo, atende, igualmente, a compreensão “lógica formal” do processo produtivo:

“ Produção, distribuição, troca e consumo formam assim um silogismo com todas as regras: a produção é o termo universal; a distribuição e a troca são o termo particular e o consumo é o termo singular com o qual o todo se completa. Neste, existe, sem dúvida, um encadeamento, que não é superficial. A produção está determinada por leis gerais da natureza; a distribuição resulta da contingência social que pode exercer sobre ela uma ação mais ou menos estimulante; a troca se situa entre os dois como um movimento formalmente social, e o ato final do consumo, que é concebido não somente como termo, mas como objetivo final, se situa fora da economia, salvo quando, por sua vez”, re-aciona” o ponto de partida e inaugura novamente um processo⁴⁸. ”

Vamos considerar, em grandes linhas, o segundo objetivo proposto por Marx em a Crítica da Economia Política: a exposição do método de conhecimento da

totalidade social, totalidade constituída por estruturas e por processos - método que resulta do conceito de “concreto pensado⁴⁹”.

Em toda investigação científica da realidade, trabalhamos com conceitos.

Os conceitos nem sempre estão constituídos, mas podem e devem ser criados no ato mesmo da produção do conhecimento. Isto reforça a ideia de que o processo de construção do conhecimento, a investigação, é mais importante que o produto que se pretende obter. Da mesma forma, construir o método da investigação social é mais importante que aceitar a crença em um método pré-estabelecido.

⁴⁸ Idem, pág. 11.

⁴⁹ Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política, opus cit. (nota 29), pág. 20-30.

Começamos o trabalho intelectual com conceitos que são, ainda, sínteses amplas e abstratas da realidade a ser trabalhada. Marx nos dá o exemplo da população. A população é um todo, mas o conceito de população permanece vago se nós não conhecermos a divisão dela em classes; a divisão da população na cidade e no campo, em seus diferentes ramos de produção, etc. Da mesma forma, só podemos conhecer as classes se estudarmos os elementos sobre os quais elas se apoiam para existirem, o que fazem, o que recebem, etc. Estes elementos, contudo, supõem o comércio, a divisão do trabalho, os preços, etc. Desta forma, “Se começo pela população, portanto, tenho uma representação caótica do conjunto; depois, através de uma determinação mais precisa, por meio de análises, chego a conceitos cada vez mais simples. Alcançando tal ponto, faço a viagem de volta e retorno à população. Desta vez, contudo, não terei

sob os olhos um amálgama caótico e sim uma totalidade rica em determinações, em relações complexas⁵⁰”.

Veja que o ponto de partida proposto por Marx é uma noção (população) repleta de determinações que assinala, ainda de modo confuso, uma realidade muito complexa. Assim, uma determinada compreensão, ainda que vaga do todo, precede a possibilidade para que se possa aprofundar o conhecimento das partes.

Marx vai além quando diz que pela análise, eu componho e recomponho o conhecimento, valendo-me do conceito amplo que escolhi como ponto de partida. No fim, realizada a viagem inversa do mais complexo (ainda abstrato) ao mais simples e feito o retorno do mais simples ao mais complexo (já concreto), a expressão população passa a ter um conteúdo bem determinado. Portanto, o concreto é o resultado de um trabalho intelectual: “o concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações, é unidade na diversidade⁵¹”.

Marx deixa claro, portanto, que o conhecimento não é um resultado dado, um ato realizado, mas, fundamentalmente, um processo que vai sendo construído de totalidades maiores para totalidades e realidades menores.

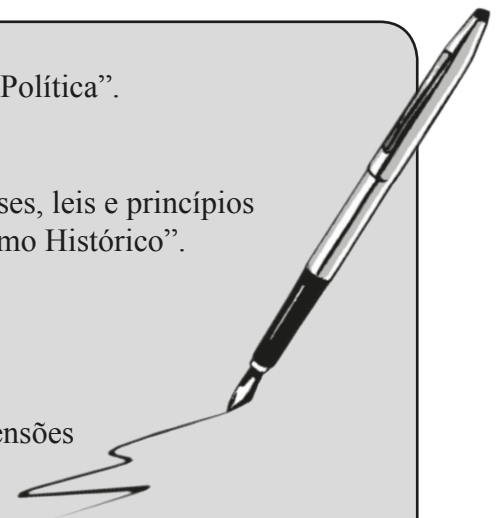
Crítica ao Materialismo Histórico

Como sintetiza Lakatos: “o postulado básico do marxismo é o determinismo econômico, segundo o qual o fator econômico é determinante da estrutura do desenvolvimento da sociedade. “Firmado nessa proposição,

por sinal rígida e generalizada, é que surgem inúmeras críticas ao Materialismo Histórico, sem que seja aprofundado o sentido de “fator econômico” e, menos ainda, de “determinismo econômico”, na perspectiva de Marx.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Realizar a leitura do texto do “Prefácio à Crítica da Economia Política”.
- 2 Identificar e sublinhar no texto trabalhado os conceitos, hipóteses, leis e princípios explicativos, que revelam os elementos básicos do “Materialismo Histórico”.
- 3 Aprofundar a compreensão dos conceitos sublinhados.
- 4 Procurar compreender a realidade em que vivemos—em suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, a partir da referência teórica e metodológica do “Materialismo Histórico”.



⁵⁰ Idem, pág. 21.

⁵¹ Idem, pág. 21.



5

O Desenvolvimento da Sociologia

Émile Durkheim (1858-1917)



Durkheim, nascido na França, é tido e aceito pelos estudiosos das Ciências Sociais como um dos principais fundadores da teoria sociológica. São inúmeras as contribuições e tentativas de Durkheim para superar o que já havia sido produzido sobre o estudo da sociedade até a sua época. Vejamos um exemplo relevante:

Em “A Divisão Social do Trabalho” (1893), Durkheim nega as ideias mecanicistas de Comte e combate as ideias biologistas de Spencer. A partir de estudos e pesquisas, cria e enuncia conceitos e princípios básicos para o estudo da sociedade: a consciência individual, consciência coletiva, solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. O princípio de divisão de trabalho está baseado nas diversidades das pessoas e grupos. A divisão do trabalho gera um tipo de solidariedade específica. Refere-se ao encontro de interesses que se complementam nos trabalhos distintos e necessários para a vida

em sociedade; trabalho que gera um laço social novo.

Por **CONSCIÊNCIA COLETIVA** deve-se entender a soma de crenças e sentimento comuns à média dos membros da comunidade; sistema autônomo, realidade que persiste no tempo e une as gerações. A Consciência Coletiva envolve a mentalidade e a moralidade. É determinante nos agrupamentos e nos homens primitivos.

Durkheim trabalhou e desenvolveu dois conceitos de Sociedade: A **SOCIEDADE PRIMITIVA** que é regida por leis e costumes que acentuam os valores da igualdade, liberdade, fraternidade e justiça. Nela, a **Solidariedade Mecânica** é responsável pela unidade e pela ordem das ações sociais esperadas.

A **SOCIEDADE COMPLEXA** é regida pela Divisão Social do Trabalho e pelas diferenças entre os indivíduos. Nesta, prevalece a **SOLIDARIEDADE ORGÂNICA** que conduz a uma crescente independência das consciências individuais e coletivas.

Em “As Regras do Método Sociológico”, Durkheim define fato social e estabelece as leis para o seu estudo:

“É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer o que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria independente de suas manifestações individuais⁵².”

São seis “As Regras do Método Sociológico” trabalhadas por Durkheim. Como diz o autor, “A primeira regra e a mais fundamental é considerar os fatos so-

ciais como coisas”, a exemplo dos fatos da física, química, biologia, astronomia, etc. Coisas que se opõem às ideias.

⁵² DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. Ver bibliografia, pág. 1-13.

As pré-noções e a pressuposição devem ser abandonadas na análise social. O Senso Comum e o Bom Senso são atitudes e obtenções ingênuas da mente, não podem ser considerados na ciência.

A ciência deve analisar apenas os fenômenos que se apresentam isolados de manifestação indivi-

dual. Deve-se procurar a causa que produz os fatos ou fenômenos e revelar a função que ele desempenha. Deve-se procurar a causa nos fatos sociais anteriores e não individuais; a função deve ser encontrada através da relação que o fato mantém com algum fim social.

Em sua análise, Durkheim aponta três características do fato social:

- **Exterioridade:** os fatos sociais têm existência própria, independem das consciências sociais; por exemplo, em cada sociedade concreta, o matrimônio impõe direitos e deveres aos cônjuges, etc.
- **Coercitividade:** o fato social exerce coerção sobre os indivíduos e a coletividade; exemplo: nas comunidades cristãs, o batismo é a porta de entrada na vida religiosa.
- **Generalidade:** o fato social se estende ao indivíduo, ao grupo e à toda sociedade.

Crítica ao Positivismo

Foram inúmeras as contribuições de Durkheim à Sociologia. Mas Michel Lowy⁵³, em seu livro “Método Dialético e Teoria Política”, após analisar as posições de Comte e Durkheim, sintetiza sua crítica ao positivo da seguinte forma:

“ O erro fundamental do positivismo é a incompreensão da especificidade metodológica das ciências sociais com relação às demais ciências naturais, especificidade cujas causas principais são:

- ❶ o caráter histórico dos fenômenos sociais, transitórios, perecíveis, susceptíveis de transformação pela ação dos homens;
- ❷ a identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento;
- ❸ o fato de que os problemas sociais suscitam a entrada em jogo de concepções antagônicas das diferentes classes sociais;
- ❹ as implicações político-ideológicas da teoria social: o conhecimento da verdade pode ter conseqüências diretas sobre a luta de classes. ”

Conclui Lowy:

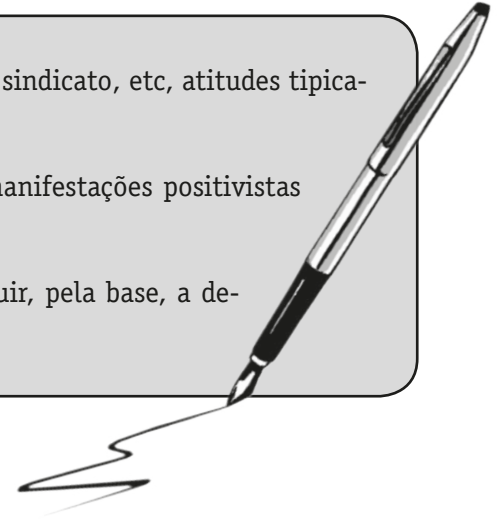
“ “ Essas razões (estritamente relacionadas entre si) fazem com que o método das ciências sociais se distinga do científico-naturalista não somente no nível dos modelos teóricos, técnicas de pesquisa e processos de análise, mas também e principalmente no nível da relação com as classes sociais...⁵⁴ ” ”

⁵³ LÖWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Ver Bibliografia, pág. 15.

⁵⁴ Idem.

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 É possível identificar em nossas relações na família, na escola, no sindicato, etc, atitudes tipicamente positivistas?
- 2 Pergunta-se: o machismo, a discriminação, o autoritarismo são manifestações positivistas da vida em sociedade?
- 3 Qual a principal atitude para romper com o positivismo e construir, pela base, a democracia?



Max Weber (1864-1920)



Max Weber não é um sociólogo positivista. Teve divergências importantes com o positivismo. Há uma situação em que ele coincide com o positivismo: quando defende que a ciência social deve estar

livre de juízo de valor. Para ele, deve-se realizar ciência valendo-se dos juízos dos fatos, sem introduzir qualquer ordem de juízo de valor nas análises sociológicas. Weber defende a ideia de que as ciências da natureza e as ciências sociais têm métodos diferentes. Basta esta posição para distanciá-lo dos positivistas.

Duas obras relevantes de Weber, entre outras:
***A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905)**
e a *Economia e Sociedade* (1922), publicação póstuma.

Para Weber, membro da aristocracia alemã, a Sociologia é o estudo das interações significativas de indivíduos

os que formam uma teia de relações sociais. Para Weber, o objetivo da Sociologia é o estudo e a compreensão da conduta social, a busca de compreensão subjetiva da ação social, que é a conduta humana pública ou não.

A Conduta Social apresenta-se sob quatro formas ou categorias em Weber:

- **conduta tradicional:** relativa às antigas tradições;
- **conduta emocional:** reação emocional, comportamento dos outros, que se expressa em termos de lealdade ou antagonismo;
- **conduta valorizadora:** impele as pessoas a agir como os outros esperam;
- **conduta racional-objetiva:** consiste em agir segundo um plano concebido em relação ao que se espera dos demais.

Contribuição à Metodologia

Weber fez distinção entre **método científico** que aborda dados sociológicos e o **método valor-julgamento**. Para ele, valor é questão de fé. O principal objetivo da análise sociológica consiste em compreender a conduta humana, fornecer explicação causal de sua origem e resultado. Formular regras sociológicas que permitam verificar a conexão de sentidos da conduta.

Tipo ideal: instrumento de análise dos acontecimentos ou situações concretas que exige conceitos precisos e claramente definidos. Quando a realidade concreta é estudada desta forma, possibilita estabelecer relações causais entre seus elementos.

Em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber quer comprovar seu método. “Espírito” para Weber é um sistema de máximas de comportamento humano. Ele quer demonstrar histórica e socialmente, que o surgimento do capitalismo não é automaticamente assegurado só por condições econômicas, deve haver uma segunda condição que pertence ao mundo interior do homem. Poder motivador específico: a aceitação psicológica de ideias e valores favoráveis a essa transformação. O espírito de poupar e não gastar sem razão antecede a implantação do capitalismo e, por isso mesmo, são relevantes ao estudo do surgimento do capitalismo.

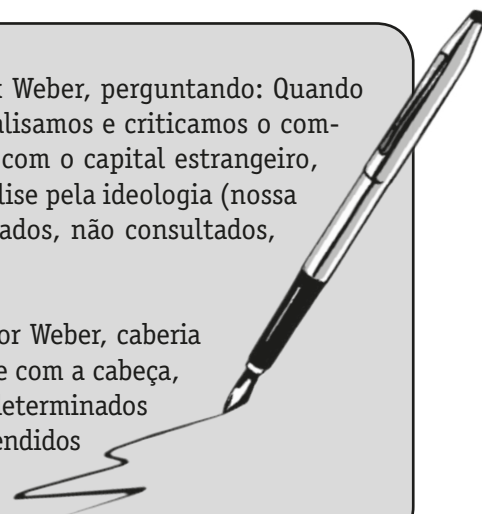
Crítica à Sociologia de Weber

Embora seja importante reconhecer que as obras de Weber demoraram a ser conhecidas no Brasil, por falta de tradução e publicação de seus trabalhos, mesmo assim, sempre permaneceu um ponto crucial de crítica ao seu trabalho; trata-se da referida distinção entre juízo de fatos e juízo de valores. Weber que sempre lutou, em vida, para que os marxistas não assumissem a universidade na Alemanha, argumentava que a ciência

fica prejudicada quando as análises da realidade deixam passar os juízos de valores dos cientistas sociais. **Para Weber, os marxistas deixam-se mover pela ideologia. Quanto ao juízo de valor, esta é uma questão já refutada. Não existem condições de isolar o analista, de retirar-lhe seus valores, sua cultura, etc, em seus estudos e análises. Mais tarde, o próprio Weber ameniza sua posição radical sobre esta questão.**

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

- 1 Primeiro, vamos ficar no essencial da crítica levantada contra Max Weber, perguntando: Quando fazemos uma análise da realidade social, por exemplo, quando analisamos e criticamos o comprometimento e dependência política e econômica do Brasil, para com o capital estrangeiro, devemos ter algum cuidado para não deixarmos conduzir nossa análise pela ideologia (nossa visão de mundo), pelos nossos sentimentos de cidadãos desrespeitados, não consultados, etc, etc?
- 2 Aproximando a nossa discussão do espírito capitalista trabalhado por Weber, caberia indagar e procurar responder à seguinte questão: o capitalismo mexe com a cabeça, com o espírito, com a cultura e costumes da população, criando determinados valores e repudiando outros? Quais os valores excluídos e quais os defendidos pelo modo de pensar capitalista?





***O sonho pelo qual eu brigo,
exige que eu crie em mim
a coragem de lutar
ao lado da coragem de amar***

(Paulo Freire)





6

0 Funcionalismo

Bronislaw Malinowski (1884-1942)

Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown foram os legítimos mentores e criadores do moderno funcionalismo ou abordagem holística. Mas, a abordagem de totalidade (holismo) da sociedade não é recente; ela pode ser encontrada na antiga Grécia, na Idade Média e entre os pensadores e filósofos sociais a partir do

século XV. Da mesma forma, como ficou registrado, é inegável a contribuição de Comte, Spencer e, principalmente Durkheim para a construção do funcionalismo e do estrutural funcionalismo. Segundo Cohen, nenhum dos precursores do moderno funcionalismo referiu-se a si próprio por esse nome⁵⁵.

As primeiras contribuições de Malinowski para a construção do funcionalismo decorrem de suas pesquisas de campo entre os povos primitivos; portanto, referem-se a trabalhos etnográficos. São duas as ideias fundamentais defendidas por Malinowski: se desejar compreender um pormenor cultural devo referi-lo:

- A) a certos princípios gerais da conduta humana;**
- B) a alguns outros pormenores da mesma sociedade e fornecer o contexto dentro do qual o pormenor ocorre⁵⁶.**

Foi refletindo e verificando, na prática, a possibilidade de desvendar o pormenor cultural, a partir do todo em que ele se insere, que Malinowski elaborou um “sistema holístico de ideias” mais rigoroso. Ele partiu do pressuposto de que todos os homens possuem certas necessidades primárias de alimento, abrigo, satisfação sexual, paz, proteção, exploração, etc. Para realizar as suas necessidades, os homens imaginam “técnicas para cultivar ou encontrar e distribuir comida, erguer habitações, estabelecer relações heterossexuais e associar-se. O processo de satisfação dessas, cria outras necessidades, derivadas ou secundárias: a necessidade de comunicação produz a linguagem; a necessidade de controlar os conflitos e promover a cooperação dá origem a normas de reciprocidade e a sanções sociais; o desenvolvimento da consciência das vicissitudes e perigos da vida e dos pontos significativos de mudança do ciclo vital originam a

magia e outras formas de rituais e crenças, tais como a religião, as quais mitigam as ansiedades produzidas pela incerteza. A satisfação dessas necessidades secundárias dá origem, por sua vez, à necessidade de instituições coordenadoras, mais elaboradas; a existência destas, cria a necessidade de regras de sucessão e de alguns mecanismos de legitimação de autoridade, tal como o mito, que fornecem um regulamento para certas instituições fundamentais.⁵⁷”

É por demais clara a construção holística “causal e funcional” arquitetada por Malinowski, com o intuito de demonstrar a totalidade social que garante o preenchimento das necessidades dos homens em sociedade. Com certeza, a linearidade expressa pela relação “causa e efeito”, que se processa num sistema aparentemente fechado, é que dá margem para as inúmeras críticas e questionamentos a este enfoque funcionalista construído por Malinowski.

Radcliffe-Brown (1881-1955)

Radcliffe-Brown não se denominava funcionalista, mas, com certeza, foi o principal mentor da doutrina. A motivação de seu trabalho nesta linha

de construção do conhecimento social se deu pela rejeição aos excessos do evolucionismo e do difusionismo⁵⁸.

⁵⁵ COHEN, Percy S. Teoria Social Moderna. 2ª Edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, pág. 50-84.

⁵⁶ Cohen, obra citada, pág. 56-57.

⁵⁷ Cohen, obra citada, pág. 59.

⁵⁸ Determinada linha etnográfica que procura explicar o desenvolvimento cultural a partir do processo de expansão (difusão) de elementos culturais de um povo a outro, ou de determinados centros que concentram saberes e culturas mais avançados para outros menos avançados.

Seguindo de perto a posição de Durkheim, Radcliffe-Brown defendeu que a natureza dos fenômenos sociais só podia ser explicada através de razões sociais. Sua explicação, que se tornou muito aceita, parte dos seguintes pressupostos:

A) se a sociedade tem de sobreviver, deve haver alguma solidariedade mínima entre seus membros; a função dos fenômenos sociais é criar ou sustentar essa solidariedade de grupo ou, então, apoiar aquelas instituições que assim o fazem;

B) dessa forma tem de haver uma congruência (coerência) mínima nas relações existentes entre as partes de um sistema social;

C) cada sociedade ou tipo de sociedade apresenta certos aspectos estruturais básicos e pode-se demonstrar que diversas práticas a eles se relacionam de maneira a contribuir para a sua manutenção⁵⁹.

SKIDMORE entende que o funcionalismo preenche as exigências de uma teoria:

A) ele reúne conceitos e categorias teóricas próprias: estrutura, função, sistema, parte e todo, integração, estabilidade, função manifesta, função latente, entre outros;

B) constrói hipóteses na medida que tematiza os problemas que existem na realidade concreta, norteando linhas de estudo para comprovação das questões levantadas e

C) sugere explicação, pois o modelo é derivado de tentativas sérias de entender a organização social humana, o processo do mundo real que é análogo ao modelo teórico. Conclui Skidmore: "O funcionalismo realiza mal muitas coisas, daí não conseguir impedir seu uso literal como uma descrição, mas certamente fornece conceitos e categorias úteis a partir dos quais podemos ajustar nossos pensamentos, de modo a dar-lhes sentido⁶⁰."

Roberto K. Merton (1910-2003)

Sociólogo norte-americano. Em Teoria Social e Estrutura Social (1957), Merton contesta o pressuposto básico do funcionalismo, a saber: que os elementos da cultura são funcionalmente inter-relacionados. Para

Merton, portanto, os itens culturais e individuais não se integram em sistemas sociais e culturais, como sustenta Parsons. Em Teoria e Estrutura Social, ele critica três postulados dessa suposta integração dos sistemas:

- 1** o **postulado da unidade funcional da sociedade**; para Merton, não tem como comprovar que as atividades padronizadas e culturais atendam aos objetivos e às finalidades de todos os sistemas cultural ou social;
- 2** o **postulado do funcionamento universal**; não há como comprovar, também, que todos os itens culturais e sociais preencham as funções (os objetivos) da vida social;
- 3** o **postulado da necessidade**, que defende serem os itens culturais e sociais indispensáveis à vida em sociedade.

⁵⁹ Cohen, obra citada, pág. 59.

⁶⁰ SKIDMORE, William. Pensamento Teórico em Sociologia. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, pág. 190-91.

Merton desenvolveu novos conceitos sociológicos com o intuito de relativizar os três referidos postulados:

- A** equivalente funcional ou substituto funcional: um elemento pode ter várias funções; uma mesma função pode ser desempenhada por muitos elementos ou sujeitos;
- B** noção de disfunção: conseqüências que perturbam a adaptação ou o ajustamento do sistema;
- C** função manifesta e função latente. Funções manifestas são conseqüências objetivas e observáveis de práticas compreendidas e desejadas pelos participantes do sistema; exemplo: melhorando a tecnologia de produção, deve-se esperar maior quantidade produzida, com a queda do custo de produção; as funções latentes são conseqüências de práticas não pretendidas nem previstas, ou perceptíveis somente para o observador.

Talcott Parsons (1902-1979)

É um sociólogo norte-americano que escreveu inúmeros trabalhos. Entre outros, *Estrutura da Ação Social* (1937), *Ensaio de Teoria Sociológica Pura e Aplicada* (1949), *Sistema Social* (1951), *Para uma Teoria*

Geral da Ação Social (em parceria com Edward Shils (1951), *Estrutura e processo na Sociedade Moderna* (1959). Parsons é reconhecido como um continuador da obra de Max Weber.

Seu esforço inicial foi colocado no sentido de superar “o dualismo positivista do moderno pensamento social”. Com o intuito de superar o positivismo mecanicista, Parsons procura construir o mundo social a partir da compreensão de um universo de significados que determina a ação social. Assim, a ação social deve ser estudada tanto num nível descritivo quanto analítico que constitui a menor unidade social a ser identificada e estudada. Constituída de atos e unidades-atos que exigem a presença de um ator ou agente. Neste ponto, o trabalho de Parsons manifesta um esforço de continuidade do trabalho de Weber.

O funcionamento das estruturas tornou-se o tema central da Teoria Sociológica de Parsons. Estrutura para ele é a resultante do processo de institucionali-

zação - tradução das ideias, valores e símbolos - em normas de ação. Exemplo: o valor geral da “educação” institucionaliza-se no papel do professor, da escola, dos órgãos educacionais em geral; o valor geral da “justiça” institucionaliza-se no papel do juiz, dos tribunais⁶¹. Assim, a institucionalização é um processo de integração e de estabilidade, formando laços entre a sociedade e a cultura, etc.



⁶¹ Ver LAKATOS, obra citada; também, ainda, FERRARI, Alfonso Trujillo. *Fundamentos da Sociologia*. McGraw-Hill, São Paulo, 1983, pág. 34.

A ação social fornece os elementos dinâmicos para o estudo das estruturas sociais. Dentro dos sistemas sociais é possível

descobrir quatro funções sociais específicas, voltadas para atender os seguintes problemas:

- A) estabilidade normativa;** função menos dinâmicas dos sistemas sociais, que objetiva levar os membros da sociedade a reconhecerem e aceitarem seus valores;
- B) o postulado do funcionalismo universal:** todos os itens sociais e culturais preenchem funções sociológicas;
- C) consecução de fins previsto e estabelecidos** pelos objetivos dos sistemas;
- D) adaptação, ou somatória dos meios** para contemplar a conquista dos objetivos previstos.

Novo Significado Teórico e Metodológico do Funcionalismo

A abordagem holística adquire novo significado a partir da discussão do novo paradigma emergente. Esta emergência, no entender de Boff, apenas encontra-se iniciada, mesmo porque o Funcionalismo, enquanto tratamento holístico, aplica-se apenas aos estudos da sociedade; trata-

-se, por essa razão, de uma teoria limitada, que se restringe aos estudos sociais. Em contrapartida, o novo paradigma emergente tem a ambição de se estender, e realmente se estende, a totalidade dos sistemas orgânicos e inorgânicos, micro e macro, representativos da realidade total.

Ainda que limitada, a abordagem holística da sociedade tem experimentado inúmeras críticas que se enquadram em três ordens ou dimensões:

- A) CRÍTICA LÓGICA,** que predominantemente tem insistido no caráter da explicação teleológica do funcionalismo. Exemplo de explicação teleológica: a religião existe, tendo por função manter as bases morais da sociedade ou, que o Estado existe com a finalidade de coordenar as diversas atividades que são encontradas nas sociedades complexas. Em ambos os casos, uma consequência é usada para explicar uma causa: a existência da religião e do Estado.
- B) CRÍTICA SUBSTANTIVA,** principalmente as seguintes: o funcionalismo destaca em demasia o elemento normativo da vida social; minimiza o conflito social, exaltando em demasia o papel da solidariedade social; exalta a natureza harmoniosa dos sistemas sociais; não explica a mudança social e até chega a tratá-la como anormal. Possivelmente, esta seja a crítica mais justa ao funcionalismo: exalta em demasia a natureza harmoniosa dos sistemas sociais - o que, na verdade, não ocorre gratuitamente;
- C) CRÍTICA IDEOLÓGICA,** que procura comprovar a relação existente entre o funcionalismo e o comprometimento dessa teoria com a sociedade conservadora, incentivando as relações harmoniosas entre as diferentes partes de um sistema social que se manifesta desigual e irreverente em suas relações de propriedade, da riqueza, de distribuição dos bens produzidos que, por isso mesmo, consolida as relações inabaláveis de poder.

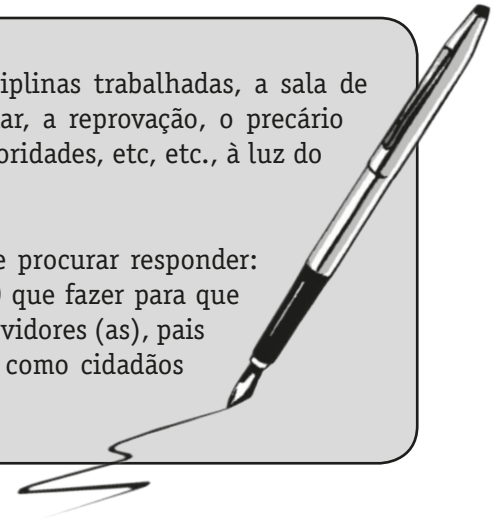
QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1

Procure analisar a educação, a escola, a direção escolar, as disciplinas trabalhadas, a sala de aula, o livro didático, as teorias educacionais, a avaliação escolar, a reprovação, o precário reconhecimento dos (as) trabalhadores (as) da educação pelas autoridades, etc, etc., à luz do funcionalismo.

2

Uma vez realizada a caminhada acima referida, cabe perguntar e procurar responder: o que podemos fazer para mudar o quadro que foi identificado? O que fazer para que todos, alunos (as), professores (as), direção, Funcionários (as)/ servidores (as), pais e mães de alunos e os (as) trabalhadores (as) em geral cresçam como cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social?





7

**Roteiro para
Estudo e Discussão
de Pesquisa
Social Crítica**

Este plano de trabalho pretende orientar a elaboração de projetos de pesquisas em ciências sociais, a partir de uma perspectiva crítica da realidade social. Trata-se de explicar a significação de cada momento da montagem dos projetos, em termos da construção de uma problemá-

tica teórica e metodológica, da definição de um objeto científico, da escolha de um método, da investigação e do planejamento do trabalho de campo. Objetiva, assim, delinear várias etapas: a construção da problemática; a observação da realidade e a interpretação da realidade social.

A finalidade deste roteiro, portanto, é servir, apenas, como uma orientação genérica para a realização e o encadeamento de cada passo dos projetos, supondo-se que seja, permanentemente, questionada sua adequação a cada problemática e a cada objeto de pesquisa... Pretende-se, no limite, que a pesquisa social seja um processo de trabalho, crítico e criador.

1. Escolha de um tema de investigação

Trata-se de indicar, de modo genérico, quais as estruturas, processos e relações que serão objeto da investigação e da interpretação.

2. Objetivos da investigação do tema

2.1 Os interesses e/ou objetivos científicos dizem respeito às implicações teóricas da atividade da pesquisa, explicitando as possibilidades de desenvolvimento da ciência social que o tema contém, com base em seu potencial explicativo, em sua criatividade, ou na documentação original que poderá produzir ou levantar.

2.2 Os interesses e/ou objetivos prático-políticos dizem respeito ao engajamento da pesquisa

nos processo de transformação da sociedade, seja por se tratar de pesquisa inserida nas lutas sociais e políticas, seja pelos efeitos das implicações políticas dos resultados interpretativos do trabalho.

2.3 Os interesses e/ou objetivos aplicados dizem respeito às pesquisas de caráter aplicado, contratadas por instituições públicas, empresas privadas ou organizações não-governamentais, sindicais, com objetivos pragmáticos.

3. Definição provisória do problema

Significa realizar uma primeira elaboração sobre o tema, principiando a convertê-lo em problema destinado a substituir a indicação de uma questão social, indicação ainda marcada por noções de senso comum ou da ciência

convencional, por uma noção científica preliminar. Ao mesmo tempo, consiste no momento de estabelecer os limites teórico-metodológicos do problema, bem como de delimitar os contornos espaço-temporais da pesquisa.

4. Análise do conhecimento sobre o tema

Montagem de uma bibliografia referente ao tema, pelo estabelecimento de um conjunto de palavras-chaves (descritores) que permitirão a localização das fontes secundárias pertinentes, segundo os procedimentos da pesquisa bibliográfica. Realização do fichamento analítico das obras pertinentes ao tema, mediante o cotejo dos estudos já realizados e

das pesquisas, atualmente em curso, sobre o assunto. **O objetivo principal é realizar uma avaliação crítica do conhecimento vigente sobre o tema, e dele anotar as proposições, hipóteses, metodologias de interpretação e de investigação e conclusões que forem julgadas pertinentes para o problema da pesquisa.**

5. Metodologias de interpretação

Trata-se de expor quais as metodologias de interpretação que poderão ser, virtualmente, utilizadas na pesquisa; ou seja, quais os princípios explicativos dis-

poníveis nas diversas lógicas reconstruídas do trabalho sociológico que poderão orientar as etapas da investigação e da interpretação.

6. Pesquisa exploratória

Consiste em um contato inicial com o tema a ser analisado: com os sujeitos-investigados, com as fontes primárias e com as fontes secundárias disponíveis. Nesta fase, deve existir uma atitude de receptividade interna do investigador para as informações e dados expressos pela realidade social investigada, em uma postura absolutamente flexível e não-formalizada.

Tal aproximação intuitiva do campo da pesquisa,

tanto pode testar o conhecimento existente quanto suscitar novas dimensões da realidade para serem analisadas. Assim, a pesquisa exploratória pode propiciar rupturas com o senso comum e com o saber convencional sobre o tema, auxilia no encaminhamento da definição dos objetivos da investigação e sugere hipóteses para o trabalho. Por outro lado, esta observação preliminar indica as possibilidades práticas da efetivação do trabalho de campo posterior.

7. Construção da problemática da investigação

A partir dos passos anteriores, pode-se delinear uma primeira visão teórica do investigador sobre o objeto da pesquisa, constituindo na compreensão sintética preliminar possível na ocasião, a fim de encaminhar as tarefas da investigação e da interpretação. Significa elaborar uma explanação lógica, na qual a problematização teórica do tema propicie a conversão em proble-

ma sociológico, a definição dos conceitos, a formulação das hipóteses conduzam à montagem da orientação teórica da investigação.

Em outras palavras, consiste na construção do objeto científico possível, após a ruptura com o senso comum e com conhecimento convencional e viável, pelos procedimentos de constatação das hipóteses que aponta.

7.1. Definição do Problema Sociológico:

Momento crucial do percurso, no qual, tomando por base a compreensão preliminar do objeto e sua percepção intuitiva, constrói-se, racionalmente, uma questão para interrogar, seja a partir de dimensões crítica da realidade, seja a partir de dilemas teóricos.

Definir o problema sociológico consiste em formular um interrogante à realidade investigada, o qual parte do conhecido e avança para o desconhecido, estabelecendo a possibilidade e a procura de um conhecimento crítico da sociedade.

Enfim, consiste no momento da ousadia do investigador que se propõe a conhecer o obscuro, contraditório e desconhecido na realidade social e na teoria sociológica.

7.2. Formulação dos conceitos:

Trata-se de explicitar os conceitos em uso na pesquisa, entendendo-se por conceito a representação teórica de uma realidade social pelo pensamento, obtida pela generalização.

O conceito é uma simbolização das estrutu-

ras e dos processos sociais observados, que sempre se relaciona à prática social, seja por emergir de uma abstração da experiência possível, em dado espaço e tempo, seja por servir para delimitar e organizar a realidade social em análise.

7.3. Construção do sistema de Hipóteses:

A hipótese consiste em uma proposição que antecipa a resposta explicativa a uma questão colocada para a investigação, conduzindo, necessariamente, a um processo de constatação.

Ou seja, a hipótese significa a conexão necessária entre a teoria e a realidade, mediação que conduz a novos conhecimentos, pois através da pesquisa, as formulações, anteriormente aceitas, são criticadas e superadas por outras explicações descobertas.

Construir um sistema de hipóteses significa estabelecer uma suposição provisória de interpretação das estruturas, processos e relações sociais, isto é, um juízo provável que orienta os procedimentos da constatação.

8. Metodologia da investigação

8.1 Delimitação do campo da investigação:

Trata-se de definir e justificar, face ao problema da investigação, o âmbito espacial e temporal que vai configurar a referência histórica e empírica da pesquisa.

8.2. Detalhamento das hipóteses:

Trata-se de converter a linguagem explanatória das hipóteses em uma linguagem de investigação, ou seja, especificar o conjunto de dimensões contidas nas formulações teóricas que, investigadas em particular, possibilitarão a constatação na realidade social dos enunciados das hipóteses.

8.3. Escolha dos métodos da investigação:

A problemática teórica e metodológica da pes-

quisa orienta a escolha dos métodos e técnicas utilizadas para coleta das informações necessárias para a constatação das hipóteses.

Por método de investigação entendemos um conjunto de procedimentos que, visando atender aos objetivos teóricos da pesquisa, coordena a ação das técnicas de coleta da informação.

Os principais métodos de investigação são: o estudo de caso; a observação etnográfica; a reconstrução histórica; a pesquisa participante; a pesquisa-ação e a enquete operária; e o método de intervenção sociológica.

Por técnicas de investigação, entendemos as operações efetivas, adaptadas a um objetivo definido, que estão ligadas aos elementos imediatos da realidade observada, com a finalidade de coletar os dados e as informações necessárias para constatação das hipóteses de pesquisa. As principais técnicas são: a pesquisa biblio-

gráfica; a análise de dados; as diversas modalidades de entrevista; a história de vida; as técnicas de análises de mensagem (análise de conteúdo e análise de discurso); as técnicas audiovisuais de pesquisa (fotografia, microfilmagem e vídeo) os diversos programas da micro-informática aplicáveis à pesquisa nas ciências sociais.

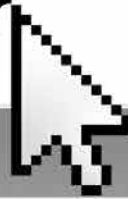
9. Planejamento da Pesquisa

9.1 Cronograma: Devem ser estabelecidos a duração total da pesquisa e os períodos das seguintes etapas: revisão do quadro teórico; planejamento do trabalho de campo; desenho da análise; tratamento do material; relatório preliminar com as generalizações descritivas; relatório com as explana-

ções interpretativas, e redação final do relatório da pesquisa.

9.2. Orçamento: **Precisam ser detalhados e estimados os recursos humanos e os recursos materiais, permanentes e de custeio, necessários para a execução da pesquisa.**

www.cnte.org.br



CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Logo for **CUT** (Confederação dos Trabalhadores em Educação) and **CNTB** (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Básica).

VOCÊ ESTÁ AQUI: Início

Institucional

A CNTE Estatuto

19 de julho Data simbólica da aprovação da Lei 53.738

Sua cidade respeita a Lei do Piso?

A CNTE quer saber se o Piso Salarial Profissional Nacional do magistério é implementado na sua região. Clique aqui e dê o seu relato.



em destaque esta semana

RECEBA O BOLETIM

Nome: _____
E-mail: _____
 Receber em HTML
Cadastrar

Weblogs das Afiliadas

Quadro de Greve

Siga a CNTE no **twitter**

A Rádio pela Educação

Webmail CNTE

Multimídia

Vídeos

A voz de Educação

Cópulas

Educação

CNTE

Campanhas

11ª Semana Educação

Greve pelo Piso 16/03/10

O piso é lei

Mobilização pelo Piso

Conferência Estadual

Fala Educador(a)

10ª Semana Educação

5ª Semana Educação

Condições de Trabalho

11ª e Comissão

Acesse o site da CNTE e fique por dentro de tudo o que acontece na **educação pública no Brasil.**



Canal de vídeos no **YouTube**



Notícias rápidas no **Twitter**



Programa de rádio **A Voz da Educação**



Matérias especiais no **CNTE TV**



Notícias atualizadas no **CNTE Infoma**





TEXTOS DE APOIO
para Estudo
e Discussão

“ONU reprovou o Brasil e censura a globalização”

FREI BETTO. ONU Reprova o Brasil e Censura a Globalização. Revista Caros Amigos, setembro de 1999, setembro de 1999, pág. 15.

“O Brasil foi reprovado no relatório de 1999 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Razão: má distribuição de renda”.

Entre 174 países, o Brasil está no 79º lugar, atrás do Chile (34º), Argentina (39º), Uruguai (40º), México (50º), Cuba (58º), Equador (72º). Somos 163 milhões de brasileiro. Destes, 26 milhões são analfabetos (16%). Fora os analfabetos que só sabem desenhar o nome, ou são analfabetos virtuais, incapazes de lidar com cartão magnético, equipamento eletrônico.

Das crianças e jovens em idade escolar, 20% estão fora da escola: 32,6 milhões. A média de vida do povo brasileiro é de 66,8 anos; a renda per capita: 6.480 dólares por ano, mas quem fica com os dólares? O país é campeão de desigualdade social.

Os 20% mais pobres (32,6 milhões) dividem entre si 2,5% da renda nacional, cerca de 22,5 bilhões de reais, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) em 900 bilhões. Os 20% mais ricos abocanham 63,4% da renda: 570,6 bilhões de reais. 10% da população (16,5 milhões) possuem 50% da renda nacional. 1% (1,63 milhões) embolsa 15% da renda, cerca de 135 bilhões de reais.

Segundo a ONU: 26 milhões de brasileiros não têm acesso a condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos; 39 milhões não dispõem de água potável; 48,9 milhões carecem de esgoto; 27,71 milhões vivem em estado de permanente miséria; 18,745 milhões morrem antes de 40 anos de idade. FHC gasta apenas 21% do PIB com a área social.

ONU comprova: a Globalização agrava as desigualdades sociais no mundo.

Em 1870, os 20% mais ricos do planeta possuíam renda sete vezes superior à dos 20% mais pobres. Em 1997, a diferença era de 30 para 1.

Dado alarmante: a fortuna dos três homens mais ricos do mundo é superior à soma do PIB de todos os países subdesenvolvidos (incluindo o Brasil) e de seus 600 milhões de habitantes.

A Ford na Bahia: a multinacional exigiu de FHC, até o ano 2010, isenção de impostos no valor de 180 milhões de reais por ano.

A população do Planeta é de 6 bilhões de pessoas; 20% da população (1,2 bilhões) vivem entre a América do Norte e a Europa ocidental e detêm em mãos: 86% do PIB mundial; 82% das exportações; 68% dos investimentos produtivos diretos; 74% das linhas telefônicas (inclusive no Brasil, graças à generosíssima política de privatização de FHC”).

Sobre a Dívida Externa, considera Frei Betto:

“Se a ONU quisesse minorar a situação das nações empobrecidas, deveria batalhar pela proposta de suspensão ou perdão do pagamento da dívida externa.”

Juntos, os países subdesenvolvidos devem 2,465 trilhões de dólares. Por força do pagamento de juros e amortizações dessa dívida, a cada 5 segundos morre uma criança no terceiro mundo.

A dívida externa do Brasil atinge a cifra de 233 bilhões de dólares (a interna, 519 bilhões); o país deverá pagar em curto prazo, 23 bilhões de dólares - o equivalente à média do que obtém com as exportações anuais. Isso significa menos recursos para a saúde, a habitação, a educação, o saneamento básico, reforma agrária etc.”

Prefácio à Crítica da Economia Política

KARL MARX. Contribuição à Crítica da Economia Política Martins Fontes, São Paulo, 1986.

“... A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social.

A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material - que

se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas conseqüências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade.

É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.

As relações de produção burguesas são a última

forma contraditória do processo de produção social contraditória, não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana...⁶²

Ideologia

Michael Lowy. (Retirado do livro do autor: Ideologias e Ciência Social. 10a. Ed. Cortez Editora, São Paulo, 1995, pág. 11-25).

“É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significado, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.

O conceito de ideologia não vem de Marx: ele simplesmente o retomou. Ele foi literalmente inventado (no pleno sentido da palavra: inventar, tirar da cabeça, do nada) por um filósofo francês pouco conhecido, Destutt de Tracy, discípulo de terceira categoria dos enciclopedistas, que publicou em 1801 um livro chamado *Eléments d’Idéologie*... A ideologia, segundo Destutt de Tracy, é o estudo científico das ideias e as ideias são o resultado de interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente. É, portanto, um subcapítulo da zoologia - que estuda o comportamento dos organismos vivos...

... Alguns anos mais tarde, em 1812, Destutt de Tracy e seu grupo, discípulos todos do enciclopedismo francês, entraram em conflito com Napoleão que, em discurso em que atacava Destutt de Tracy e seus amigos, os chamou de ideólogos. Para Napoleão, essa palavra já tem um sentido diferente: os ideólogos são

metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo.

Deste modo, paradoxalmente, Destutt e seus amigos, que queriam fazer uma análise científica materialista das ideologias, foram chamados de ideólogos por Napoleão, no sentido de especuladores metafísicos e, como Napoleão tinha mais peso, digamos, ideológico, que eles, foi a sua maneira de utilizar o termo que teve sucesso na época e que entrou para a linguagem corrente.

Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade. É nesse sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1848, em seu livro chamado *A Ideologia Alemã*.

É esse o caminho tortuoso do termo: começa com um sentido atribuído por Destutt, que depois é modificado por Napoleão e, em seguida, é retomado por Marx que, por sua vez, lhe dá um outro sentido. Em *A Ideologia Alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.

⁶² MARX, Karl. Prefácio à Crítica da Economia Política. Ver Bibliografia.

Mais tarde Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. Ele as enumera como sendo a religião, a filosofia, a moral, o direito, as doutrinas políticas, etc.

Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que

se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes da sociedade.

Mas o conceito de ideologia continua sua trajetória no marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lenin, onde ganha um outro sentido, bastante diferente: a ideologia como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais.

Para Lenin, existe uma ideologia burguesa e uma ideologia proletária. Aparece, então, a utilização do termo no movimento operário, na corrente leninista do movimento comunista, que fala de luta ideológica, de trabalho ideo-

lógico, de reforço ideológico, etc. Ideologia deixa de ter o sentido crítico, pejorativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe.



Assim, a palavra vai mudando de sentido, não só quando passa de uma corrente intelectual para outras, mas também no seio de uma mesma corrente de ideias: o marxismo. Há uma mudança considerável de significado entre, por exemplo, Marx e Lenin.

Finalmente, há uma tentativa sociológica de pôr um pouco de ordem nessa confusão. Essa tentativa é realizada pelo famoso sociólogo Karl Mannheim em seu livro *Ideologia e Utopia*, onde procura distinguir os conceitos de ideologia e utopia. Para ele, ideologia é o conjunto das concepções, das ideias, representações, teoria, que se orientam para a estabilização, ou

legitimação, ou reprodução, da ordem estabelecida. São todas aquelas doutrinas que têm um certo caráter conservador no sentido amplo da palavra, isto é, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, servem à manutenção da ordem estabelecida. Utopias, ao contrário, são aquelas ideias, representações e teorias que aspiram uma outra realidade, uma realidade ainda inexistente. Têm, portanto, uma dimensão crítica ou de negação da ordem social existente e se orientam para sua ruptura. Deste modo, as utopias têm uma função subversiva, uma função crítica e, em alguns casos, uma função revolucionária.

Percebe-se imediatamente que ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições de grupos e classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico.

Mannheim utiliza para esse fenômeno, para este conjunto vinculado à posição das classes sociais, o termo “ideologia total”.

Deste modo, o conceito de ideologia, na obra de Mannheim, aparece com dois sentidos diferentes: ideologia total, que é o conjunto daquelas formas de pensar, estilos de pensamento, pontos de vista, que são

vinculados aos interesses, às posições sociais de grupos ou classes; ideologia em seu sentido estrito, que é a forma conservadora que essa ideologia total pode tomar, em oposição à forma crítica, que ele chama de utopia.

Para se tentar evitar essa confusão terminológica e conceitual, eu acho que é útil tomar a distinção feita por Mannheim entre ideologia e utopia, mas se deve procurar outro termo que possa se referir tanto às ideologias quanto às utopias, que defina o que há de comum a esses dois fenômenos. O termo que me parece mais adequado para isso, e que proponho como hipótese neste momento é “visão social de mundo”.

Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.

Vamos acrescentar algumas passagens deste mesmo texto em que Löwy realiza uma análise dialética de uma visão de mundo, de uma ideologia ou de uma utopia.

“A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez para todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história... Esse princípio dialético se aplica à natureza onde existe uma transformação perpétua,

mas existe uma diferença entre a história natural e a história humana que está muito bem resumida numa fórmula do filósofo italiano Vico, que diz o seguinte: “A diferença entre a história natural e a história humana é que fomos nós que fizemos a história humana, mas não a história natural...”

Obviamente, esse princípio também se aplica às ideologias, ou às utopias, ou às visões sociais do mundo. Todas elas são produtos sociais. Todas elas têm que ser analisadas em sua historicidade, no seu desenvolvimento histórico... Portanto, essas ideologias ou uto-

pias, ou visões de mundo têm que ser desmistificadas na sua pretensão a uma validade absoluta. Uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade têm que ser vistas na sua limitação histó-

ca. Este é o coração mesmo do método dialético, é o primeiro elemento do método e da análise dialética. Nessa consideração radical da historicidade... o próprio marxismo tem que aplicar a si próprio esse princípio, tem que considerar a si mesmo em sua transitoriedade.

Outro elemento essencial ao método é a categoria da totalidade. É a categoria da totalidade que, segundo Lukács em *História e Consciência de Classe*, introduz o princípio revolucionário nas ciências sociais.

O princípio da totalidade como categoria metodológica, obviamente, não significa um estudo da totalidade da realidade... A realidade é infinita, inesgotável... Significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto. Concretamente, no caso das ideologias, não se pode entender uma ideologia, uma utopia, uma visão social de mundo, uma doutrina social, uma concepção prática da teoria social, sem ver como ela se relaciona com o conjunto da vida social, com o conjunto histórico do momento, isto é, com os aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de classes sociais, etc.

O terceiro elemento do método dialético é a categoria da **CONTRADIÇÃO. Uma análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade. Por exemplo, em uma formação social, a análise das contradições entre forças e relações de produção ou, sobretudo, das contradições entre as classes sociais. Isso parece óbvio, mas, muitas vezes, se fala em ideologias como sendo algo consensual, sobretudo na sociologia acadêmica.**

Na sociologia funcionalista, as ideologias são vistas como valores consensuais. Insiste-se muito na ideia de consenso social. Mesmo no marxismo existem correntes que falam da ideologia como se fosse uma só: a ideologia dominante, a ideologia da sociedade.

Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra, necessariamente, que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem.

Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe, simplesmente, uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo con-

flituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são, geralmente, irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum.

É por isso que em sua primeira formulação filosófica, na 11ª Tese sobre Feuerbach, (Marx) diz: o problema não está em interpretar a realidade, mas em transformá-la. Logo, o marxismo não é uma teoria científica como as outras; não visa, simplesmente, descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária. Trata-se, portanto, de compreender a realidade para transformá-la, revolucionariamente, a partir de um ponto de vista de classe, do ponto de vista das classes dominadas.

É aí que se dá o divisor de águas fundamental entre a dialética de Marx e a de Hegel. É a dimensão revolucionária da dialética marxiana contra a posição de caráter conservador e legitimador do status quo da dialética hegeliana. A isto, eu considero mais importante que a diferença entre o materialismo e o idealismo.

“Isto, obviamente, se aplica também à análise das ideologias e é por isso que uma análise dialética das ideologias e das utopias ou das visões de mundo tem que começar com a distinção essencial entre aquelas visões de mundo que visam manter a ordem estabelecida, as ideologias, e aquelas que visam ou aspiram transformá-la, que são as utopias”.

A Dialética: Concepção e Método

GADOTTI, Moacir. In *Concepção Dialética da Educação; um estudo introdutório*. 5ª ed. São Paulo, Cortez Editora, pág. 15-38.

“Origem da dialética. Na Grécia Antiga, a palavra ‘dialética’ expressava um modo específico de argumentar que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, a validade de sua argumentação e superando-a por outra (síntese). **Sócrates** foi considerado o maior dialético da Grécia. Utilizando-se da dúvida sistemática, procedendo por análises e sínteses, elucidava os termos das questões em disputa, fazendo nascer a verdade como um parto no qual ele (o mestre) era apenas uma instigador, um provador e o discípulo o verdadeiro descobridor e criador.”

Lao Tsé, autor do célebre livro, **Tao Te King** (O livro do **Tao**), é considerado o “autor” da dialética, não por ter elaborado suas leis, mas por tê-las incorporado à sua doutrina... No sentido que chegou, até nossos dias, como lógica da natureza, dos homens, do conhecimen-

to e da sociedade, ela se iniciou com Zenão de Eléia.

Outro filósofo pré-socrático que está na origem da dialética é **Heráclito de Éfeso**. Para ele a realidade é um constante devir (vir a ser), onde prevalece a luta dos opostos: frio-calor, bem-mal, saúde-doença, etc. Um se transformando no outro. Tudo muda tão rapidamente, diz ele, que não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio: na segunda vez o rio já não será mais o mesmo e nós mesmos já teremos também mudado.

Ao contrário de Heráclito, **Parmênides de Eléia** sustentava que o movimento era uma ilusão e que tudo era imutável.

Como vemos, a questão que deu origem à dialética é a **explicação do movimento**, da transformação das coisas. Na visão metafísica do mundo, o universo se apresenta como um aglomerado de “coisas” ou “entidades distintas”, embora relacionadas entre si, detentoras, cada qual de uma individualidade própria

e exclusiva, que independem das demais “coisas” ou “entidades”⁶³. A dialética considera todas as coisas em movimento, relacionadas umas com as outras.

Para **Platão**, a dialética era um **método** de ascensão ao inteligível, método de dedução racional das ideias...

Para **Aristóteles**, a quem Marx chama de “o pensador da Antigüidade”⁶⁴, a dialética era apenas auxiliar da filosofia. Ele a reduzia à atividade crítica... Não era, portanto, um método para se chegar à verdade; era apenas uma aparência da filosofia, uma “**lógica do provável**”.

Aristóteles conseguiu conciliar Heráclito e Parmênides com sua teoria sobre o **ato e a potência**: as mudanças existem, mas são apenas **atualização de potencialidades** que já preexistiam, mas, que ainda não tinham desabrochado. O educando seria potencialmente educado...

No terceiro século depois de Cristo, com o ressurgimento do platonismo, ressurgem também o debate em torno da dialética. Plotino a considera uma parte da filosofia e não apenas um método...

A filosofia “oficial”, escrava da teologia, não demorou a condenar a dialética por desconhecer a onipotência divina, comparando-a, pejorativamente, à sofística.

No início da Idade Moderna, a dialética foi julgada inútil, na medida em que se considerava que Aristóteles já havia dito tudo sobre a lógica e nada havia a se acrescentar. A dialética limitar-se-ia ao silogismo, uma lógica das aparências. Assim pensavam Descartes e Kant...

A concepção dialética da história, oposta à concepção metafísica da Idade Média, começa a criar forma com o filósofo social e pedagogo suíço Jean-Jacques Rousseau. Para **Rousseau**, todas as pessoas nascem livres e só uma organização democrática da sociedade levará os indivíduos a se desenvolverem plenamente. O indivíduo é condicionado pela sociedade. Mas, é só a partir de **Hegel** que a dialética retorna como tema central da filosofia e como filosofia. Ele a concebeu como uma “aplicação científica da **conformidade** às leis, inerentes à natureza e ao pensamento, a via na-

tural própria das **determinações** do conhecimento das coisas e, de uma maneira geral de tudo que é finito.”⁶⁵ A dialética, segundo ele, é o momento negativo de toda realidade, aquilo que tem a **possibilidade de não ser**, de negar-se a si mesma. Entretanto, para Hegel, a razão não é apenas o entendimento da realidade como queria Kant, mas, a própria realidade: “o racional é real e o real é racional”. A ideia, a razão, é o próprio mundo que evolui, muda, progride, é a história. Portanto, a **história** universal é, ao mesmo tempo, domínio do mutável e manifestação da razão.

Assim, Hegel chega ao real, ao concreto, partindo do abstrato: a razão domina o mundo e tem por função a unificação, a conciliação, a manutenção da ordem do todo. Essa **razão é dialética**, isto é, procede por unidade e oposição de contrários. Hegel retoma assim, o conceito de “unidade dos contrários” como pensava Heráclito.

Hegel concebe o processo racional como um processo dialético, no qual a contradição não é considerada como “ilógica”, paradoxal, mas como o verdadeiro motor do pensamento, ao mesmo tempo em que é o motor da história, já que a história não é senão o pensamento que se realiza. O pensamento não é mais estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). Uma proposição (tese) não existe sem oposição à outra proposição (antítese). A primeira proposição será modificada nesse processo de oposição e surgirá uma nova. A antítese está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. A conciliação existe na síntese (que) é provisória na medida em que ela própria se transforma numa nova tese.

Com **Ludwig Feuerbach**, a dialética ganha um novo defensor. Para Feuerbach, o homem projeta no céu o sonho de justiça que não consegue realizar na terra: “o homem pobre possui um Deus rico”. Desse modo, Deus não é senão uma projeção imaginária do homem que se encontra despojado de algo que lhe pertence, **alienando-se**. Portanto, negar a existência de Deus é afirmar-se como homem.

⁶³ Caio Prado Junior, *Dialética do conhecimento*, São Paulo, Brasiliense, 1963, p. 10.

⁶⁴ *O Capital*, Rio, Civilização Brasileira, vol. I, p. 465.

⁶⁵ André Lalande. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris, P.U.F., 1960, p. 227.

A dialética materialista

Mas é apenas com Marx e Engels que a dialética adquire um status filosófico (o materialismo dialético) e científico (o materialismo histórico).

Marx substitui o idealismo de Hegel por um realismo materialista: “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção...”.

A dialética de Hegel fechava-se no mundo do espírito, e Marx a inverte, colocando-se na terra, na matéria. Para ele, a dialética explica a evolução da matéria, da natureza e do próprio homem; é a **ciência das leis do movimento**, tanto do mundo exterior e como do pensamento humano”. Essa origem hegeliana do pensamento marxista é reconhecida pelo próprio Lênin que afirma nos *Cadernos Filosóficos*⁶⁶ não se poder compreender *O Capital* sem ter antes estudado e compreendido toda a *Lógica* de Hegel.

Para Marx e Engels os princípios da dialética hegeliana são “puras leis do pensamento”. “Era preciso evitar, afirma Leandro Konder, que a dialética da história humana fosse analisada com se não tivesse absolutamente nada a ver com a natureza, como se o homem não tivesse uma dimensão irredutivelmente natural e não tivesse começado sua trajetória na natureza”.

A dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo.

Marx não parte, como fizeram os filósofos idealistas, de um esquema conceitual, teoricamente construído, procurando identificar a “essência”. Também, não toma como ponto de partida os fenômenos isolados em si, como o faziam os empiricistas. Marx critica essas duas posições e percorre um caminho novo.

Isso é particularmente demonstrado em *O Capital*. Aí Marx preocupava-se em entender o processo de formação histórica do modo de produção capitalista, não como se fosse uma forma acabada de relação homem-sociedade, mas como um *fieri*, um sendo. Para ele não existem fatos em si, como quer fazer crer o empiricismo, que se deixariam examinar de maneira neutra, desligado do processo histórico-econômico, psicológico e político do homem.

Não é a consciência humana, como sustenta o idealismo, nem a pura realidade, como sustenta o empiricismo, mas é o próprio **homem** que figura como ser **produzindo-se a si mesmo**, pela sua própria atividade, “pelo modo de produção da vida material”. A condição para que o homem se torne homem (porque ele **não é**, ele se **torna**) é o trabalho, a construção da sua história. A mediação entre ele e o mundo é a atividade material...

⁶⁶ V. Lênine. Cahiers philosophiques. Moscou. Ed. Du Progrès, e Paris. Ed. Sociales, 1973, p. 170

O que distingue Marx e Hegel, neste ponto, é a explicação do movimento. Ambos sustentam a tese de que o movimento se dá pela oposição dos contrários, isto é, pela CONTRADIÇÃO. Mas, enquanto Hegel localiza o movimento contraditório na Lógica, Marx o localiza no seio da própria coisa, de todas as coisas, e em íntima interação com elas...

Marx, com isso, não chega a negar o valor e a necessidade da subjetividade no conhecimento. O mundo é sempre uma "visão" do mundo para o homem, o mundo refletido. Mas ele não tem uma existência apenas na ideia. Sua existência é real, material, independente

do conhecimento deste ou daquele homem. A dialética não é um movimento espiritual que se opera no interior do entendimento humano. Existe uma determinação recíproca entre as ideias da mente humana e as condições reais de sua existência...

O materialismo dialético tem um duplo objetivo:
1º) como dialética, estuda as leis mais gerais do universo, leis comuns de todos os aspectos da realidade, desde a natureza física até o pensamento, passando pela natureza viva e pela sociedade.
2º) como materialismo, é uma concepção científica que pressupõe que o mundo é uma realidade material (natureza e sociedade), onde o homem está presente e pode conhecê-la e transformá-la.

Princípios ("leis") da dialética

1º Tudo se relaciona (princípio da totalidade)

Para a dialética, a natureza se apresenta como um todo coerente, onde objetos e fenômenos são ligados entre si, condicionando-se reciprocamente. O método dialético leva em conta essa ação recíproca e examina os objetos e fenômenos buscando entendê-los numa totalidade concreta...

O pressuposto básico da dialética é que o sen-

tido das coisas não está na consideração de sua individualidade, mas na sua totalidade que é, segundo Kosik, "em primeiro lugar a resposta à pergunta: **o que é a realidade?**" É o que Engels chama de "lei da interpenetração dos opostos", onde tudo tem a ver com tudo, lei da interação e conexão universal, "lei da ação recíproca".

2º Tudo se transforma (princípio do movimento)

A dialética considera todas as coisas em seu devir. O **movimento** é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza e a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais

estabelecidos definitivamente: “a dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado”.⁶⁹ É o que Engels chama de “lei da negação da negação”.

3º Mudança qualitativa (princípio da mudança qualitativa)

A transformação das coisas não se realiza num processo circular de eterna repetição, uma repetição do velho. Como é gerado o novo? Esta mudança qualitativa dá-se pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produzem o qualitativamente novo. O exemplo

clássico é o da água: “quando está ao lume a temperatura eleva-se progressivamente, elevação que constitui uma variação quantitativa; mas vem o momento em que, permanecendo a temperatura constante, se produz um fenômeno qualitativamente diferente, o da ebulição”.⁷⁰

4º Unidade e luta dos contrários (princípio da contradição)

A transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo, simultaneamente, à unidade e à oposição. É o

que se chama de contradição, que é universal, inerente a todas às coisas materiais e espirituais. A **contradição** é a essência ou a lei fundamental da dialética...

... A coexistência dos contrários não é um absurdo lógico, ela se funda no real.

Esses princípios (ou leis) podem ser aplicados tanto à matéria, como à sociedade humana e aos nossos próprios conhecimentos. Por isso, a Dialética poderia

ser subdividida em “três níveis”, como mostra Ernest Mandel⁷¹: **1) a Dialética da natureza, 2) a Dialética da história, 3) a Dialética do conhecimento.**

Lógica Formal e Lógica Dialética

Que conseqüências a dialética traria para a lógica, isto é, para a estrutura e funcionamento dos processos mentais?

Essa questão parece ter gerado erros grosseiros na própria história do marxismo, verdadeiros desvios “esquerdistas”, notadamente sob o stalinismo, que tentou traçar, mecanicamente, um corte epistemológico entre o que chama de “ciência burguesa” e “ciência proletária”.

Evidentemente, é preciso reconhecer com o eminente filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto, que...

“a lógica formal é a lógica da metafísica, assim como a lógica dialética é a lógica da dialética”⁷².

⁶⁹ Kosik. P. 49.

⁷⁰ Paul Foulquié. A dialética, p. 62.

⁷¹ Introdução ao marxismo. Porto Alegre, Movimento, 1978, p. 11.

⁷² Ciência e Existência. Rio. Paz e Terra, 1969, p.72.

O método dialético

Marx distingue formalmente “método de exposição” de “método de pesquisa”. A exposição é consequência de uma pesquisa anterior das “formas de desenvolvimento” e das conexões existentes entre elas.

Marx é o primeiro pesquisador a adotar, de forma sistemática, o método dialético. “Ao estudar uma determinada realidade objetiva, analisa, metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios desta realidade (considerando, portanto, todas as noções antagônicas então em curso, mas cujo teor ninguém ainda sabia discernir). Após ter distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reen-

contra-a uma só unidade, isto é, no conjunto do seu movimento”.⁷³

Por “método de pesquisa” Marx entende uma “apropriação em pormenor” da realidade estudada: é a análise que colocará em evidência as relações internas, cada elemento em si.

Cada objeto de análise requer uma maneira específica de abordagem determinada pelo próprio objeto; cada período histórico possui suas próprias leis. Por isso, a análise que se faz em filosofia não se empregará, automaticamente, a todas as outras ciências. A análise detalhada de uma coisa ou fenômeno evidenciará as leis particulares que regem o início, o desenvolvimento e o término de cada coisa ou fenômeno.

Regras práticas do método dialético

- 1 **Dirigir-se à própria coisa:** por conseguinte, análise objetiva;
- 2 **Aprender o conjunto das conexões internas da coisa, de seus aspectos,** desenvolvimento e o movimento da coisa;
- 3 **Aprender os aspectos e momentos contraditórios:** a coisa como totalidade e unidade de contrários;
- 4 **Analisar a luta, o conflito interno das contradições,** o movimento, a tendência;
- 5 **Não esquecer que tudo está ligado a tudo;**
- 6 **Não esquecer de captar as transições;** transições dos aspectos e contradições;
- 7 **Não esquecer que o processo de aprofundamento... é infinito;**
- 8 **(...) penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo;** apreender conexões e o movimento;
- 9 **Em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar;** modificar ou rejeitar sua forma, remanejar seu conteúdo, retomar seus momentos superados, revê-los, repeti-los, mas apenas aparentemente, com o objetivo de aprofundá-los, mediante um passo atrás, rumo às suas etapas anteriores e, por vezes, até mesmo rumo ao seu ponto de partida, etc.

⁷³ Henri Lefebvre, O marxismo. São Paulo, Difusão Editora do Livro, 1974, p. 34.

Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx

Madalena Guasco Peixoto. Notas sobre a *Introdução e Prefácio Para a Crítica da Economia Política - Karl Marx*. In: *Manuscritos Econômico - Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. Os Pensadores*. V. XXXV. São Paulo, Abril Cultural. Julho de 1974.

Introdução

A Introdução À Crítica da Economia Política marca o início dos apontamentos econômicos de Marx, dos anos de 1857 a 1958. Estes apontamentos foram publicados, em seu conjunto, pela primeira vez em 1939 em Moscou. No entanto a Introdução foi descoberta em 1902, entre os manuscritos deixados por Marx, e publicada pela primeira vez por Kautsky, na revista "Die Neue Zeit" em 1903.

Esta introdução é mencionada por Marx no Prefácio de "Para a Crítica da Economia Política". No entanto o título "Introdução à Crítica da Economia Política" não foi dado por Marx, mas representa o título outorgado à obra em sua primeira publicação, tornando-se depois disso seu título tradicional. O texto original não foi preparado por Marx para ser publicado. Por este mo-

tivo, quando deparamos com suas várias publicações encontramos palavras entre colchetes, que não fazem parte do manuscrito, mas que foram incluídas na publicação para melhorar a compreensão do texto original. Encontramos ainda palavras entre parênteses, que são do próprio autor, ou traduções para o português de expressões estrangeiras contidas no texto original.

A importância desta obra reside fundamentalmente na elaboração, aplicação e precisão das categorias do método dialético do movimento histórico transformado em instrumento metodológico do estudo da economia política. O que se encontra nesta Introdução será depois retomado por Marx no *Capital* de maneira mais precisa e conectada. No entanto, é somente nela que encontraremos, destacada pelo autor, uma exposição teórica do método da economia política. Se não fosse por outros elementos, somente esta exposição do método já tornaria esta obra fundamental.

Prefácio

A brilhante obra *Para Crítica da Economia Política* representa um importante marco na construção da economia política marxista, tendo sido escrita no período de agosto de 1958 a janeiro de 1959.

Engels, na resenha que escreveu para o *Volk* (MEW.13,486), ressalta o significado deste livro para o "partido proletário alemão" e o método da "dialética materialista" empregado. A realização de toda a obra, da qual aqui nos referimos apenas ao prefácio, custou a Marx

um trabalho de 15 anos, durante os quais estudou uma enorme quantidade de literatura sócio-econômica e elaborou as bases de sua própria teoria econômica.

Marx, ao escrever para Engels em 22 de julho de 1859, assinala: "No caso de que escrevas algo [sobre o livro], não debes esquecer: 1º - que o proudhonismo é aniquilado em suas bases, 2º - que exatamente na forma mais simples, a forma de mercadoria, é analisado o caráter especificamente social da produção burguesa, mas

não se trata de forma alguma de seu caráter absoluto.” Marx refere-se neste trecho enviado para Engels à importância teórico ideológica da obra. [Proudhonismo: liga-se a **Proudhon** (1809-1865). O proudhonismo difundiu-se amplamente na França. Pode-se dizer que se tratava de ideologia pequeno-burguesa, que sonhava em perpetuar a pequena propriedade privada, criticando a grande propriedade capitalista de um ponto de vista pequeno-burguês. Propunha reformar o regime capitalista e colocar em seus fundamentos a pequena propriedade privada. Proudhon propunha entre outras coisas a organização de um Banco Popular Especial que supostamente, através do “crédito gratuito”, como ele chamava, ajudaria os operários a se converterem em

pequenos proprietários e terem eles próprios os seus meios de produção. A crítica de Marx à Proudhon assumiu profundidade teórica na medida que o estudo da economia política em geral e da economia política do capitalismo em particular colocaram abaixo as teses defendidas por Proudhon. **Mas a crítica de Marx à Proudhon teve também profundo caráter ideológico. Isto porque representou um profundo embate com as ideias pequeno-burguesas defendidas na época pelos socialistas utópicos (entre os quais Proudhon), ideias estas que causavam confusão ideológica e contribuíam para manter a classe operária dividida em escala nacional e internacional. Isto numa época na qual já se amadureciam as condições para a sua unidade.]**

Estudos Econômicos de Marx

O TEXTO ESTÁ DIVIDIDO EM QUATRO PARTES:

❶ Produção; ❷ A Relação Geral da Produção com a Distribuição, Troca e Consumo; ❸ O Método da Economia Política; ❹ Produção, Meios de Produção e Relações de Produção. Relações de Produção e Relações Comerciais. Formas de Estado e de Consciência em relação com as Relações de Produção e de Comércio. Relações Jurídicas. Relações Familiares.

Destaco neste fichamento duas partes deste texto: A primeira parte, denominada por Marx de Produção. Nela o autor evidencia as categorias básicas do materialismo histórico dialético que darão sustentação metodológica para os seus estudos de Economia Política.

Nesta parte elabora uma crítica teórica à **Economia Política Clássica**, representada por Smith e Ricardo, e a obras como **O Contrato Social**, de Rousseau. Marx salienta uma essencial diferença entre a sua concepção e as anteriormente citadas. Para Marx, elas cometeram um erro fundamental ao se apoiarem nas “aparências”, quando não entendem o indivíduo na sociedade “como um resultado histórico - porque o consideram como um indivíduo conforme à natureza -, dentro da representação que tinham de natureza humana; que não se originou historicamente, mas foi posto como tal pela natureza. Esta ilusão tem sido partilhada por todas as épocas até o presente.”

Diante disto, Marx afirma qual é o seu objeto de estudo: “O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a produção material.”

Uma produção material entendida da seguinte maneira: “indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida.”

Quando se trata de produção, trata-se de produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais.

Diante disto se coloca um novo problema: é possível falar em Produção Geral, quando se parte do entendimento de Produção em um determinado grau do desenvolvimento social? A isto Marx responde: “Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso querer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema”. Continua Marx: “Mas todas as épocas da produção têm certas características comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medi

da em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição”.

O que há de particular no processo histórico da produção material? Sobre este problema afirma Marx: “Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes.” E continua Marx: “as determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial.”

Ao estudar a produção material em determinado momento histórico, deve-se compreender como os elementos gerais se efetivam na produção material particular, é preciso “desenvolver em outro lugar a relação entre as determinações gerais da produção, num dado grau social, e as formas particulares de produção.”

Passo a destacar agora mais o item 3 do texto em questão, intitulado O Método da Economia Política. Nele Marx não só evidencia o método aplicado ao entendimento do movimento dos fenômenos econômicos, como explicita porque é este o método que entende e revela de maneira cientificamente exata suas determinações.

Marx inicia a exposição sobre o método da seguinte maneira: “Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, divisão de classes, sua repartição entre cidade e campo, na orla marítima; os diferentes ramos de produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias, etc. **Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição, que são a base e o sujeito do ato social de produção como um todo.**”

Mas aquilo que aparentemente parece o correto, revela-se depois de uma “observação mais atenta” completamente falso isto porque: “A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc.” ... “assim, se começarmos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples.”

Marx revela então a existência de dois métodos de estudo da Economia Política: “O **PRIMEIRO** constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVIII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc., mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Estes elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado mundial.”

Marx depois de descrever o caminho percorrido pelo primeiro método acentua as diferenças em relação ao **SEGUNDO**: “**O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.**”

A diferença entre os dois métodos é a seguinte: “No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento.”

O pensamento se movimenta assim: ele se eleva do abstrato ao concreto, para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. O primeiro método, ao considerar o concreto o que não é concreto mais, é abstrato; deixa de compreender as muitas determinações que compõem o próprio concreto. O pensamento deixa de entender as determinações do concreto.

“O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo de pensamentos, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível.”

Para a consciência, pois, o movimento das categorias aparece como ato de produção efetivo - que recebe infelizmente apenas um impulso do exterior - , cujo resultado é o mundo, e isto é certo ... na medida em que a totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, é de fato um produto do pensar, do conceber; não é de modo algum o produto do conceito que pensa separado e acima da intuição e da representação, e que se engendra a si mesmo, mas da elaboração da intuição em conceitos”.

O não entendimento deste movimento próprio do pensamento, segundo Marx, fez com que Hegel caísse “na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, se move por si mesmo.”

Utilizando as próprias palavras do autor, destaquei neste fichamento algumas das principais ideias contidas no Texto (Introdução à crítica da Economia Política) dando ênfase em duas de suas partes: 1. A Produção e 3. O Método da Economia Política.

Sobre o Texto: Prefácio Para a Crítica da Economia Política

Este prefácio tem extrema importância para o entendimento do Marxismo em suas partes constitutivas: CONCEPÇÃO FILOSÓFICA, ECONOMIA POLÍTICA, e SOCIALISMO CIENTÍFICO. Neste texto Marx sintetiza o núcleo da teoria Marxista, aponta as conclusões basilares de sua teoria da história social.

O texto em questão está estruturado da seguinte maneira:

Em seu início Marx sintetiza como deve ser entendidos os seus estudos do Sistema da Economia Burguesa. “capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, recado mundial.” O prefácio antecede a publicação da primeira parte de seus estudos, representando a primeira parte do livro Primeiro, que trata do CAPITAL e de suas subdivisões em capítulos.

No início do texto Marx faz uma interessantíssima abordagem explicitando qual o percurso que o levou a estudar Economia Política.

Neste percurso destaca-se o trabalho por ele elaborado de revisão crítica da Filosofia do Direito em Hegel da qual retirou em síntese as seguintes conclusões: “relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil.”

Após ter terminado este trabalho de Crítica da Filosofia do direito em Hegel, Marx, pelas conclusões a que chegou, compreende que a anatomia da sociedade burguesa deveria ser procurada na Economia Política. Tendo como indicativo este caminho, inicia seus estudos em Paris, continuando-os em Bruxelas, explicita então neste prefácio a conclusão geral que serviu de fio condutor a estes estudos.

Passarei agora, utilizando as palavras do autor, a destacar algumas das interfaces desta grande conclusão geral: “Na produção social da própria vida, os homens

contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.”

“A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”.

“Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Sobre o movimento dialético da sociedade, movimento este que constitui o seu processo histórico, Marx conclui: “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então tinham se movido”. De maneira que: “De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações de produção se transformam em seus grilhões. Sobrevem então uma época de revolução social”.

Quando ocorre esta contradição coloca-se na pauta histórica a necessidade de transformação de uma dada formação social. **“Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham**

sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir”.

Marx descreve da seguinte maneira o processo de transformação social: “Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim”.

Não se julga a consciência social de uma época à partir dela mesma e sim “é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”.

Marx termina o prefácio relatando o intercâmbio de ideias que manteve com Engels, de grande importância no desenvolvimento de seus estudos, destaca o Manifesto do Partido Comunista escrito conjuntamente com Engels; o Discurso sobre o livre - comércio; Miséria da Filosofia e Trabalho assalariado e Capital como importantes obras através das quais se explicita, de maneira científica, os pontos decisivos de sua concepção teórica.

Marx finaliza o prefácio com a seguinte ideia que faço questão de destacar: “Este esboço sobre o itinerário dos meus estudos no campo da economia política tem apenas o objetivo de provar que minhas opiniões, sejam julgadas como forem e por menos que coincidam com os preceitos ditados pelos interesses das classes dominantes, são o resultado de uma pesquisa conscienciosa e demorada. Mas na entrada da ciência - como na entrada do inferno - é preciso impor a exigência:

**“Que aqui se afaste toda a suspeita.
Que neste lugar se despreze todo o medo.”**

(parafraseando Dante Alighieri)

A Modernidade e o Século XX de Madalena Guasco Peixoto

O período que se inicia no século XVI e vai até o final do século XIX, designado costumeiramente como moderno, foi sacudido pelas clássicas revoluções burguesas e por uma intensa, fértil e multifacética luta de ideias. Este movimento no campo das ideias se desenvolveu tendo como suporte as marcantes mudanças qualitativas na história concreta da sociedade e constituiu-se como parte integrante destas mudanças. Não representou apenas o reflexo do que ocorria no campo social e econômico. Este movimento no campo das ideias se transformou em força material.

Algumas questões fundamentais marcaram este intenso debate teórico. Destacam-se as seguintes ideias:

- 1. É possível o homem conhecer a natureza e a sociedade?**
- 2. Como se dá o processo de produção do conhecimento?**
- 3. Como ocorre o processo de transformação histórica?**
- 4. Qual a relação entre a objetividade e a subjetividade no movimento histórico social?**

Na história das ideias esta não foi a primeira vez em que estas questões foram colocadas como centrais. No entanto, o que neste período havia de novo era o contexto histórico no qual elas estavam sendo relocalizadas e, dentro deste contexto, a nova capacidade adquirida em respondê-las.

Em conjunto, elas compõem questões de caráter epistemológico e as respostas que lhes foram formuladas representou um grande salto qualitativo no campo teórico e prático.

A luta teórica na modernidade se produziu como parte integrante da luta de classes, representando primeiramente o antagonismo entre a velha sociedade feudal e a nova sociedade capitalista que se erguia poderosamente. Depois passou a expressar os novos antagonismos que a sociedade burguesa produziu.

Por este motivo, a modernidade, que é apresenta-

da pela ideologia dominante como monolítica, não foi. O que constituiu o moderno foi o contraditório.

Marx e seu parceiro Engels são herdeiros e construtores da modernidade. Dela participaram colhendo os avanços científicos e teóricos e criticando as concepções produzidas com base ideológica dominante. Deste movimento resultou a única teoria conseqüentemente crítica da sociedade burguesa.

O marxismo se produziu, assim, como parte e crítica da modernidade.

Os textos *A Introdução à crítica da Economia Política* e o *Prefácio para a crítica da Economia Política* são basilares desta complexidade teórica produzida por Marx. Neles Marx descreve a trajetória de sua produção teórica, situa os interlocutores e as ideias com quem debate, nos dando uma panorâmica da modernidade em toda sua fertilidade.

Nestes textos Marx construiu uma potente e crítica teoria da história, contribuindo para o desenvolvimento da epistemologia moderna com a estruturação do método mais avançado de conhecimento, o materialismo dialético, tornado por ele também instrumento do estudo da economia e da história social.

O século XX incorporou e desenvolveu o debate da modernidade. A luta de ideias de forma atualizada em suas bases manteve os mesmos antagonismos. O novo século foi marcado por um desenvolvimento do sistema capitalista e pela construção das primeiras experiências socialistas e, estas, sendo palco histórico também da produção de ideias que se desenvolve no sentido de uma avaliação crítica destas experiências.

Neste começo de século, produto do desenvolvimento das contradições do próprio capitalismo e da crise das experiências socialistas, recoloca-se, em nome de uma nova era, as questões basilares da modernidade. O debate desenvolve-se entre os que propugnam o fim da razão, a impossibilidade de conhecer a realidade, a impossibilidade da existência de qualquer teoria científica da história e que negam a possibilidade de construção de qualquer projeto coletivo de emancipação social e política - os apolo-gistas do fim da história.

Contra estes encontram-se aqueles que não só buscam desvendar os intentos ideológicos de tais ideias mas que compreendem que, no processo de desenvolvimento da produção de conhecimento, o entendimento dos novos fenômenos produzidos pela realidade pressupõem um esforço teórico de grande envergadura, e isto somente é possível partindo-se de uma teoria da história e da sociedade capaz de desvendar as leis gerais e as particularidades de nosso tempo.

Para tal, a concepção metodológica a ser utilizada deve ser capaz de instrumentalizar para o entendimento de fenômenos complexos de múltiplas determinações, deve ser capaz de desvendar as contradições de nosso tempo. Este método e esta teoria crítica surgiram no século XIX. Suas bases fundamentais aparecem de forma brilhantemente expostas nos textos: **Introdução à crítica da Economia Política** e **Prefácio para a crítica da Economia Política**. Seu artífice foi Karl Marx.

Mensagem da Direção da CNTE

Eis aqui o primeiro fascículo do Eixo Concepção Política e Sindical. Nesta introdução à Sociologia, a única pretensão é a de que este texto seja instrumento para que os dirigentes sindicais possam fazer a leitura dos fatos sociais com a devida precisão que os encaminhamentos da luta requer.

Temos certeza de que todos aqueles(as) que estão envolvidos nesta primeira Etapa deste Programa de Formação comungam da convicção de que investir na formação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, que atuam direta ou indiretamente no movimento sindical é apostar em novas possibilidades para o futuro do sindicalismo e do nosso país, com maior igualdade e justiça social.

Esperamos que este caderno de formação tenha contribuído para estimular o debate entre os diferentes atores/sujeitos participantes do Programa, criando condições necessárias para que as nossas concepções se aforem, se dialoguem, se confrontem e busquem, na diversidade, os elementos de unidade para uma ação unificada e fortalecedora da nossa identidade de classe.

Sugestões de
FILMES

☑ **Fahrenheit 11 de Setembro (EUA - 2004)**

DIREÇÃO: Michel Moore

RESUMO: Numa época de guerra, em que o mundo expressa um sentimento anti-imperialista, o filme Fahrenheit 11 de setembro é uma bomba para George W. Bush. Isso explica o sucesso no Festival de Cannes: os mais de vinte minutos de aplausos e o prêmio Palma de Ouro.

Mas Michael Moore não fez somente um filme contra a guerra e contra Bush. É preciso talento para mostrar a cena do 11 de Setembro sem a imagem das torres e sem dizer uma palavra e, ainda assim, mostrar mais do que toda a imprensa.

O nome remete-se ao livro de Ray Bradbury, Fahrenheit 451, de 1953, que François Truffaut transformou em filme em 1966. O livro de Bradbury fala de um mundo dominado por uma organização totalitária que queimava livros, sendo que a temperatura necessária para isso é de 451 graus da escala Fahrenheit. A resistência consistia em decorar livros e divulgá-los.

Da mesma forma que na história da Fahrenheit 451, Moore divulga em Fahrenheit 11/9 as informações que o poder quer ocultar. É a temperatura em que Moore faz

a verdade arder.

Um exemplo é a cena em que Bush permanece lendo o livro infantil Minha Cabra de Estimação em uma escola por mais de sete minutos, após saber que a primeira torre do World Trade Center havia sido atacada. Moore fala da fraude nas eleições e mostra a vergonhosa cena de posse, com manifestantes gritando que era fraude e ovos sendo arremessados no carro de Bush. As relações comerciais que a família Bush mantinha com a família Bin Laden, por décadas, também são escancaradas. Nos dias seguintes ao 11 de Setembro, o documentário mostra que ninguém podia voar de avião, mas a Casa Branca liberou jatos para retirar 24 membros da família Bin Laden dos EUA.

Fica claro que o maior beneficiário do ataque de 11 de Setembro foi Bush. Moore mostra nos rostos das pessoas a disseminação do medo e como esse medo manteve Bush no poder.

O filme possui um importante papel político internacional e uma inegável qualidade cinematográfica. Como se explicaria o público rir num filme que fala sobre os horrores de uma guerra?

☑ **A Classe Operária Vai ao Paraíso (Itália - 1971)**

DIREÇÃO: Elio Petri

RESUMO: Lulu é um operário metalúrgico, que perde um dedo em acidente de trabalho e é envolvido em movimento de protesto. Descobre assim a vida sindical. Ele divide-se entre as tentações da sociedade

de consumo e as convocações da esquerda tradicional, numa radiografia do impasse ideológico de muitos trabalhadores. Ganhou o prêmio David di Donatello 1972 de melhor filme, além da Palma de Ouro no Festival de Cannes 1972.

☑ **A Lista de Schindler (EUA - 1993)**

DIREÇÃO: Steven Spielberg

RESUMO: Vencedor de 7 Oscars e baseado no livro de Thomas Keneally o filme mostra a vida e a trajetória do industrial tcheco Oskar Schindler. Ao comprar em 1939 uma fábrica de esmaltados quase falida, na Polônia dominada pela Alemanha de Hitler, Schindler usou suas boas relações com altos funcionários nazistas, para recrutar trabalhadores

entre prisioneiros judeus do gueto da Cracóvia, passando a fornecer produtos para o exército alemão. Quando os nazistas iniciam a “solução final” (execução em massa dos judeus), Schindler intercede junto ao comandante Amon Goeth, subornando outros oficiais e garantindo tratamento diferenciado para seus operários, salvando-os dos campos de extermínio.

☑ **Viva Zapata! (EUA - 1952)**

DIREÇÃO: Elia Kazan

RESUMO: Filme que acompanha a trajetória do líder revolucionário mexicano Emiliano Zapata, desde que era um fazendeiro lutando por seus direitos até se tornar presidente do México. O roteiro (que abre mão de retratar, fielmente, acontecimentos e personagens históricos) concentra o seu foco na corrupção causa-

da pelo poder naqueles que o detêm. Destaque para a cena em que o presidente Zapata repete, com seus ex-companheiros, as mesmas atitudes que seu antecessor tomou com ele próprio, quando era um dos fazendeiros que reclamava justiça. Grandes atuações de Marlon Brando (Zapata) e Anthony Quinn (como seu irmão), vencedor do Oscar de melhor ator coadjuvante.

☑ **O Nome da Rosa (Itália/França/Alemanha - 1986)**

DIREÇÃO: Jean Jacques Annaud

RESUMO: Estranhas mortes começam a ocorrer num mosteiro beneditino localizado na Itália durante a baixa idade média, onde as vítimas aparecem sempre com os dedos e a língua roxos. O mosteiro guarda uma

imensa biblioteca, onde poucos monges têm acesso às publicações sacras e profanas. A chegada de um monge franciscano, incumbido de investigar os casos, irá mostrar o verdadeiro motivo dos crimes, resultando na instalação do tribunal da santa inquisição.

☑ **Zona de conflito (EUA - 2006)**

DIREÇÃO: Ronit Avni, Julia Bacha

RESUMO: Um colono israelita, um ex-prisioneiro palestino, uma mãe israelita em luto e um irmão palestino em luto: estas quatro figuras reais arriscam suas vi-

das e suas posições públicas com o intuito de promover um movimento que põe fim ao sangrento conflito Israel/Palestina. Nessa jornada, eles irão a lugares desconhecidos, confrontando-se com o ódio em cada comunidade.

☑ **Baile Perfumado (Brasil - 1996)**

DIREÇÃO: Paulo Caldas e Lírio Ferreira

RESUMO: Homem de confiança de Padre Cícero, o fotógrafo árabe Benjamin Abrahão, parte de Juazeiro, no Ceará, nos anos 30, para levantar recursos e filmar

Lampião e seu bando. Graças à sua habilidade para estabelecer contatos, Benjamin localiza o cangaceiro e registra o cotidiano do grupo. O filme foi proibido pela ditadura do governo de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo.

☑ **Casanova e a Revolução (Itália - 1982)**

DIREÇÃO: Ettore Scola

RESUMO: Belo filme que retrata a Revolução Francesa. Na verdade, retrata os diversos olhares daquele momento em relação à revolução. A Revolução Francesa se iniciou em 1789, momento de grave crise socioeconômica no país e de apogeu das ideias iluministas. Tse auto-proclama a "Assembleia Constituinte" e lidera o processo revolucionário. O rei, acuado, pede

para que seus aliados do clero e da nobreza participem da Assembleia, mas, não consegue evitar a ação política liderada pela burguesia, nem a mobilização das camadas populares, percebidas, principalmente, com a Tomada da Bastilha, com as revoltas camponesas que ficaram conhecidas como o "Grande Medo" e com a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

☑ **Central do Brasil (Brasil - 1998)**

DIREÇÃO: Walter Salles

RESUMO: O filme retrata a vida de Dora e Josué. Ela, uma professora aposentada que ganha a vida escrevendo cartas para analfabetos, na maior estação de trens do Rio de Janeiro, (Central do Brasil). Ele, um garoto pobre que, com oito anos de idade, perde sua mãe no Rio de Janeiro e sonha com uma viagem ao Nordeste para conhecer o pai.

Dora conhece Josué, que após a perda da mãe fica perdido e entregue às várias formas de violência urbana típicas de uma cidade grande, num país subdesenvolvido. Após um grave acidente, onde Josué quase foi vítima de uma tentativa de tráfico para o exterior, Dora rendeu-se ao apelo do menino e o acompanhou em busca de seu pai e irmãos numa longa viagem para o sertão da Bahia e de Pernambuco.

☑ **Em nome do Pai (Irlanda/Grã-Bretanha/EUA - 1993)**

DIREÇÃO: Jim Sheridan

RESUMO: Em 1874, um atentado a bomba produzido pelo IRA (Exército Republicano Irlandês) mata cinco pessoas num pub de Guilford, arredores de Londres. O jovem rebelde Gerry Conlon e

três amigos são presos e condenados pelo crime. Giuseppe Conlon, pai de Gerry, tenta ajudar o filho e também é condenado, mas pede ajuda à advogada Gareth Peirce, que investiga as irregularidades do caso.

☑ **Feios, Sujos e malvados (Itália - 1976)**

DIREÇÃO: Ettore Scola

RESUMO: Giacinto (Nino Manfredi em uma de suas melhores atuações) vive com a mulher, dez filhos e vários parentes num barraco de uma favela na periferia de Roma. É uma descrição impiedosa da miséria

material e moral dos cidadãos mais carentes da sociedade. Ettore Scola, que aqui explora seu lado satírico, intercala momentos grotescos e de humor, entre a poesia e o drama. Vencedor do prêmio de melhor direção no Festival de Cannes 1976.

10

Indicações Bibliográficas

Indicações Bibliográficas

- **BOFF**, Leonardo. Ética da Vida. Editora Letraviva, Brasília, 1999.
- _____. Ecologia, Grito da Terra, Grito dos Povos. 3a. Edição. Editora Ática, São Paulo, 1999.
- _____. O despertar da água: o dia -bólico e o sim -bólico na construção da realidade. 11a. Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.
- **CAPRA**, Fritjof. O Tao da Física - um paralelo entre a Física Moderna e o Misticismo Oriental. Editora Cultrix, São Paulo, 1999.
- _____. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura. Cultrix. São Paulo, 1981.
- _____. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Cultrix, São Paulo, 1997.
- **CARDOSO**, Miriam Limoeiro. O mito do método. PUCSSRJ, Rio de Janeiro, 1972.
- **CARVALHO**, Alba Maria Pinho de. A Questão da Transformação e o Trabalho Social Uma análise gramsciana. 2a. Edição, Cortez Editora, São Paulo, 1986.
- **CHAUI**, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, 5a. Ed. São Paulo, 1995.
- **COHEN**, Percy S. Teoria Social Moderna. 2ª Edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- **DURKHEIN**, Émile. As Regras do Método Sociológico. Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- **FERRARI**, Alfonso Trujillo. Fundamentos da Sociologia. McGraw-Hill, São Paulo, 1983.
- **FOUCAULT**, Michel. A vontade de saber. Graal Ed. Rio de Janeiro, 1984.
- **FREI BETTO**. ONU Reprova o Brasil e Censura a Globalização. In Caros Amigos n. 30, setembro/1999.
- **FREIRE**, Paulo. Educação e Mudança, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- _____. Educação como Prática de Liberdade. 23a. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975.
- _____. A Importância do Ato de Ler. Cortez/Autores Associados, São Paulo.
- **GADOTTI**, Moacir. Pedagogia da Práxis.
- _____. Educação e Poder. Introdução à pedagogia do conflito. 11a. Ed. Cortez Ed. São Paulo, 1998.
- _____. Concepção Dialética da Educação. 5a. Ed. Cortez Editora, São Paulo, 1987.
- **GEERTZ**, Clifford. A Interpretação das Culturas. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1990.
- **GEERTZ**, Clifford. O Saber Local. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.
- **GRAMISCE**, Antonio. Alguns temas da questão meridional. Temas de Ciências Humanas 1, 1977.
- _____. Cartas de Cárceres. Trad. Noêmia Spinola. 2a. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- _____. Concepção Dialética da História. Trad. Carlos N. Coutinho. 3a. Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- **HOBSBAWM**, Eric J. A Era das Revoluções (1789-1848), 9a. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. A Era dos Extremos - breve século XX (1914-1991). 2a. Edição, Campanha das Letras, SP, 1998.

- **IANNI**, Octávio. A Sociologia e o Mundo Moderno. Aula Inaugural. Unicamp, Campinas, IFCH, março-1988, mimeo.
_____. A Crise de Paradigma em Sociologia. IFCH, UNICAMP, Capinas, 1992.
_____. Globalização: Novo Paradigma das Ciências Sociais. In Adorno, Sérgio (org.). A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade. Ed. da Universidade, Porto Alegre, 1993.
- **LAKATOS**, Eva Maria. Sociologia Geral. 4a. Edição, Ed. Atlas, São Paulo, 1982.
_____. Desafios da Globalização. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.
- **LÊNIN**, V.I. Las Clases Sociales. Una gran iniciativa. Obras escogidas (Em doce tomos), Vol. X Ed. Progreso, Moscú, 1977.
- **LOWY**, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
_____. Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista. 10a. Cortez, São Paulo, 1985.
- **MACHADO**, Roberto. Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Foucault. 2a. Edição. Graal Editora, Rio de Janeiro, 1981.
- **MARX**, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. Martins Fontes, São Paulo, 1986.
- **MARX**, K e **ENGELS**, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 6a. Ed. Hucitec, São Paulo.
_____. Teses sobre Feuerbach. Tese XI, 1987.
_____. Manifesto do Partido Comunista. Editora Democracia Proletária. Brasil, 1978.
- **MORIN**, Edgar. Ciência com Consciência. Bertrand Brasil, 2a. Ed. Rio de Janeiro, 1998.
- **PASSERON**. Jean-Claude. O Raciocínio Sociológico. O espaço não-popperiano do raciocínio natural. Vozes, Petrópolis, 1995.
- **PLATÃO**. A República. Editora Edipro. Bauru, SP, 1994.
- **SANTO AGOSTINHO**. A Cidade de Deus (Livros I a X), 4a. Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
_____. A Cidade de Deus (Contra os pagãos). - Parte II (Livros XI a XXII). 3a. Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- **SKIDMORE**, William. Pensamento Teórico em Sociologia. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- **TAVARES DOS SANTOS**, José Vicente. A Construção da Viagem Inversa. In Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v.3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991).
- **THIOLENT**, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. Coleção. Teoria e História n. 6. São Paulo, Polis, 1981.
- **WEBER**, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 12a. Ed. Liv. Pioneira, São Paulo, 1997.
_____. Economia e Sociedade. Vol. 1. 3a. ed. UNB, Brasília, 1994.

Bibliografia do projeto de pesquisa

BACHELARD, Gaston. “Le rationalisme appliqué”. In: BOURDIEU, P. & CHAMBOREDON, J.C. & PASSERON, J. Le métier de Sociologue. Paris, Mouton, 1986, p. 117-120. O livro O Ofício do Sociólogo já se encontra publicado em Espanhol e em Português.

BACHELARD, Gaston. La formation de l’esprit scientifique. Paris, Vrin, 13. Ed. 1986.
“A formação do espírito científico” foi publicado em Espanho e em Português.
CARDOSO, Mirian Limoeiro. O mito do método. Ver bibliografia geral.

CARDOSO, Ruth (org.). A aventura antropológica. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

FERNANDES, A sociologia no Brasil. Vozes, Petrópolis, 1976.
_____. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. 2a. Ed. Nacional, São Paulo, 1967.

KAPLAN, Abraham. A conduta na pesquisa. EDUSP/Herder, São Paulo, 1969.

NUNES, Edson de Oliveira (org.). A aventura sociológica. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

Contribuição bibliográfica ao estudo do novo paradigma

- Aristóteles. A Política. Editora Edipro. Bauru, SP, 1995.
- Aurélio Peccei. Cem Páginas para o Futuro, Ed UNB, Brasília, 1981.
- Edgar Morin. Ciência com consciência. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. 2a Ed. Sindicato
- Nacional de Editores de Livro, Rio de Janeiro, 1998.
- Félix Guattari. Três ecologias (As), Papirus Editora, Campinas, SP, 1993.
- Francisco Gutierrez. Ecopedagogia e Cidadania Planetária - Editora Cortez, São Paulo, 1999.
- Pedagogia para el desarrolllo sustenible. Heredia. Costa Rica. Consejo de la Tierra/ICEA- LA/ILPEC EditorialIpec, 1994.
- Fritjof Capra:
 - _____. O Tao da Física, Ed. Cultrix, São Paulo, 1995.
 - _____. Ponto de Mutação, Ed. Cultrix, São Paulo, 1995.
 - _____. Teia da Vida, Ed. Cultrix, São Paulo, 1997.
- James George. Olhando pela Terra, Editora Gaia, São Paulo, 1998.
- Jeremy Rifkin. O Século da Biotecnologia, Makron Books, São Paulo, 1999.
- John Horgan. O Fim da Ciência, Companhia das Letras, São Paulo, 1998.
- Leonardo Boff. Ecologia - Grito da Terra, Grito dos Pobres. 3a. Ed. Editora Ática, São Paulo, 1999.
- _____. Ética da Vida. Editora Letraviva, Brasília, 1999.
- _____. Águia e a Galinha: uma metáfora da condição humana. 28 ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1997.
- _____. O Despertar da Águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. 11a. Ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- Marcelo Gleiser. A Dança do Universo, Companhia das Letras, São Paulo, 1997.
- Nicolas Witkowski (Coordenador). Ciência e Tecnologia Hoje, Editora Ensaio, São Paulo, 1995.
- Niels Bohr. Física Atômica e Conhecimento Humano, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.
- Paul Devereux e outros. Gaia, la Tierra Inteligente, Ed. Martinez Roca, Barcelona, 1991.
- Platão. A República. Editora Edipro, Bauru, SP, 1994.
- Rubem Alves. Filosofia da Ciência, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
- Ubiratan D'Ambrosio. A Era da Consciência, Ed. Fundação Peirópolis, São Paulo, 1997.
- Wener Heisenberg. Parte e Todo, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.

"A EMANCIPAÇÃO
DA CLASSE TRABALHADORA
SERÁ OBRA DA
PRÓPRIA CLASSE
TRABALHADORA."

KARL MARX
LONDRES, 1864



LATOFF
2010

Projeto Gráfico

Esta publicação foi elaborada em 21 x 27,5 cm, com mancha gráfica de 18 x 23,5 cm,
fonte ITC Oficina Serif 11 pt, papel offset 90g, P&B, impressão offset, encadernação colado quente.

Edição Impressa

Tiragem: 1.000 exemplares
Supernova Soluções Gráficas e Editora
Julho de 2014



Programa de Formação da CNTE

Um novo conceito de atuação sindical

Eixo 1 Formação de Dirigentes Sindicais

Fascículo 1 - Introdução à Sociologia

Projeto gráfico e editorial

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil



Filiada à

